



SUMÁRIO

- AVISO DE RECEBIMENTO DE PEDIDO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS n.0039/2021.
- AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2021.
- AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021.



Pregão Eletrônico



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

AVISO DE RECEBIMENTO DE PEDIDO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS n.0039/2021

Forma de Fornecimento: Parcelada

Tipo: Menor Preço

Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote

Processo Administrativo nº 0625/2021

Licitações-e nº 883551

O Município de São Gabriel-BA, vem informar que no Pregão Eletrônico para Registro de Preços sob o nº 0039/2021. Objeto: Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de Material Elétrico para suprir as demandas do setor de iluminação pública do Município de São Gabriel/BA, **comunica** a todos os interessados sobre o recebimento de um pedido de suspensão relativo ao processo licitatório em epígrafe interposto pela empresa ILUMINAR COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, e que o documento, juntamente com o seu arquivo de mídia foi entregue ao setor jurídico com cópia para a autoridade superior para análise dos questionamentos apresentados e que aguardaremos a decisão. Posteriormente serão abertos os prazos para manifestação dos demais interessados. Também informamos que encontra-se disponibilizado o documento em sua íntegra no endereço eletrônico: <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, e o arquivo de mídia será disponibilizado mediante pedido formalizado via solicitação por e-mail. Para maiores informações, no horário das 08h00min as 12h00min, no Setor de Licitações, situado na Praça Largo da Pátria, nº 132 – Centro – São Gabriel/BA, ou através do endereço de e-mail: compras@saogabriel.ba.gov.br. Cleverson G.G. Oliveira – Pregoeiro.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000
Fone/Fax: (74) 3620 2122





ILUMINAR
COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 09.400.683/0001 -49, SITUADA À RODOVIA BA 052, KM 353 S/N RODOVIA IRECÊ CEP:
44.900-000, IRECÊ/BA

Irecê/BA, 28 de Setembro de 2021.

À Prefeitura Municipal de São Gabriel/BA.

Ofício nº 001/2021

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Gabriel/BA

Sr. Cleverson Geraldo Gonzalez de Oliveira



PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0039/2021

Referência: Processo Licitatório nº 0625/2021 - Pregão Presencial nº 0039/2021.

Objeto: registro de preços para futuro e eventual fornecimento de Material Elétrico para suprir as demandas do setor de iluminação pública do Município de São Gabriel/BA.

A **Iluminar Comércio e Serviços Elétricos Ltda**, inscrita no CNPJ: 09.400.683/0001-49, localizada à Rodovia BA 052, KM 353 S/N Rodovia Irecê CEP: 44.900-000, Irecê/BA, viemos através deste, informar dos problemas ocorridos durante o certame do Pregão Eletrônico nº 0039/2021, utilizando o sistema do www.licitacoes-e.com.br, onde feriu o Art. 3º da Lei 8.666/93, tendo em vista que a empresa foi prejudicada nos lances na fase randômica, o campo para oferta a última proposta nos lotes, I, II, III, IV e V não ficou disponível, com isso houve uma disputa irregular, tendo em vista que ofertamos as melhores propostas iniciais para os **LOTES**.



CNPJ: 09.400.683/0001 -49, SITUADA À RODOVIA BA 052, KM 353 S/N RODOVIA IRECÊ CEP: 44.900-000, IRECÊ/BA


Os princípios básicos que norteiam a licitação, conforme consta no Art. 3º da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, *"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos"*, tendo em vista que o município enfatizou apenas a economicidade. Ressaltamos ainda que seguimos fielmente conforme preceitua as orientações do sistema do www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil e estávamos utilizando dois provedores de internet, para garantir que tudo ocorresse tranquilamente, os quais estavam funcionando normalmente, como iremos demonstrar nos vídeos feitos durante o certame, analisando a contagem do tempo entre o último lance para o Lote 1, o qual foi dado um lance no valor R\$ 134.990,00 (Cento e trinta e quatro mil, novecentos e noventa reais), não sendo aceito, onde foi computado automaticamente como 1º lance do Lote 2, e os erros seguiram nos demais lotes.

Diante das situações apresentadas, e da resposta proferida pelo suporte técnico do Banco do Brasil, protocolo nº 81809145, onde informa que há ajustes a serem realizados no sistema, conforme consta na resposta ao questionamento feito pela empresa **Iluminar Comércio e Serviços Elétricos Ltda.** Solicito efeito suspensivo e imediato até análise definitiva, para que não cause prejuízos ao processo de licitação nem tão pouco a(s) participante (s). Assim requer a anulação, ao final, para que não comprometa o princípio da ampla competitividade.



CNPJ: 09.400.683/0001 -49, SITUADA À RODOVIA BA 052, KM 353 S/N RODOVIA IRECÊ CEP:
44.900-000, IRECÊ/BA

Destacamos que seguirão em anexo os arquivos de mídia (vídeos e imagens)
que embasam o nosso pedido de suspensão.


Celma Alcântara da Rocha
Sócia-Administradora





27/09/2021 16:31

Fwd: O chamado 81809145 foi resolvido - iluminarirece@gmail.com - Gmail



Olá, ILUMINAR COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS LTDA!

Seu chamado **81809145** foi resolvido com a informação abaixo:

Agradecemos o seu registro e lamentamos por qualquer desconforto gerado.

Não possuímos registros de lentidão no sistema durante o referido pregão, informamos que o tempo de resposta da sala de disputa estava dentro das métricas estabelecidas.

Considerando que não recebemos outros chamados a respeito de lentidão na sala de disputa, podemos considerar que o sistema não apresentou uma falha impactante.

Informamos que o desempenho de resposta não depende apenas do sistema do BB, mas dos recursos de rede como um todo, incluindo o ambiente do seu provedor internet.

Informamos ainda que já está em fase de homologação, a implantação de um intervalo de tempo entre a mudança de fase do modo "Aberto" para o "Fechado" e será apresentada uma mensagem informando o fim do modo "Aberto" e que o modo "Fechado" será iniciado em XX segundos.

Ressaltamos que o Portal de Licitações é a ferramenta utilizada para a condução do processo licitatório, todas as decisões de negócio estão sob a responsabilidade do pregoeiro/coordenador da licitação.

Banco do Brasil



<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgzGikFlwTDDwwXQSfghBDNZNVXnH>

1/1



Tomada de Preço



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0691/2021

Regime de Execução: Indireta, por Empreitada

Tipo: Menor Preço – Critério de julgamento: Menor Valor Global

O Município de São Gabriel-BA, faz saber que realizará licitação na modalidade **Tomada de Preços** sob o n.º 0001/2021. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para recuperação de estradas vicinais nos seguintes povoados: Lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci, totalizando 23,08 km, conforme proposta SICONV nº 778226, Instrumento 2.015.00/2012, celebrado entre a CODEVASF e o Município de São Gabriel-BA. **Tipo Menor Preço**. Abertura da Sessão: **18/10/2021 às 09:00hs (nove horas)**, na sala de Reuniões. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis e publicados no Diário Oficial do Município no endereço eletrônico: <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, ou solicitado pelo e-mail: compras@saogabriel.ba.gov.br. Para maiores informações, no horário das 08:00 as 12:00hs, no Setor de Licitações, situado na Praça Largo da Pátria, nº 132 – Centro – São Gabriel/BA. Lucélia Rodrigues Silva Gomes. Presidente da CPL.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000
Fone/Fax: (74) 3620 2122





Tomada de Preço



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

DADOS DO EDITAL

29 de Setembro de 2021.

TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2021

Prestação de Serviços/Obra de Engenharia

I - PROCESSO ADMINISTRATIVO:

0691/2021

II - DATA E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO:

18 de Outubro de 2021 às 09:00 horas.

III - LOCAL DA SESSÃO:

Sala de Licitação, situada à Praça Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA. CEP: 44.915-000.

IV - OBJETO DA LICITAÇÃO:

4.1. Contratação de empresa do ramo de engenharia para recuperação de estradas vicinais nos seguintes povoados: Lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci, totalizando 23,08 km, conforme Proposta SICONV nº 778226, Instrumento 2.015.00/2012, celebrado entre CODEVASF e o Município de São Gabriel-BA.

Tipo Menor Preço – Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

V - PRAZO DE EXECUÇÃO, SERVIÇO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Prazo para início da execução: 03 (três) dias, após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços.

Vigência Contrato: 06 (Seis) meses ou 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronogramas físico e financeiro.

Valor Global Orçamentário da Obra: **RS951.861,85**

VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.08.01 – ATIVIDADE: 1.004 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00 / 4.4.9.0.51.00 FONTE: 00 / 24

VII - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

a) O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal Fatura em nome do Município, de acordo com os boletins de medição e respectiva aprovação pela autoridade competente, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente identificadas e atestada pela contratante de acordo com o cronograma físico-financeiro, e, a nota fiscal deverá ser acompanhada das respectivas certidões de regularidade da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, FGTS e CNDT – Trabalhista.

b) Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

VIII - LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

Nas estradas da área territorial deste Município, conforme especificado no Termo de Referência.

IX - ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência: Descrição inicial, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico e Financeiro, Composição de Custos Unitários, Memória de Cálculo de momentos de Transporte, Proposta financeira do Projeto, Plano de Trabalho, Relação de documentos Convênios c/ Municípios, Nota Técnica, Parecer, Proposição, Ato 279/PR, Termo do Convênio, Planilha detalhamento do B.D.I., Planilha detalhamento Encargos Sociais, Documentação de Especificações Técnicas, Relatório Fotográfico do local, Plantas;

Anexo II – Modelo de Credencial;

Anexo III – Modelo de Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

Anexo VI – Modelo de Carta Proposta;

Anexo VII – Minuta do Contrato;

Anexo VIII - Declaração de conhecimento e aceitação das condições do edital e da contratação;

Anexo IX - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo X - Declaração que não possui em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante;

Anexo XI – Modelo da Declaração de visita ao local da obra;

Anexo XII – Modelo de Declaração de indicação do responsável técnico;

O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/BA, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, designada pelo Decreto nº 017/2021 de 04 de Janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que serão recebidos documentos para habilitação e propostas para a licitação na modalidade descrita acima, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

1. REGÊNCIA LEGAL

- a) Lei Federal nº 8.666/93 na sua atual redação;
- b) Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores

2. TIPO/REGIME

2.1 A presente licitação obedecerá ao tipo de "Menor Preço", sob a forma de execução indireta por regime de empreitada por Menor Preço Global conforme o artigo 45, § 1º, inciso I e Art. 10, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

3. OBJETO

3.1 Indicado no campo IV - Dados do Edital.

4. DATA, HORÁRIO, LOCAL DE REALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES

4.1 Data e horário indicados no campo II – Dados do Edital.

4.2 Local indicado no campo III – Dados do Edital.

4.3- O Licitante interessado, poderá retirar o edital na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, ou solicitado pelo e-mail: compras@saogabriel.ba.gov.br, como também retirado pessoalmente no Setor de Licitações, na Sede da Prefeitura, localizada na Praça Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA, durante o horário de expediente externo, nos dias úteis, ou seja, das 08:00hs as 12:00hs, onde também serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar da licitação as empresas do ramo, que manifestarem interesse em participar da licitação que comprovem possuir os requisitos de qualificação previstos neste Edital.

5.2 Que comprovem *REGULARIDADE JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, ECONÔMICA E FINANCEIRA*.

5.3 Os interessados que não atenderem às exigências deste item não poderão se manifestar, resguardados apenas o direito de acompanhar a Licitação como ouvintes.

5.4 Não serão admitidas na presente Licitação Pessoas Físicas, nem consórcio de pessoas jurídicas.

5.5 Não serão admitidos a esta Licitação, os suspensos ou impedidos de licitar, bem como os que estiverem em regime de falência, concordata ou insolvência civil, e ainda os que possuem entre seus sócios dirigentes ou empregados servidores públicos ou responsável pela Licitação nos termos do Art. 9º da Lei nº 8.666/93.

5.6 Ainda como **CONDIÇÃO PRÉVIA** ao exame da proposta e habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

Nota explicativa: A consulta na fase de credenciamento, trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do **Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU)**.

5.6.1 - Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7 A adjudicatária assinará contrato conforme minuta, Anexo VII, que integra este Edital, mediante convocação por carta ou e-mail, imediatamente, após a homologação e adjudicação, ressalvados os prazos recursais.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1. A credencial deverá ser apresentada em original, em papel timbrado da empresa licitante, preferencialmente de acordo com o modelo do Anexo II, com identificação do mandatário (nome, número da cédula de identidade e do CPF), além da autorização

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento licitatório, devidamente acompanhada de cópia do **Contrato Social em vigor devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada)** ou Requerimento de empresário, e **dos documentos de identificação pessoal do mandatário e do (s) sócio (s) administrador (es)**. Quando o licitante se fizer representar por sócio administrador, que detiver a representação, deverá este apresentar **cópia autenticada do Contrato Social em vigor devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada)**, acompanhada dos documentos de identificação pessoal original ou em cópia autenticada.

6.2 - Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pelo licitante, mediante estatuto/contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, ou documento equivalente registrado em cartório.

6.3. A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de se manifestar verbalmente durante a reunião, permanecendo no certame unicamente com seus envelopes.

6.4. Cada credenciado poderá representar apenas 01 (um) licitante.

6.5. Uma vez entregue todas as credenciais, não será permitida a participação de licitantes retardatários, salvo se com isso, os presentes concordarem, expressamente e em unanimidade, devendo essa circunstância ficar consignada na Ata da Sessão.

6.6. Os representantes que não entregarem os documentos exigidos para credenciamento ficarão impedidos de se manifestarem na sessão, participando como meros expectadores.

6.6.1 As Licitantes cujos representantes não forem devidamente credenciados, além do veto à palavra de que trata o item anterior, terão como preclusa a sua intenção de recorrer, seja da habilitação, inabilitação, classificação ou desclassificação de sua proposta ou dos demais licitantes.

6.7 Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para autenticação pela Comissão de Licitação no ato da sessão.

7 – HABILITAÇÃO - ENVELOPE “01”

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EMPRESA: XXXXXXXXXXXX
ENVELOPE “01” – HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0000/2021

7.1 – Poderão participar da licitação quaisquer interessados que manifestem interesse e que possuam o CRC conforme § 2º do artigo 22 da Lei 8666/93, ou quaisquer interessados que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento conforme previsto no § 9º do artigo 22 da Lei 8666/93 (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

7.1.1- Poderá participar também desta licitação qualquer empresa com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14, 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, bem como empresas não credenciadas no referido sistema, mas que atendam as condições habilitatórias solicitadas neste edital.

7.1.2- Para a habilitação regulamentada na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.1.3- O SICAF será utilizado para aferição da habilitação jurídica, da regularidade fiscal federal por meio de consulta “online”. A regularidade trabalhista será aferida por meio da apresentação de Certidão emitida pelo sítio oficial do Tribunal Superior do Trabalho, caso a informação não esteja disponível no SICAF.

7.1.4- Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta “online”.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

7.1.5- Procedida a consulta das certidões, terão sua autenticidade conformada através de carimbo e assinatura por qualquer um dos membros da Comissão de Licitação.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E DECLARAÇÕES.

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, tudo devidamente registrado;
- c) Cópia de Cédula de Identidade e CPF do (s) sócio (s) administrador (es) da empresa.
- d) Cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);
- e) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- f) Prova de quitação com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Negativa Conjunta (RFB e PGFN), **(regularidade fiscal)**;
- g) Prova de quitação com a Fazenda Estadual, **(regularidade fiscal)**;
- h) Prova de quitação com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, **(regularidade fiscal)**;
- i) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), devidamente atualizado, **(regularidade fiscal)**;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **(regularidade trabalhista)**;
- k) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, firmada conforme modelo constante do Anexo III;
- l) Declaração da licitante de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade por órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo, na forma do Anexo IV;
- m) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, firmada conforme o modelo constante do Anexo V;
- n) Declaração de conhecimento e aceitação das condições do Edital e da contratação, conforme modelo constante do Anexo VIII;
- o) **Declaração de enquadramento para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Anexo IX;**
- p) Declaração que não possui em seu quadro de empregados servidores públicos, conforme anexo X;
- q) Declaração DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO conforme anexo XII;

7.2.1 - Caso as microempresas ou empresas de pequeno porte que apresentem na fase de habilitação alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que, em caso de não regularização da documentação dentro do prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. (Lei Complementar nº 123/06, art. 43, §§ 1º e 2º, Lei Complementar 155/16).

7.2.2 – Apenas as empresas que apresentem a declaração de que trata a alínea “o” do item 7.2 deste edital, serão qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de gozo dos privilégios da LC 123/06 e suas alterações posteriores, não sendo aceito quaisquer outros documentos ou declarações.

7.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Prova de inscrição ou registro da licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, e, caso a empresa esteja sediada em outro Estado da Federação, deverá apresentar o “visto” permissivo para executar atividades neste território do CREA-BA ou CAU-BA;
- b) Prova de inscrição ou registro do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto;
- c) Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica e declaração formal (anexo XIII) que se

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

responsabilizará pelos trabalhos, apresentando a **RELAÇÃO EXPLÍCITA** das instalações de canteiros, máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

d) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica **em nome do profissional responsável técnico**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU da região onde as obras/serviços/fornecimentos foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem a execução de obras/serviços/fornecimentos similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação,

e) Comprovação quanto à capacidade Técnica–Profissional:

e.1) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional habilitado no campo da engenharia, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, expedida por estes Conselhos, que comprove ter o profissional executado obra(s) e/ou serviço(s) idênticos ou similares ao desta licitação, bem como compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento:

e.1.1) Define-se como obras/serviços similares de maior relevância:

- **TERRAPLENAGEM: 80.700,00m²**
- **REVESTIMENTO PRIMÁRIO: 13.800,00m²**
 - o Conforme descrito nas planilhas das pavimentações,
 - o A quantidade exigida para comprovação corresponde a 50% do total apurado,
 - o Poderá ser apresentado mais de um atestado para somar e comprovar o valor mínimo exigido.

e.1.2) Deverá(ão) constar no(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA/CAU, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica/física contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA/CAU; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução;

e.1.3) A comprovação de que trata o item anterior dar-se-á através de apresentação de atestados que estejam discriminados cada item.

f) Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente:

- I. O empregado;
- II. O sócio;
- III. O detentor de contrato de prestação de serviço.

g) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada de anuência deste, e sua indicação para coordenar as obras/serviços/fornecimentos, objeto deste edital;

h) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;

i) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

j) Declaração do licitante de conhecimento das condições locais para a execução da obra, na qual o licitante comprova que cientificou-se das condições locais e das informações operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações que vier a assumir perante o Município de São Gabriel/BA, anexo XI.

j.1) Esta declaração visa o conhecimento total e *in loco* das especificações e das condições para realização do serviço objeto da licitação, pois a Prefeitura Municipal de São Gabriel não aceitará nenhuma alegação posterior;

j.2) As despesas com a visita aos locais da obra para aquele licitante que manifeste interesse, correrão por conta do mesmo, devendo contatar a Secretaria de Municipal de Infraestrutura localizada no Largo da Pátria, nº 132, Bairro Centro, sem necessidade de agendamento prévio, nos dias úteis, com até 24 (vinte e quatro) horas antecedente à abertura do certame, no horário das 08:00hs às 12:00hs;

J.3) Acórdão nº 906/2012 – Plenário, no qual o Tribunal expediu as seguintes determinações ao ente licitante: *“Abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco*

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço, de maneira a preservar o que preconiza o art. 3º caput, e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.

k) Alvará de licença, localização e funcionamento;

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

b) Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, considerando forma e calendários legais, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a substituição por balancetes ou Balanço Provisório. O licitante apresentará, conforme o caso, autenticados, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos obrigatoriamente firmados pelo Contador habilitado, com comprovação através da apresentação da Certidão de Regularidade Profissional (CRP), perante o C.R.C (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Dirigente/Sócio, qualificados.

c) Comprovação do licitante possuir capital social integralizado ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da obra para interessados em participar do certame, no valor de **R\$95.186,18, (noventa e cinco mil e cento e oitenta e seis reais e dezoito centavos)**, podendo ser comprovada através da certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do estado da sede da Empresa, ou, na ausência desta, também poderá apresentar declaração firmada pelo contador do licitante atestando que a informação foi extraída do balanço patrimonial do último exercício social já exigível.

c.1) Se a informação firmada pelo contador do licitante não conferir com a cópia do Balanço Patrimonial, o licitante será inabilitado, independente da adoção das medidas legais cabíveis.

d) A boa situação financeira da empresa licitante será aferida pela demonstração, no mínimo, dos índices abaixo relacionados, **CALCULADO E DEMONSTRADO PELO LICITANTE**, em memorial de cálculo constante dos documentos de habilitação, firmado pelo contador do licitante, em papel timbrado da empresa e na qual conste a **Declaração de Habilitação Profissional – DHP, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade ou Certidão de Regularidade do Profissional Contabilista (Resolução CFC nº 1.402/2012)**. – Res. CFC N.º 871/2000, por meio da seguinte fórmula:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $ILC = AC / PC > \text{ou} = 1,0$
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) > \text{ou} = 1,0$
GRAU DO ENDIVIDAMENTO $GE = (PC + ELP) / AT < \text{ou} = 0,50$

ONDE: AC = ATIVO CIRCULANTE PC = PASSIVO CIRCULANTE
RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
AT = ATIVO TOTAL

d.1) Se a informação do memorial de cálculo não conferir com os elementos constantes do Balanço Patrimonial, o licitante será inabilitado, independente da adoção das medidas legais cabíveis.

d.2) Caso conste no Balanço Patrimonial o cálculo de todos os índices solicitados na alínea “d” a declaração será dispensada.

7.4.1 A comprovação a que se refere as alíneas “c” e “d”, poderão ser apresentadas em uma única declaração ou separadamente, estando devidamente acompanhadas com **Certidão de Regularidade do Profissional Contabilista (Resolução CFC nº 1.402/2012)**.

7.5. Os documentos de Habilitação deverão ser apresentados em envelope lacrado, no qual possam ser identificados, os nomes ou razões sociais, modalidade, número e data de licitação, além da expressão HABILITAÇÃO, além de devidamente endereçados à Prefeitura Municipal, nos seguintes termos:

7.6. A inversão do conteúdo dos envelopes acarretará na inabilitação ou desclassificação do licitante.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

7.7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para autenticação pela Comissão de Licitação.

7.8.1. A Comissão autenticará os documentos preferencialmente até as 12:00 h do dia anterior ao certame.

7.8.2. A documentação de Habilitação deverá preferencialmente ser apresentada encadernada em volume com **páginas numeradas em ordem crescente e rubricadas**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo preferencialmente constar um termo de abertura e outro de encerramento das respectivas páginas, bem como um índice das mesmas, contendo toda a documentação relacionada no item 07 e na **mesma ordem seqüencial**.

7.8.3. OS DOCUMENTOS SOLICITADOS A TÍTULO DE HABILITAÇÃO, CONSTANTES NO ENVELOPE "01" DEVERÃO VIR PREFERENCIALMENTE NA SEQUÊNCIA DESTE EDITAL, DE MODO A FACILITAR A CONFERÊNCIA DOS MESMOS PELA COMISSÃO.

7.9) Serão consideradas inabilitadas as licitantes que estejam inscritas no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados – CADIN.

7.10) Após a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (§ 6º, Art. 43, da Lei nº 8.666/93).

7.11) DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.11.1 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados em original ou cópia autenticada, por cartório competente:

7.11.1.1 **É vedado aos membros da Comissão Permanente de Licitação, Equipe de Apoio ou aos funcionários da Secretaria Municipal de Administração, a autenticação de cópia simples de documento para participação em processos licitatórios por algum outro que seja outra cópia (xerox), onde o selo de autenticidade não seja original, apresentado em relevo, etiquetado, originário do cartório (por tabelião de notas ou por oficiais do registro Civil das Pessoas Naturais), mas que seja uma cópia reprográfica simples da folha, ficando desta forma impedida tecnicamente a sua confirmação de autenticidade pela ausência do documento original**

7.11.1.2 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.12) **OBSERVAÇÃO:** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação de documentos emitidos eletronicamente. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

8 – CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE "02"

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EMPRESA: XXXXXXXXXXXX
ENVELOPE "02" – PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0000/2021

8.1. A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem deverão ser entregues em original, preenchidas apenas no anverso sem emendas, rasuras, ressalvas, ou entrelinhas e assinada pelo Representante Legal, ou mandatário especificamente credenciado, em conformidade ao anexo VI e instruções seguintes. A mesma deverá ser digitada ou datilografada em papel timbrado da empresa e todas as suas páginas deverão estar **numeradas**.

8.1.1. Também deverá ser apresentada uma cópia em meio eletrônico (CD), da carta proposta (em formato .doc em software aberto) e as planilhas constantes na formação da proposta de preços (em software de planilha eletrônica sem senha).

8.2. No caso de ser assinada por mandatário, será necessária a juntada da procuração outorgada com firma reconhecida e com especificação dessa finalidade.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

8.3. Todas as páginas da proposta deverão ser rubricadas pelos signatários da mesma, e as suas folhas, devidamente, numeradas.

8.3.1. A ausência do que trata o item 8.3, poderá ser sanada no ato da sessão.

8.4. Deverá ser entregue em envelope, lacrado e rubricado pelo representante legal da empresa ou pelo seu mandatário identificado como **PROPOSTA DE PREÇOS**, endereçada à Comissão de Licitação, no qual possam ser identificados os nomes ou razões sociais, modalidade e número da licitação, além da Razão Social da Empresa, tudo devidamente endereçado à Prefeitura Municipal.

8.5 - O referido envelope deverá conter também a "Proposta de Preços", conforme modelos constantes no Anexo VI.

8.6 - Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento mensal, não devendo por isso computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

8.7 - Para correta elaboração da Proposta de Preços, deverá a empresa atender e aceitar integralmente, todas as exigências de documentação do Edital e seus anexos.

8.8 - O prazo de validade comercial da Proposta de Preços é de no **mínimo 60 (sessenta) dias corridos** a contar da data da sua entrega, excluídos os prazos de recursos administrativos.

8.8.1 - Excepcionalmente, antes do término do período original de validade das propostas, a Comissão poderá solicitar à licitante a extensão de tal prazo. A eventual solicitação deverá ser feita por escrito e a licitante, ao recebê-la, deverá também responder por escrito. A anuência à extensão do prazo deverá ser assinada por representante legal da licitante.

8.8.2 Não será permitida qualquer alteração da proposta da licitante que concorde com a extensão de seu prazo de validade.

8.9 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atendam as exigências deste Edital.

8.10 - Os erros aritméticos só poderão ser retificados na seguinte hipótese:

- a) se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total (o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade), o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido, atestando tal ocorrência em ata;
- b) havendo discordância entre os valores em algarismo e por extenso, prevalecerão os por extenso, atestando tal ocorrência em ata;

Observação¹: caso ocorra o previsto nas alíneas acima, a licitante que for vencedora do certame deverá obrigatoriamente apresentar nova planilha com os valores exatos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.11 - Nos preços ofertados a empresa licitante deverá computar todos os custos operacionais inerentes à execução da obra tais como os impostos, taxas e tributos eventualmente devidos conforme legislação pertinente e os benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, com salários e benefícios conforme acordo coletivo de trabalho da categoria sindical, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto desta licitação;

9 – ABERTURA DOS ENVELOPES - HABILITAÇÃO

9.1 – O (a) Presidente da Comissão receberá os envelopes e fará primeiramente a conferência das Credenciais, e após, a abertura do envelope "01", conferindo os documentos nele contidos, registrando-se, em seguida, na Ata da Sessão, e os licitantes presentes.

9.2 – A comissão julgará a Habilitação e proclamará os licitantes habilitados para Licitação restituindo aos respectivos prepostos dos Licitantes inabilitados, o Envelope "02" ainda lacrado.

9.3 – Iniciada a abertura dos envelopes "01" (habilitação), não serão recebidas propostas de empresas retardatárias e, em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação e complementação de documentos exigidos neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou, modificação das condições ofertadas.

9.4 – Uma vez proclamada a habilitação, não poderão as empresas retirar as propostas apresentadas, ficando esclarecido que a desistência posterior acarretará as sanções previstas no Capítulo IV da Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

9.5 – O (a) Presidente da Comissão de Licitação franqueará a palavra para que os Licitantes registrem em ata seus protestos ou impugnações que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análises mais apurados.

9.6 – Não havendo registro de protesto ou impugnação e se havendo, forem decididos de imediatos, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, com abertura dos envelopes "02" (Proposta de Preços), das empresas habilitadas, desde que haja declaração expressa, de todas as empresas participantes de renúncia a recurso.

9.7 – Se houver impugnação ou proposto por recurso, permanecerão fechados os envelopes das Propostas de Preços, sendo devidamente rubricados por todos os presentes, para serem, posteriormente recolhidos e guardados em poder da Comissão, até a designação de nova data para a abertura das Propostas.

10 – ABERTURA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope, lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário, identificado com o título "Proposta de Preços", endereçada à Comissão Permanente de Licitação, com indicação dos elementos constantes dos itens II, III e IV do Edital, além da Razão Social da empresa.

10.2. A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem deverão estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, elaborada em língua portuguesa e assinada pelo representante legal, ou mandatário especificamente credenciado.

10.3. Todas as páginas da proposta deverão ser rubricadas pela signatária da mesma, e as suas folhas, devidamente, numeradas.

11 - ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

A Proposta de Preço - envelope "02" – deverá ser elaborada da seguinte forma:

11.1. Proposta de preços informando preços unitário e definitivo (global), sendo esse expresso em algarismos e por extenso, não sendo admitida qualquer alteração posterior sob fundamento de erro ou omissão do licitante ou de seus funcionários, sendo que somente será admitida a cotação de preços com 02 (duas) casas decimais. Como exemplo: "R\$2,11", "R\$1,59", "R\$0,99"

11.2. No (s) preço (s) ofertados, deverão estar incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, todo pessoal, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento, pela contratada de suas obrigações.

11.3. O Prazo para execução dos serviços será conforme especificado no Cronograma físico-financeiro constante no projeto básico, contados a partir da data de assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço.

11.4. A proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da entrega da proposta, facultada, porém, aos licitantes estender tal validade por prazo superior a este, desde que os mesmos se comprometam a assinarem o Contrato dentro do prazo previsto.

11.5. A proposta de preço deverá ser acompanhada de uma relação em papel timbrado da empresa, na qual deverá constar o CNPJ da empresa, o nome do representante legal que assinará o eventual contrato ou instrumento equivalente e o CPF deste.

11.6. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

11.6.1 Conforme item 11.2, nos preços apresentados na proposta de preços para os itens constantes na planilha orçamentária, não serão aceitos valores **APROXIMADOS** na multiplicação dos valores unitários e totais, mas apenas valores **EXATOS**.

11.6.2 Serão considerados todos os valores unitários apresentados nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS constantes nos projetos e caso haja alguma discrepância com os valores das planilhas individuais, serão considerados unicamente os valores apresentados na planilha resumo para fins de julgamento da proposta de preços e execução do objeto.

11.7. A proposta de preço deverá ser apresentada acompanhada obrigatoriamente dos seguintes anexos:

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- a) Planilha Orçamentária; com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante que é parte integrante do Termo de Referência, observando-se os preços máximos unitários e global, orçados pelo Município de São Gabriel;
- b) Planilha de composição de BDI a ser utilizado; deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra; Deverá ser considerado no BDI, o ISS do município onde será executada a obra. Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. Deverão ser observadas as regras específicas para o correto preenchimento do BDI;
- c) Planilha de Composição de Encargos Sociais a ser utilizado,
- d) Elaborar o Cronograma Físico Financeiro atualizado; dos itens principais da planilha orçamentária constante na descrição geral dos serviços, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos a cada mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido no item 5 deste edital;
- e) Planilha de composição dos custos unitários; ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras;

12 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1 O critério de julgamento será o de **Menor Preço Global**.

12.2 Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem as exigências deste edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para execução do objeto do contrato, bem como:

- a) não cumprirem as exigências contidas no subitem 11 deste edital;
- b) forem omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidade ou defeito capaz de dificultar o julgamento;
- c) impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;
- d) apresentarem quantitativos em desacordo com os constantes na Planilha Orçamentária;
- e) deixarem de apresentar Planilha de Composição de Preços Unitários para qualquer dos itens constantes da Proposta de Preços;
- f) apresentarem Planilha de Composição de Preços Unitários inverossímil, não sendo admitida a apresentação de preços unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

12.3 Existindo discrepância entre os valores unitários e totais prevalecerão, os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismo e por extenso, prevalecerão os por extenso.

12.4 Poderão ser admitidos, pela Comissão, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

12.5 É facultado à Comissão ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.6 Poderão ser convocados técnicos da Administração Municipal para realizarem diligências com vistas a averiguar a autenticidade de documentos e informações prestadas pelas licitantes e/ou emissão de parecer técnico que versem sobre a avaliação de amostras, equipamentos, catálogos e projetos gerais que envolvam critérios para avaliações ponderadas, quando o objeto da licitação assim exigir.

12.7 Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificação por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

12.8 A licitante deverá obrigatoriamente apresentar preços para todos os itens unitários das planilhas licitadas, sob pena de desclassificação, uma vez que o critério de julgamento é por Menor Preço Global.

12.9 Caso existam licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte na fase de habilitação, conforme disposto no item 7.2.1 e 7.2.2 deste edital, observar-se-á, de forma complementar, o procedimento descrito na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 A Adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Comissão sempre que não houver recurso.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

13.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Comissão ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 41 da Lei 8.666/93, com as alterações da Lei 8.883/94.

14.2. Em se tratando de licitante, a impugnação ao presente Edital deverá ser protocolada até o segundo dia útil que anteceder à data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 41 da Lei 8.666/93, com as alterações da Lei 8.883/94, o que não poderá ser feito através de e-mail.

14.3. O pedido de impugnação deverá ser protocolado no horário das 08:00hs às 12:00hs no setor de Protocolo desta Prefeitura, situado na Praça Largo da Pátria, nº 132, Centro, nesta cidade, ou através do e-mail: compras@saogabriel.ba.gov.br

14.4. Caso seja apresentada a impugnação do Edital, conforme dispõe o art. 41 da Lei nº 8.666/93, reserva-se à Comissão o direito de decidir ou encaminhar a impugnação à autoridade, adiando a abertura dos envelopes de nº. 01 e nº. 02 para uma nova data.

15 DOS RECURSOS

15.1 - Dos atos da Administração resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93, caberá recursos de acordo com o estabelecido no seu Art. 109.

15.2 - Da habilitação ou inabilitação, bem como da classificação ou desclassificação das propostas de preços caberá recurso, interposto por escrito, dirigido a Presidente da Comissão de Licitação e ao Prefeito Municipal de São Gabriel, no prazo de cinco dias úteis.

15.3 - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.4 - Terão efeitos suspensivos os recursos relativos ao ato de inscrição, habilitação e classificação de licitantes.

15.5 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão aceitos, nem conhecidos.

15.6 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado;

15.7. Para efeito de contagem de prazos legais serão considerados dias úteis aqueles em que houver expediente normal dessa Prefeitura. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal dessa Prefeitura.

16 CONTRATAÇÃO

16.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Prefeitura firmará contrato específico com o licitante vencedor, visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta que integra este edital.

16.2 O futuro contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração.

16.3 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos produtos, mantendo-se o valor inicial atualizado do contrato nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

17 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 Indicado no campo V – Dados do Edital.

18 CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

18.1 Indicado no campo VII – Dados do Edital.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

19 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 Indicado no campo VI – Dados do Edital.

20 SANÇÃO

20.1 Ao licitante que incidir nas hipóteses dos itens abaixo relacionados, será aplicada as sanções, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

20.1.1 **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

20.2 Ao contratado que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

20.2.1 **Advertência** sempre que forem constatadas infrações leves.

20.2.2 **Multa** por atraso imotivado da entrega dos produtos ou serviços, nos prazos abaixo definidos:

- a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de fornecimento, limitadas a 20% do valor da fatura;
- b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;
- c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.

20.2.2.1 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

20.2.3 **Suspensão** com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abaixo:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) de até 02 (dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.

20.2.4 **Suspensão** de até 02 (dois) anos e **multa** sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;
- b) paralisar a execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- c) prestar serviço em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- d) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vales-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%.

20.2.5 **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 20.2.3 e 20.2.4.

20.3 A suspensão temporária do prestador de serviço cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

20.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

20.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do departamento administrativo/jurídico da PREFEITURA.

20.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

20.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a PREFEITURA rescinda unilateralmente o contrato.

20.8 As sanções previstas no item 19 deste edital são de competência exclusiva da PREFEITURA, permitida a delegação para a sanção prevista no subitem 20.2.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

20.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

21 - RESCISÃO

A inexecução parcial ou total do objeto da licitação ensejara a Rescisão Contratual, observadas, para tanto, a disposições da Seção V, Capítulo III da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

22 - REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

23 - DA GARANTIA

23.1 - NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO, PARA GARANTIA DO FIEL CUMPRIMENTO DE TODAS AS SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, A CONTRATADA DEPOSITARÁ A TÍTULO DE CAUÇÃO INICIAL, O VALOR CORRESPONDENTE A 5,0% (CINCO POR CENTO) DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO PODENDO ESSA CAUÇÃO SER REALIZADA NA FORMA PREVISTA PELO ARTIGO 56 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

23.2 - A garantia referida responderá por todas as multas e encargos impostos à CONTRATADA com base no descumprimento de obrigações contratuais e, em sendo insuficiente, a CONTRATADA terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para complementá-las;

23.3 - A devolução do montante da caução contratual, ou de seu saldo, será efetuada, pela CONTRATANTE até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Conclusão e Recebimento Definitivo das Obras e Serviços, estando esta em perfeitas condições.

24 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1 - Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos.

24.2 - Providenciar junto ao CREA ou CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010, além de providenciar o registro na Matrícula CEI e/ou Cadastro da Obra do Governo Federal (Plataforma Mais Brasil).

24.3 - A contratada deverá, sempre que necessário, comunicar-se formalmente por escrito com o Município de São Gabriel-BA.

24.4 - Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local das obras.

24.5 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar ao Município e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução das obras, objeto desta licitação.

24.6 - Exercer a vigilância e proteção de todos os seus equipamentos no local das obras.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- 24.7 - Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras no prazo contratual.
- 24.8 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com este Município, bem como todo o material necessário à execução das obras objeto do contrato.
- 24.9 - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução das obras.
- 24.10 - Todos os acessos necessários para permitir à chegada aos locais de execução das obras deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da contratada.
- 24.11 - A contratada deverá manter um preposto, aceito pelo Município de São Gabriel-BA, no local da obra, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 24.12 - Responsabilizar-se, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 24.13 - No momento da desmobilização, para liberação da última nota fiscal/fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 24.14 - A contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 24.14 - Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização deste Município.
- 24.15 - Durante a execução das obras caberá à empresa contratada, as seguintes medidas:
- Instalar e manter no canteiro de obras/serviços 1 (uma) placa de identificação da obra/serviço com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra/serviço com a respectiva ART, nº do contrato e contratante (Município de São Gabriel), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971;
 - A placa de identificação das obras/serviços/fornecimentos deve ser no padrão definido pelo Município e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se no Manual para Elaboração de Placas de Obra do Ministério da Integração Nacional, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe;
 - Manter no canteiro de obras/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento das obras, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela fiscalização e pela contratada em todas as vias, ficará em poder da contratante após a conclusão das obras/serviços/fornecimentos;
 - Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no canteiro de obras/serviços;
 - Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços, e,
 - Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 24.16 - Na execução das obras, objeto da presente licitação, a contratada deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:
- Projetos, Normas Complementares e demais Especificações Técnicas;
 - Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas do Município de São Gabriel;
 - Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU-CONFEA;
 - Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, e principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, e,
 - Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelos órgãos competentes, relativas à execução das obras, Decreto 7.746/2012 e a IN nº 01 de 19 de Janeiro de 2010 os quais dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional e dá outras providências.
- 24.17 - A contratada se obriga a atender as diretrizes de sustentabilidade de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental, entre outras:
- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- IV. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra/serviço;
- VI. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,
- VII. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

25 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 25.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 25.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 25.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 25.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 25.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
- 25.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 25.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 25.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 25.9 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

26 FISCALIZAÇÃO

- 26.1 - O Município de São Gabriel, através do seu Gestor, designará mediante portaria, um servidor que fará o acompanhamento e fiscalização do referido contrato, sendo o responsável pela observância do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais obrigando-se a comunicar aos demais setores sobre qualquer falta ou falha, cumprindo assim os artigos 10º e 11º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 e ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993. A coordenação do contrato, bem como a fiscalização da execução das obras/serviços/fornecimentos será realizada por técnicos designados na forma do Art. 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 26.2 - A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 26.3 - A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando obras/serviços/fornecimentos que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, às obras/serviços/fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 26.4 - A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer obra/serviço/fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Autoridade Superior.
- 26.5 - Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 26.6 - Das decisões da fiscalização poderá a contratada recorrer à Autoridade Superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 26.7 - A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 26.8 - Fica assegurado aos técnicos do Município de São Gabriel-BA o direito a seus exclusivos critérios, acompanharem, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução das obras/serviços/fornecimentos prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução das obras/serviços/fornecimentos.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

27 - RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

27.1 - Concluída a obra, a contratada solicitará ao setor de fiscalização deste Município, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de **10 (dez) dias** da data da solicitação.

27.2 - O Município terá até **90 (noventa) dias** para, através da fiscalização, verificar a adequação da obra recebida com as condições contratadas, emitirem parecer conclusivo e, no caso de projeto, aprovação da Autoridade Competente.

27.3 - Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça a obra rejeitada. Aceito e aprovado o serviço, o Município emitirá o Termo de Recebimento Definitivo da Obra que deverá ser assinado por representante autorizado da contratada, possibilitado a liberação da caução contratual.

27.4 - O Termo de Encerramento Físico do Contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pelo Município de São Gabriel-BA sobre toda a obra executada.

27.5 - A última nota fiscal/fatura da obra somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

27.6 - Os resultados da obra, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no seu contexto será de propriedade deste Município e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização.

28 - DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 A apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos.

28.2 A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

28.3 É facultado à Comissão, adiar a data de recebimento das Propostas de Preços desta licitação, dando conhecimento aos licitantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.

28.4 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela comissão, sob pena de desclassificação/inabilitação.

28.5 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

28.6 Quaisquer esclarecimentos e informações sobre este edital, poderão ser feitos à Comissão de Licitação, pessoalmente ou através do e-mail: compras@saogabriel.ba.gov.br, no horário das 08:00 às 12:00 horas, até o terceiro dia anterior à data fixada para o certame.

28.7 É facultado à Comissão ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

28.8 Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão.

28.9 Consideram-se erros materiais irrelevantes aqueles cuja ocorrência não comprometa a idoneidade do documento ou a perfeita compreensão do conteúdo da proposta.

28.10 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão que deverá valer-se das disposições legais pertinentes.

28.11 - A licitante é a responsável pela veracidade das informações e autenticidade dos documentos apresentados, em qualquer das fases da licitação.

28.12 Fica designado o foro da Cidade de Irecê, do Estado da Bahia - Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

29 - ANEXOS DO EDITAL
29.1 Indicados no campo IX – Dados do Edital.

Lucélia Rodrigues Silva Gomes
Presidente da CPL

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Contratação de empresa do ramo de engenharia para recuperação de estradas vicinais nos seguintes povoados: Lagoa de Fora a Currálinho, passando por Triângulo e Jaguaraci, totalizando 23,08 km, conforme Proposta SICONV nº 778226, Instrumento 2.015.00/2012, celebrado entre CODEVASF e o Município de São Gabriel-BA.

Tipo Menor Preço – Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

2 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Estabelecer normas, critérios e principais condições contratuais para a apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para recuperação de estradas vicinais no município de São Gabriel, regulamentado pelo Processo Administrativo nº 0691/2021, Instrumento Codevasf nº 2.015.00/2012 e cadastro SICONV nº 778226.

3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 As empresas que se interessarem em participar do certame deverão comprovar a sua regularidade jurídica, Fiscal, trabalhista, além das qualificações técnica e econômico-financeira, conforme item 7 do edital e o que estipula a Lei 8.666/93, que atendam as exigências do TR e seus anexos, não sendo permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob forma de Consórcio de empresas e nem sendo permitida a subcontratação dos serviços.

3.2 A visita aos locais de prestação dos serviços NÃO será obrigatória, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, por ela indicado, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

4 - METODOLOGIA

A presente aquisição será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

5 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A escolha da modalidade Tomada de Preços para a realização deste processo licitatório justifica-se pelo valor do projeto e por ser o tipo de serviço característico de obra de engenharia e seu critério de julgamento será o Menor Preço Global, na possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração.

6 - AVALIAÇÃO DE CUSTO

Atendendo ao disposto na Lei 8.666/93 na execução dos serviços ora contratados pela Prefeitura Municipal de São Gabriel-BA, procedeu-se a consulta de preços atualizados para cada item junto ao SINAPI ou ORSI, para o levantamento dos custos restantes desta obra, que está orçada no montante total de **R\$951.861,85 (Novecentos e cinquenta e um mil e oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos).**

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de inscrição ou registro da licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, e, caso a empresa esteja sediada em outro Estado da Federação, deverá apresentar o “visto” permissivo para executar atividades neste território do CREA-BA ou CAU-BA;

b) Prova de inscrição ou registro do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto;

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

c) Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica e declaração formal (anexo XIII) que se responsabilizará pelos trabalhos, apresentando a **RELAÇÃO EXPLÍCITA** das instalações de canteiros, máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

d) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica **em nome do profissional responsável técnico**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU da região onde as obras/serviços/fornecimentos foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem a execução de obras/serviços/fornecimentos similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação,

e) Comprovação quanto à capacidade Técnica-Profissional:

e.1) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional habilitado no campo da engenharia, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, expedida por estes Conselhos, que comprove ter o profissional executado obra(s) e/ou serviço(s) idênticos ou similares ao desta licitação, bem como compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento:

e.1.1) Define-se como obras/serviços similares de maior relevância:

- **TERRAPLENAGEM: 80.700,00m²**
- **REVESTIMENTO PRIMÁRIO: 13.800,00m²**
 - o Conforme descrito nas planilhas das pavimentações,
 - o A quantidade exigida para comprovação corresponde a 50% do total apurado,
 - o Poderá ser apresentado mais de um atestado para somar e comprovar o valor mínimo exigido.

e.1.2) Deverá(ão) constar no(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA/CAU, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica/física contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA/CAU; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução;

e.1.3) A comprovação de que trata o item anterior dar-se-á através de apresentação de atestados que estejam discriminados cada item.

g) Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente:

IV. O empregado;

V. O sócio;

VI. O detentor de contrato de prestação de serviço.

j) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada de anuência deste, e sua indicação para coordenar as obras/serviços/fornecimentos, objeto deste edital;

k) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;

l) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

j) Declaração do licitante de conhecimento das condições locais para a execução da obra, na qual o licitante comprova que cientificou-se das condições locais e das informações operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações que vier a assumir perante o Município de São Gabriel/BA, anexo XI.

j.1) Esta declaração visa o conhecimento total e *in loco* das especificações e das condições para realização do serviço objeto da licitação, pois a Prefeitura Municipal de São Gabriel não aceitará nenhuma alegação posterior;

j.2) As despesas com a visita aos locais da obra para aquele licitante que manifeste interesse, correrão por conta do mesmo, devendo contatar a Secretaria de Municipal de Infraestrutura localizada no Largo da Pátria, nº 132, Bairro Centro, sem necessidade de agendamento prévio, nos dias úteis, com até 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à abertura do certame, no horário das 08:00hs às 12:00hs;

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

J.3) Acórdão nº906/2012 – Plenário, no qual o Tribunal expediu as seguintes determinações ao ente licitante: *“Abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço, de maneira a preservar o que preconiza o art. 3º caput, e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.*

k) Alvará de licença, localização e funcionamento:

7.2 -FISCALIZAÇÃO

7.2.1 – O Município de São Gabriel, através do seu Gestor, designará mediante portaria, um servidor que fará o acompanhamento e fiscalização do referido contrato, sendo o responsável pela observância do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais obrigando-se a comunicar aos demais setores sobre qualquer falta ou falha, cumprindo assim os artigos 10º e 11º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 e ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993. A coordenação do contrato, bem como a fiscalização da execução das obras/serviços/fornecimentos será realizada por técnicos designados na forma do Art. 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

7.2.2 - A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 - A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando obras/serviços/fornecimentos que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, às obras/serviços/fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

7.2.4 - A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer obra/serviço/fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Autoridade Superior.

7.2.5 - Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

7.2.6 - Das decisões da fiscalização poderá a contratada recorrer à Autoridade Superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

7.2.7 - A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

7.2.8 - Fica assegurado aos técnicos do Município de São Gabriel-BA o direito a seus exclusivos critérios, acompanharem, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução das obras/serviços/fornecimentos prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução das obras/serviços/fornecimentos.

8 - CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

a) O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal Fatura em nome do Município, de acordo com os boletins de medição e respectiva aprovação pela autoridade competente, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente identificadas e atestada pela contratante de acordo com o cronograma físico-financeiro, e, a nota fiscal deverá ser acompanhada das respectivas certidões de regularidade da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, FGTS e CNDT – Trabalhista.

b) Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária a ser utilizada será do exercício de 2021:

Órgão/Unidade: 02.08.01 – Atividade: 1.004 Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 / 4.4.9.0.51.00 Fonte: 00 / 24

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

10 – DA GARANTIA

10.1 – NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO, PARA GARANTIA DO FIEL CUMPRIMENTO DE TODAS AS SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, A CONTRATADA DEPOSITARÁ A TÍTULO DE CAUÇÃO INICIAL, O VALOR CORRESPONDENTE A 5,0% (CINCO POR CENTO) DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO PODENDO ESSA CAUÇÃO SER REALIZADA NA FORMA PREVISTA PELO ARTIGO 56 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

10.2 – A garantia referida responderá por todas as multas e encargos impostos à CONTRATADA com base no descumprimento de obrigações contratuais e, em sendo insuficiente, a CONTRATADA terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para complementá-las;

10.3 – A devolução do montante da caução contratual, ou de seu saldo, será efetuada, pela CONTRATANTE até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Conclusão e Recebimento Definitivo das Obras e Serviços, estando esta em perfeitas condições.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos.

11.2 - Providenciar junto ao CREA ou CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010, além de providenciar o registro na Matrícula CEI e/ou Cadastro da Obra do Governo Federal (Plataforma Mais Brasil).

11.3 - A contratada deverá, sempre que necessário, comunicar-se formalmente por escrito com o Município de São Gabriel-BA.

11.4 - Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local das obras.

11.5 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar ao Município e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução das obras, objeto desta licitação.

11.6 - Exercer a vigilância e proteção de todos os seus equipamentos no local das obras.

11.7 - Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras no prazo contratual.

11.8 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com este Município, bem como todo o material necessário à execução das obras objeto do contrato.

11.9 - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução das obras.

11.10 - Todos os acessos necessários para permitir à chegada aos locais de execução das obras deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da contratada.

11.11 - A contratada deverá manter um preposto, aceito pelo Município de São Gabriel-BA, no local da obra, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).

11.12 - Responsabilizar-se, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

11.13 - No momento da desmobilização, para liberação da última nota fiscal/fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

11.14 - A contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

11.15 - Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização deste Município.

11.16 - Durante a execução das obras caberá à empresa contratada, as seguintes medidas:

g) Instalar e manter no canteiro de obras/serviços 1 (uma) placa de identificação da obra/serviço com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra/serviço com a respectiva ART, nº do contrato e contratante (Município de São Gabriel), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971;

h) A placa de identificação das obras/serviços/fornecimentos deve ser no padrão definido pelo Município e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se no Manual para Elaboração de Placas de Obra do Ministério da Integração Nacional, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe;

i) Manter no canteiro de obras/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento das obras, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela fiscalização e pela contratada em todas as vias, ficará em poder da contratante após a conclusão das obras/serviços/fornecimentos;

j) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no canteiro de obras/serviços;

k) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços, e,

l) Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

11.17 - Na execução das obras, objeto da presente licitação, a contratada deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:

a) Projetos, Normas Complementares e demais Especificações Técnicas;

b) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas do Município de São Gabriel;

c) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU-CONFEA;

d) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, e principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, e,

e) Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelos órgãos competentes, relativas à execução das obras, Decreto 7.746/2012 e a IN nº 01 de 19 de Janeiro de 2010 os quais dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional e dá outras providências.

11.18 - A contratada se obriga a atender as diretrizes de sustentabilidade de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental, entre outras:

I. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra/serviço;

VI. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,

VII. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

12.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

12.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.9 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Ao licitante que incidir nas hipóteses dos itens abaixo relacionados, será aplicada as sanções, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

13.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

13.2 Ao contratado que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

13.2.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

13.2.2 Multa por atraso imotivado da entrega dos produtos ou serviços, nos prazos abaixo definidos:

- a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de fornecimento, limitadas a 20% do valor da fatura;
- b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;
- c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.

13.2.2.1 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

13.2.3 Suspensão com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abaixo:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) de até 02 (dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.

13.2.4 Suspensão de até 02 (dois) anos e multa sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;
- b) paralisar a execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- c) prestar serviço em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- d) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vales-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%.

13.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 13.2.3 e 13.2.4.

13.3 A suspensão temporária do prestador de serviço cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

13.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

13.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do departamento administrativo/jurídico da PREFEITURA.

13.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

13.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a PREFEITURA rescinda unilateralmente o contrato.

13.8 As sanções previstas no item 13 deste edital são de competência exclusiva da PREFEITURA, permitida a delegação para a sanção prevista no subitem 13.2.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

13.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

14 - RESCISÃO

A inexecução parcial ou total do objeto da licitação ensejara a Rescisão Contratual, observadas, para tanto, a disposições da Seção V, Capítulo III da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

15 - RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

15.1 - Concluída a obra, a contratada solicitará ao setor de fiscalização deste Município, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de **10 (dez) dias** da data da solicitação.

15.2 - O Município terá até **90 (noventa) dias** para, através da fiscalização, verificar a adequação da obra recebida com as condições contratadas, emitirem parecer conclusivo e, no caso de projeto, aprovação da Autoridade Competente.

15.3 - Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça a obra rejeitada. Aceito e aprovado o serviço, o Município emitirá o Termo de Recebimento Definitivo da Obra que deverá ser assinado por representante autorizado da contratada, possibilitado a liberação da caução contratual.

15.4 - O Termo de Encerramento Físico do Contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pelo Município de São Gabriel-BA sobre toda a obra executada.

15.5 - A última nota fiscal/fatura da obra somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15.6 - Os resultados da obra, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no seu contexto será de propriedade deste Município e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização.

16 CONTRATAÇÃO

16.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Prefeitura firmará contrato específico com o licitante vencedor, visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta que integra este edital.

16.2 O futuro contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração.

16.3 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos produtos, mantendo se o valor inicial atualizado do contrato nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

17 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO LICITADO

17.1 Em anexo seguem os documentos técnicos que estão disponíveis que são relacionados a este projeto, que fazem parte deste Termo de Referência que integram este edital.

São Gabriel-Ba, 29 de Setembro de 2021.

Cleveson Martins Sodré
Secretário Municipal de Infraestrutura

Amanda Batista Neiva
Engenheira

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

Nº FL. 42

PROC. 1563/2021

ASS. [Assinatura]

OBRA: TERRAPLENAGEM E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS
TRECHO: Recuperação de estradas vicinais, em diversas localidades no interior do município de São Gabriel
EXTENSÃO: 23,87 km

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ENCARGOS SOCIAIS: 124,28%

BDI: 25%

DNIT: Setem/12
SINAPI: Jan/13

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
02.00	SERVIÇOS PRELIMINARES				121.948,36
COMP.	Mobilização	un	1,00	1.407,01	1.407,01
COMP.	Desmobilização	un	1,00	1.407,01	1.407,01
73805/001	Instalação de canteiro	m²	12,00	247,63	2.971,50
COMP.	Administração local e manutenção do canteiro	mês	4,00	19.516,36	78.065,44
COMP.	Controle tecnológico / Geométrico da estrada	dia	40,00	57,33	2.293,00
74209/001	Placa da obra - 2 und (3x4)m	m²	24,00	193,60	4.646,40
73822/002	Desmatamento, destocamento e limpeza - Faixa de Domínio	m²	55.392,00	0,56	31.158,00
03.00	TERRAPLENAGEM				130.863,60
2S0211000	Regularização e compactação do subleito	m²	161.560,00	0,81	130.863,60
04.00	REVESTIMENTO PRIMÁRIO				699.049,81
2S0110020	Escavação, carga, transporte e espalhamento de material de 1ª categoria (jazida) DMT até 5 Km	m³	27.696,00	14,11	390.859,80
72842	Momento extraordinário de transporte	txkm	325.538,78	0,65	211.600,21
5S0151100	Compactação 100% proctor normal	m²	27.696,00	3,49	96.589,80
TOTAL GERAL				R\$	951.861,85



Nº FL. 43
 PROC. 1563/12-31
 ASS. [Assinatura]

PROPOSTA FINANCEIRA DO PROJETO		CODIGO: FPRO
NOME DA CONSULTORA:		
PROJETO:	OBJETO:	EDITAL:
PM São Gabriel	TERRAPLENAGEM E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS	
SERVIÇOS PAGOS A PREÇO GLOBAL		
CUSTOS DIRETOS		
A1 - MOBILIZAÇÃO (FPRO-XI)		1.000,00
A2 - DESMOBILIZAÇÃO (FPRO-XI)		1.000,00
A - TOTAL DA MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO		2.000,00
MÃO-DE-OBRA		
B1 - TOTAL SALÁRIOS DA EQUIPE COM VÍNCULO (FPRO-I)		10.468,50
B2 - TOTAL SALÁRIO DO AUTÔNOMO (FPRO-I)		
B - TOTAL DE SALÁRIO DAS EQUIPE		10.468,50
C1 - ENCARGOS SOCIAIS DE B1 (77,25% DO B1) (FPRO-XIV)		8.086,92
C2 - ENCARGOS SOCIAIS DE B2 (20% DO B2)		
C - TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		8.086,92
OUTRAS DESPESAS		
D - DESPESAS COM VIAGENS (FPRO-II)		3.003,75
E - SERVIÇOS GRÁFICOS (FPRO-III)		8.199,68
F - DESPESAS GERAIS (FPRO-IV)		
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS		11.203,43
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS		29.758,85
CUSTOS INDIRETOS		
G - CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO = (25% DO ITEM B) (FPRO-XII)		2.617,13
H - REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO) = (10% DOS ITENS A+B+C+D+E+F+G)		3.437,60
I - DESPESAS FISCAIS = (16,62% = DF' DOS ITENS A+B+C+D+E+F+G+H) (FPRO-XIII)		6.284,62
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS		12.339,35
TOTAL DOS SERVIÇOS PAGOS A PREÇO GLOBAL		42.098,20
SERVIÇOS PAGOS A PREÇO UNITÁRIO		
J - Serviços Topográficos (FPRO-V)		6.039,95
K - Serviços Geotécnicos (FPRO-VII)		
TOTAL DOS SERVIÇOS PAGOS A PREÇO UNITÁRIO		6.039,95
TOTAL DA PROPOSTA		48.138,15
NOME DO INFORMANTE:	QUALIFICAÇÃO:	
ASSINATURA:	DATA:	
OBSERVAÇÃO:		

[Assinatura]
Franco M. Boa Sorte
 Engenheiro Civil
 CREA-BA-79220

[Assinatura]



FL. 76
PROC. 156312-31
ASS. [Signature]

PLANO DE TRABALHO 1/3

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente					C.G.C.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL					13.891.544/0001-32	
Endereço						
LARGO DA PÁTRIA N° 132						
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	FAX	E.A.	
SÃO GABRIEL	BA	44.915-000	(74) 3620-2122	(74) 3656 - 2159	MUNICIPAL	
Conta Corrente		Banco	Agência	Praça de Pagamento		
		B. BRASIL		SÃO GABRIEL		
Nome do Responsável					C.P.F.	
GEAN ÂNGELA ROCHA					913.680.065-15	
C.I./Órgão Expedidor		Cargo	Função	Matrícula		
06.507.924-83 /SSP/BA		PREFEITO	ADMINISTRATIVO			
Endereço					C.E.P:	
AVENIDA RAUL FERREIRA DAS VIRGENS N° 179					44.915-000	

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Recuperação de estradas vicinais em diversas localidades no interior do município de São Gabriel/Ba	AAC	AAC+365 DIAS
Identificação do Objeto		
Recuperação de estradas vicinais nas seguintes localidades: Lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci, totalizando 23,08 km, dentro do município de São Gabriel/Ba.		
Justificativa da Proposição		
Esta proposição tem como meta minimizar o sofrimento da população da zona rural que sofre com a falta de acesso no período chuvoso, provocando sucessivos atoleiros comprometendo não só o deslocamento destas pessoas a outros centros, como também o escoamento de toda a produção, pois se tratam de localidades altamente agrícolas.		



PLANO DE TRABALHO 2/3

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico			Duração	
			Unidade	Quantidade	Valor	Início	Término
1.0	1.1	Elaboração de Projeto de Engenharia AAC – A partir da Assinatura do Convênio.	Un	01	48.138,15	AAC	90 dias
	1.2	Recuperação de estradas vicinais. Lagoa de Fora a Currealinho, passando por Triângulo e Jaguaraci	Km	23,08	951.861,85	90 dias	365 dias

4 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Conveniente
Código	Especificação			
44.40.42	Transferência / Auxílio ao Município	950.000,00	950.000,00	-
44.90.51	Contrapartida ao Município	50.000,00	-	50.000,00
TOTAL GERAL		1.000.000,00	950.000,00	50.000,00



F.FL. 77
PROC. 1563/12-31
ASS. [Signature]

PLANO DE TRABALHO 3/3

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE

ALR – Após Liberação Recurso

Etapa	1º Mes	2º Mes	3º Mes	4º Mes	5º Mes	6º Mes
1	45.604,56					
2			301.465,14			301.465,14
Etapa	7º Mes	8º Mes	9º Mes	10º Mes	11º Mes	12º Mes
1						
2			301.465,16			

CONVENENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	1º Mes	2º Mes	3º Mes	4º Mes	5º Mes	6º Mes
1	2.533,59					
2			15.822,13			15.822,13
Etapa	7º Mes	8º Mes	9º Mes	10º Mes	11º Mes	12º Mes
1						
2			15.822,15			

6 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Codevasf, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal/Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento,

SÃO GABRIEL - BA, 14 de Abril de 2014.

GEAN ÂNGELA ROCHA
Prefeito

7 - APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Aprovado

Local e Data

[Signature]
Claudio M. Machado F Silva
Superintendente Regional Substituto
Decisão nº 1.026/13



Nº. FL 78
 PROC. J563/19-31
 ASS. [assinatura]

Relação de documentos - Convênios c/ Municípios			
Processo Nº 59520.001563/2012-31			Convênio: 2.015.00/2012
Conveniente: Prefeitura Municipal de São Gabriel			
Objeto: Recuperação de Estradas Vicinais			Data de conferência: 13/02/14
			Anterior
			Atual
			VENCIMENTO
			FOLHA
ITEM	OBS	Documento	
1		CNPJ do Município (cartão do CNPJ)	13
2		Cópia autenticada do CPF do atual Prefeito	14
3		Cópia autenticada do RG do atual Prefeito	14
4		Cópia autenticada do Diploma do atual Prefeito	15
5		Cópia autenticada da Ata de posse do atual Prefeito	16
6		Cópia autenticada da Comprovante de residência do atual Prefeito	17
7		Cadastro no SICONV (Port.507/11, art.3º)	2
8		Comprovante do número de habitantes do município, emitido pelo IBGE, para que seja possível o enquadramento no inc. I do §1º do art.57 da Lei nº 12.919/13 - LDO/2013 (municípios com até 50.000 habitantes - contrapartida entre 2 e 4%; > 50.000 habitantes - contrapartida entre 4 e 8%; 8% a 20% nos demais Municípios)	65
9		Comprovação, se for o caso, do enquadramento do município numa das hipóteses previstas no §2º do art.57 da Lei nº 12.919/2013 - LDO/2013, para requerer a redução do limite mínimo da contrapartida	Não se aplica
10		Comprovação de disponibilidade orçamentária para suporte da contrapartida, que será exclusivamente financeira, conforme art.57 da LDO/2013, mediante comprovação de que existe previsão de contrapartida na Lei Orçamentária do Município, observada a plurianualidade. Apresentar cópia do QDD (Quadro Demonstrativo de Despesa).	18 a 29
11		Plano de Trabalho-conjunto de elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado que caracterize obras/serviços ou complexo desses; elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares; que assegurem a viabilidade técnica; adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento; que possibilite a avaliação dos seus custos de engenharia; definição dos métodos; prazo de execução; devendo conter os elementos que dispõe o inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 8.666/93 - PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG, MF e CGU Nº 507, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, art. 25. Este plano de trabalho deverá estar dividido em duas metas: Iª META - Elaboração do Projeto Executivo atendendo as novas recomendações; a IIª META - Referente as etapas executivas das obras/serviços.	76 e 77
12		ART / CREA (específico, designando a obra objeto do convênio) - projeto	34 e 35
13		ART / CREA (específico, designando a obra objeto do convênio) - fiscalização	34 e 35
14		Aprovação/ autorização dos órgãos competentes (COELBA, INEMA, IBAMA). Estudos técnicos preliminares relativos ao impacto ambiental, ou quando em sua falta justificativa da sua ausência. (Art. 6º, inciso IX e 12, inciso VII da Lei 8.666/93)	Após licitação
		a) Licenciamento ambiental, tanto para construção e/ou recuperação da estrada como para a exploração de jazida	Após licitação
		b) Outorga para construção de obra hidráulica e/ou uso de água, de acordo com a lei nº 9433/97, IN 4/2000 ou legislação estadual correspondente (INEMA)	Não se aplica
	c) Estudo de impacto ambiental / Relatório de impacto do meio ambiente - EIA / RIMA, ou justificativa de da ausência	Após licitação	
15		Indicação do representante da conveniente responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do convênio a ser celebrado (art. 67 da Lei 8.666/93)	33
16		a) Comprovação do exercício pleno da propriedade do imóvel, mediante certidão de registro no cartório de imóvel, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras, ou benfeitorias no mesmo (Port.507/11, art. 39-IV) - tanto para recuperação da estrada como para a exploração de jazida	Após licitação
		b) Demais formas de propriedade excepcionadas nos parágrafos 2º a 5º do art. 39 da Port. 507/11	Após licitação
17		Estipulação da destino dos bens remanescentes do convênio ou contrato de repasse (art.41,Port.º 507/11)	Não se aplica
18	***	Certidões de regularidade- CND's - (Port.507/11, art. 38 cf. LRF, art. 25-§1º IV, "a")	CAUC
19	***	Secretaria da Receita Federal - SRF	CAUC
20	***	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	CAUC
21	***	Comproventes de inexistência de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes ao três meses anteriores ou Certidão Negativa de Débitos - CND atualizada, e, se for o caso, também a regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas aos débitos renegociados (LRF, art. 25-§1º, IV, "a")	CAUC
22	***	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF (LRF, art. 25-§1º, IV, "a")	CAUC
23	***	Comprovação da inexistência de pendências pecuniárias registradas no CADIN	CAUC
24	***	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	CAUC
25	***	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais Recebidos Anteriormente, em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "a" da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mediante consulta: a) ao Subsistema TRANSFERÊNCIAS do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para os convênios firmados sob a égide da Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997; b) ao SICONV, para aqueles firmados sob a égide da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 2011, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Controladoria Geral da União.	CAUC
26		Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que dispõe de condições técnicas para executar o convênio ou contrato de repasse	64
27	***	Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União, e administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, comprovada mediante informação de adimplência prestada pela STN	CAUC

\\SRV012SRV2a GRD\Diversos 2014 - GRD\CHECK LIST 2014\Check list_São Gabriel_Est. Vicinais (1563-13).xlsx



Relação de documentos - Convênios c/ Municípios				
Processo Nº 59520.001563/2012-31			Convênio: 2.015.00/2012	
Conveniente: Prefeitura Municipal de São Gabriel			Data de conferência: 13/02/14	
Objeto: Recuperação de Estradas Vicinais			Anterior	Atual
ITEM	OBS	Documento	VENCIMENTO	FOLHA
28	***	Comprovação de cumprimento dos limites constitucionais relativos à aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde		CAUC
29	***	Comprovante de publicação do Relatório de Gestão Fiscal, de que tratam os arts. 54 e 55 da LRF		CAUC
30	***	Comprovante de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme art.51 da LRF (Port. 127/08,art.24-XII).		CAUC
31	***	Comprovante da apresentação de suas contas à Secretaria do Tesouro Nacional ou entidade preposta nos prazos referidos no art. 51, §1º, incisos I e II, da LRF, observado o que dispõe o art. 50 da LRF		CAUC
32	***	Comprovação do encaminhamento das contas anuais, conforme o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.		CAUC
33	**	Indicação da forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo concedente, que deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto.(Decreto nº 6.170/07,art.6º)		CODEVASF
34		Modelo de declaração no padrão adotado pela CODEVASF, endereçada e protocolada pelo Tribunal de Contas do Município - TCM. Quando encaminhado, deverá estar juntada cópia do decreto/nomeação do secretário da fazenda, finanças ou tesoureiro co-responsável		38 a 39 e 58
35	**	Memórias de cálculo comparativas entre os preços constantes do orçamento apresentado pelo proponente e aqueles praticados pelo mercado, com indicação da fonte pesquisada de forma a fundamentar os pareceres com evidências que corroborem a aprovação dos projetos (Acórdão TCU nº 463/2004)		CODEVASF
36	**	Nas análises de custos dos projetos seja procedido exame específico circunstanciado das quantidades de material/serviço necessários à execução dos projetos, que tragam impacto significativo ao custo global dos mesmos (Acórdão TCU nº 463/2004)		CODEVASF
37		Modelo de declaração no padrão adotado pela CODEVASF de Inexistência de Menor trabalhador (CF/88, art. 7º, inc. XXXIII)		40
38	**	Parecer da área técnica competente da Administração Central, necessária nos convênios situados nos limites de competência do CGE da 2ª SR (item II, "a", Res.317/07 - DEX CODEVASF)		CODEVASF
*** ITENS ATENDIDOS PELO CAUC. CABE AO PROPONENTE REQUERER A COMPROVAÇÃO VIA CAUC(Art.38,§3º Port.507/11)				
** O ATENDIMENTO DOS ITENS 33, 35, 36 E 38 SAO DE RESPONSABILIDADE DA CODEVASF				
TODOS OS DOCUMENTOS DEVERAO SER INCLUIDOS NA PASTA ANEXOS DO SICONV				
Relação de documentos do Projeto Básico				
ITEM	OBS	Documento	VENCIMENTO	FOLHA
1		Mapa de localização do município		60
2		Termo de Referência com Especificações técnicas		Após licitação
3		Pesquisa de mercado com no mínimo 03 (três) preços		Não se aplica
4		Proposta Financeira do projeto		68 a 75
5		População beneficiada		41

\\SRV012SR2a GRD\Diversos 2014 - GRD\CHECK LIST 2014\Check list_São Gabriel_Est. Vicinais (1563-13).xlsx



Nº. FL 79
 PROC. 1563/12-31
 ASS. [assinatura]



Ministério da Integração Nacional – MI
 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

NOTA TÉCNICA

Processo N° 59520.001563/2012-31

Conveniente: Prefeitura Municipal de São Gabriel– BA

Objetivo: Recuperação de Estradas Vicinais no Município de São Gabriel - BA.

Este documento refere-se à análise do Plano de Trabalho e documentos apresentados para a Recuperação de Estradas Vicinais situadas na zona rural do Município de São Gabriel, conforme escopo acima.

1. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Foram analisados os seguintes documentos:

CNPJ do Município (cartão do CNPJ)	Fl. 13
Cópia autenticada do CPF do atual Prefeito	Fl. 14
Cópia autenticada do RG do atual Prefeito	Fl. 14
Cópia autenticada do Diploma do atual Prefeito	Fl. 15
Cópia autenticada da Ata de posse do atual Prefeito	Fl. 16
Cópia autenticada da Comprovante de residência do atual Prefeito	Fl. 17
Cadastro no SICONV (Port.507/11,art.3º)	Fl. 2
Comprovante do número de habitantes do município, emitido pelo IBGE, para que seja possível o enquadramento no inc. I do §1º do art.57 da Lei nº 12.919/13 - LDO/2013 (municípios com até 50.000 habitantes - contrapartida entre 2 e 4%; > 50.000 habitantes - contrapartida entre 4 e 8%; 8% a 20% nos demais Municípios)	Fl. 65
Comprovação de disponibilidade orçamentária para suporte da contrapartida, que será exclusivamente financeira, conforme art.57 da LDO/2013, mediante comprovação de que existe previsão de contrapartida na Lei Orçamentária do Município, observada a plurianualidade. Apresentar cópia do QDD (Quadro Demonstrativo de Despesa).	Fls. 18 a 29
Plano de Trabalho - conjunto de elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado que caracterize obras/serviços ou complexo desses; elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares; que assegurem a viabilidade técnica; adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento; que possibilite a avaliação dos seus custos de engenharia; definição dos métodos; prazo de execução; devendo conter os elementos que dispõe o inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 8.666/93 - PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG, MF e CGU Nº 507, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, art. 25. Este plano de trabalho deverá estar dividido em duas metas: Iª META - Elaboração do Projeto Executivo atendendo as novas recomendações; a IIª META - Referente as etapas executivas das obras/serviços.	Fls. 76 e 77
ART / CREA (específico, designando a obra objeto do convênio) – projeto e fiscalização	Fls. 34 e 35



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Indicação do representante da convenente responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do convênio a ser celebrado (art. 67 da Lei 8.666/93)	Fl. 33
Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que dispõe de condições técnicas para executar o convênio ou contrato de repasse	Fl. 64
Modelo de declaração no padrão adotado pela CODEVASF, endereçada e protocolada pelo Tribunal de Contas do Município - TCM. Quando encaminhado, deverá estar juntada cópia do decreto/nomeação do secretário da fazenda, finanças ou tesoureiro co-responsável	Fls. 38 a 39 e 58
Declaração de Inexistência de Menor trabalhador (CF/88, art. 7º, inc. XXXIII)	Fl. 40
Mapa de localização do município	Fl. 60
População a ser beneficiada	Fl. 41
Proposta financeira do projeto	Fls. 68 a 75

2. PARTE TÉCNICA

Concluimos que o orçamento apresentado, do Projeto de Engenharia no valor de **R\$ 48.138,15 (quarenta e oito mil, cento e trinta e oito reais e quinze centavos)** é consoante com os preços praticados por órgãos oficiais e com os de mercado. Os custos foram analisados com base nos insumos/serviços do SINAPI mês de referência, fevereiro/2014 e na tabela SICRO II do DNIT mês de referência, janeiro/2014. Na análise dos custos os preços foram ajustados de modo que foi considerado o BDI proposto pela Convenente. O custo referente à execução do Projeto de Engenharia estimado em **R\$ 951.861,85 (novecentos e cinquenta e um mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos)**, será analisado, por esta área técnica, após a sua apresentação pela Convenente.

Informo que o orçamento do Projeto de Engenharia apresentado é viável tecnicamente, considerando os seguintes aspectos:

- A documentação administrativa apresentada, em consonância com a Portaria 507/2011, atende satisfatoriamente à celebração do Convênio;
- Os custos apresentados para a elaboração do Projeto de Engenharia estão compatíveis com os dos órgãos oficiais e com os preços de mercado, o que comprova a sua exeqüibilidade;



Nº. FL 80
PROC. 1563/12-31
SS



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

- A justificativa apresentada pela proponente, no Plano de Trabalho, foi considerada procedente.

3. PARTE DE EXAMES ESPECÍFICOS

a. Exame específico circunstanciado das quantidades de material/serviço necessários à execução do Projeto de Engenharia, que traga impacto significativo ao custo global do mesmo (Acórdão TCU nº. 463/2004):

Determinação que deverá ser suprida pela análise de quantidades e preços a serem apresentados no Projeto de Engenharia.

b. Memórias de cálculo comparativas entre os preços constantes do orçamento apresentado pelo proponente e aqueles praticados pelo mercado, com indicação da fonte pesquisada de forma a fundamentar os pareceres com evidências que corroborem a aprovação dos projetos (Acórdão TCU nº. 463/2004):

Determinação que deverá ser suprida pela análise de quantidades e preços a serem apresentados no Projeto de Engenharia.

c. Indicação da forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo Concedente, que deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto. (Decreto nº 6.170/07, art.6º; art.30,XV, Port. Nº127/08).

Será indicado para coordenar esse convênio um técnico da Codevasf, que acompanhará o cronograma e programação dos serviços durante sua execução, com registro fotográfico de todas as etapas da construção conforme as especificações técnicas, parte do Projeto de Engenharia, a ser apresentado na próxima etapa.

d. Comprovação acerca da adequação das quantidades das composições dos serviços, previamente à licitação de novas obras, de forma a permitir a elaboração dos projetos e orçamentos com segurança e confiabilidade, em observância ao Art. 6º, inciso IX, alínea f, da Lei n.º 8.666/1993. (Acórdão TCU 2674/2009).

Determinação a ser suprida com a apresentação do Projeto de Engenharia e o seu orçamento pela Conveniente e posterior análise desta área técnica.

e. Realização dos devidos estudos de viabilidade econômica e financeira para as obras de sua responsabilidade, com finalidade de resguardar a qualidade das futuras contratações, atendendo ao comando do art. 6º, inciso IX, da Lei n.º 8.666/1993 e às disposições da Resolução n. 361, de 10/12/1991, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea. (Acórdão TCU 2674/2009).

Determinação a ser suprida com a apresentação do Projeto de Engenharia e o seu orçamento pela Conveniente e posterior análise desta área técnica.

4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A proponente deverá apresentar o Projeto de Engenharia contendo todos os elementos necessários à Recuperação de estradas vicinais (Memorial Descritivo, Especificações



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Técnicas, Desenhos técnicos, Cronograma Físico-financeiro, Projetos complementares, Detalhamento de Encargos Sociais, Relatório Fotográfico, etc.), até a data estipulada no instrumento de convênio;

O orçamento apresentado para a concepção do Projeto de Engenharia é compatível com os órgãos oficiais e com os preços de mercado, o que comprova a sua exequibilidade.

Informamos que antes da execução dos serviços deverão ser apresentados à CODEVASF e anexados ao processo os itens 14 e 16 do check list padrão, conforme segue:

14 a) Licenciamento ambiental, tanto para construção e/ou recuperação da estrada como para a exploração de jazida;

14 c) Estudo de impacto ambiental / Relatório de impacto do meio ambiente - EIA / RIMA, ou justificativa de ausência;

16 a) Comprovação do exercício pleno da propriedade do imóvel, mediante certidão de registro no cartório de imóvel, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras, ou melhorias no mesmo (Port.507/11, art. 39-IV) - tanto para recuperação da estrada como para a exploração de jazida.

Diante do exposto, a celebração do Convênio é tecnicamente viável.

5. PARECER TÉCNICO

Recomendamos a celebração do instrumento de convênio, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme plano de trabalho apresentado, constando no instrumento, cláusula específica para a apresentação do projeto básico no prazo de 90 (noventa) dias após a data de celebração do mesmo, conforme Art. 23 da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/MCT Nº 127, DE 29 DE MAIO DE 2008.

6. CONCLUSÃO

A CODEVASF deverá proceder à diligência junto à proponente para atender ao item 4 deste documento, e, remeter processo para a área competente visando atender ao item 5 do mesmo.

Bom Jesus da Lapa, 16 de abril de 2014.

Soraia Almeida Santos
Analista em Desenvolvimento Regional
Matrícula nº 111.770-0

U

de: AJ,

Par emissão de parecer jurídico.

Em 16/04/14

Soraia Almeida Santos
Gerente Regional 2ª GRD Substituta
Decisão nº 474/13



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - ASSESSORIA JURÍDICA

FOLHA: 81
PROC. 1563/12-31
ASS. *[assinatura]*

PROCESSO Nº 59520.001563/2012-31
INTERESSADO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL
ASSUNTO PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

PARECER

EMENTA: CONVÊNIOS. EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELO DECRETO nº 6.170/07, PORTARIA INTERMINISTERIAL CGU/MF/MP nº 507/11 e RESOLUÇÃO Nº 167/13. NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL. PROSSEGUIMENTO CONDICIONADO.

Trata-se de proposta de convênio a ser celebrado com o Município de São Gabriel/Ba, tendo por objeto a recuperação de estradas vicinais, no referido município, conforme Plano de Trabalho de fls. 76/77, área abrangida pela 2º SR/CODEVASF, no valor total estimado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) pela CODEVASF e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de contrapartida do convenente.

Através de Plano de Trabalho com as especificações técnicas e orçamento apresentados, constata-se que os objetivos dos partícipes convergem, vez que ambos pretendem o desenvolvimento local/regional, de forma a trazer melhor qualidade de vida da população, propiciando a melhoria de condições gerais para o desenvolvimento regional.

Verificando-se as questões atinentes a documentação para a formalização de convênios, vale frisar que é necessário que sejam atendidos, além do Decreto nº 6.170/07 e suas posteriores alterações e PORTARIA INTERMINISTERIAL CGU/MF/MP nº. 507/11, a Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº. 12.919/13 dentre outras, no que couber, haja vista se tratar de convênio de natureza financeira, conforme Plano de Trabalho acostado aos autos.

O valor da contrapartida ofertado pelo proponente encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelo art. 60, § 1º da Lei nº 12.919/13.

Às fls. 79/80, encontra-se parecer conclusivo da área gestora do programa acerca do plano de trabalho e demais documentos apresentados pelo proponente com o check-list preenchido, como demanda o Manual de Convênios da CODEVASF.

Quanto à análise do cumprimento das exigências formais e legais, sob o prisma jurídico, destacamos:

- a) Verifica-se pela nota técnica de fls. 79/80 que não foram apresentadas as licenças ambientais, estudo de impacto ambiental/relatório de impacto do meio ambiente e documentos de comprovação do exercício pleno da propriedade do imóvel onde serão realizados os serviços e obras, bem como de jazida de cascalho, caso necessária sua utilização. Conquanto a legislação permita a apresentação posterior de tais documentos (Port.507/11, art. 39, § 6º), tal condição deve ser objeto de autorização expressa da autoridade competente, devendo, *in casu*, constar *[assinatura]*



FOLHA: 82
PROC. 1563/12-31
ASS. A



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - ASSESSORIA JURÍDICA

expressamente da proposição à DIREX, bem como da Resolução que autorizar a celebração do convênio;

- b) Recomendamos que não se inicie a execução da obra sem a exigida licença ambiental.

Pelo exposto, conclui-se que existe possibilidade jurídica para celebração do convênio, **desde que observados os apontamentos.**

Portanto, caso a autoridade administrativa competente assim deseje, **poderá dar prosseguimento normal aos presentes autos, sempre condicionando ao suprimento das lacunas apontadas, remetendo, neste sentido, cópia deste parecer ao setor responsável pela documentação para que providencie o cumprimento das exigências solicitadas acima, e atentando para a manutenção da validade de todos os documentos e consultas legalmente exigidos.**

É o parecer.


Bom Jesus da Lapa/BA, 23 de abril de 2014.


Sarah Carolina Viana M. Carneiro
ASSESSORA JURÍDICA

À 2ª GRD.

Segue parecer jurídico, para atendimento e envio dos autos à 2ª SR, visando à submissão do pleito ao juízo de conveniência/oportunidade da autoridade competente.

Bom Jesus da Lapa/BA, 23 de abril de 2014.


SARAH CAROLINA V. M. CARNEIRO
ASSESSORA JURÍDICA
CHEFE SUBSTITUTA DA 2ª ASSESSORIA JURÍDICA



Ministério da Integração Nacional - MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Fl.: 83
Proc.: 1563/2012-1
Rubrica AD/SE

PROPOSIÇÃO Nº: 134/2014 - AD

PROCESSO Nº: 59520.001563/2012-31

ORIGEM: AD - Área de Desenvolvimento Integrado e Infra-Estrutura

OBJETIVO: 1) Autorizar, fundamentado na Nota Técnica (fls. 79 e 80) e Parecer Jurídico (fls. 81 e 82) do processo nº 59520.001563/2012-31, a 2ª Superintendência Regional celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de São Gabriel/BA, tendo por objeto a Recuperação de estradas vicinais na zona rural do município, conforme descrição no Plano de Trabalho (fls. 76 e 77), no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) correspondente à participação financeira da Concedente e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de contrapartida do Conveniente.

Os recursos da Codevasf no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais)), correrão à conta do programa de trabalho nº 050481-15.244.2029.7K66.0066 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - Em municípios - No Estado da Bahia, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional.

2) Determinar que no convênio conste cláusulas estabelecendo:

2.1) Apresentação e aprovação do projeto básico pela Codevasf, no prazo de 365 dias contados da data de assinatura, sob pena do convênio ser extinto, conforme preceitua o artigo 23, § 5º da Portaria Interministerial MPOG/SHR e MPOG/SOF nº 127/2008.

2.2) A liberação das parcelas referentes à execução da obra fica condicionada à aprovação do projeto pela Codevasf e sanadas as pendências citadas no parecer jurídico.

2.3) Exigência da aplicação pela Prefeitura, por ocasião da contratação da execução da obra, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

HISTÓRICO: Em 07/12/2012, através da Proposta n.º 052736/2012 no SICONV, foi emitida a Nota de empenho nº 2012NE800023 (fl. 07) para celebração do convênio entre a Prefeitura de São Gabriel/BA e a 2ª Superintendência Regional da Codevasf, objetivando a Recuperação de estradas vicinais, no município mencionado, no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).



Ministério da Integração Nacional - MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba

Nº. FL. 84
PROC. 1563/2012-31
ASS. [assinatura]

Em 16/04/2014, a área técnica emitiu Nota Técnica (fls. 79 e 80) informando que a proposta básica apresentada é viável tecnicamente, já que a documentação técnica atende satisfatoriamente, tanto para a celebração do convênio quanto para a compreensão da concepção da obra e que o orçamento apresentado para a concepção do Projeto de Engenharia é compatível com os órgãos oficiais e com os preços de mercado.

Em 23/04/2014, a assessoria jurídica emitiu Parecer Jurídico (fls. 81 e 82) informando existir possibilidade jurídica para celebração do convênio, desde que observados os apontamentos realizados no referido parecer.

JUSTIFICATIVA: A obra tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável local.

Responsável pelas informações: [assinatura] SORAIA ALMEIDA SANTOS
ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
2ª/GRD/UEP

De acordo: [assinatura] LOURIVAL SOARES GUSMÃO
Superintendente Regional da 2ª Superintendência Regional - 2ª/SR

Brasília, 23 de Abril de 2014

ELMO VAZ BASTOS DE MATOS
Presidente
Respondendo pela Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura



Ministério da Integração Nacional - MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Presidência

Fls. 8
Proc. 59520.001563/2012-31
R. 02 - P. 002

PRESIDÊNCIA

ATO Nº 279/ PR, de 28 de abril de 2014

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, no uso de suas atribuições e conforme o artigo 22 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.604/2000, alterado pelos Decretos nº 4.694 de 12 de maio de 2003 e nº 5.859 de 26 de julho de 2006, considerando as disposições contidas no parágrafo único do art 7º, e conforme art. 10 do Regimento Interno da Diretoria Executiva;

RESOLVE:

1) Autorizar, *ad referendum* da Diretoria Executiva, com base na Nota Técnica (fls. 79 e 80) e Parecer Jurídico (fls. 81 e 82) do processo nº 59520.001563/2012-31, a 2ª Superintendência Regional celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de São Gabriel/BA, visando à recuperação de estradas vicinais na zona rural do município, conforme descrição no Plano de Trabalho (fls. 76 e 77), no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) correspondente à participação financeira da concedente e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de contrapartida da conveniente.

2) Determinar que no convênio constem cláusulas estabelecendo:

2.1) Apresentação e aprovação do projeto básico pela Codevasf, no prazo de 365 dias contados da data de assinatura, sob pena do convênio ser extinto, conforme preceitua o artigo 23, § 5º da Portaria Interministerial MPOG/SHR e MPOG/SOF nº 127/2008.

2.2) A liberação das parcelas referentes à execução da obra fica condicionada à aprovação do projeto pela Codevasf e ao cumprimento dos apontamentos citados no parecer jurídico.

2.3) Exigência da aplicação pela Prefeitura, por ocasião da contratação da execução da obra, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Os recursos da Codevasf no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) correrão à conta do programa de trabalho nº 050481-15.244.2029.7K66.0066 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em municípios - No Estado da Bahia, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional

ELMO VAZ BASTOS DE MATOS
Presidente

FOR-004



2.015.00/2012

88
1563/12-31
4



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2º/ SR- Assessoria Jurídica

Convênio que entre si fazem a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL, na forma abaixo:

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, CODEVASF** empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional- MI, criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, alterada em parte pela Lei nº 9.954, de 06 de janeiro 2000, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, Ed. Deputado Manoel Novaes, em Brasília-DF, doravante denominada CODEVASF, representada, neste ato, por seu, Superintendente Regional, Sr. **LOURIVAL SOARES GUSMÃO**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Agrônomo, portador do CPF/MF nº 065.475.245-15 e do RG nº 1.130.467-74 SSP/BA, domiciliado na Avenida Manoel Novais, S/N, Centro CEP 47600-000 Bom Jesus da Lapa (BA), com delegação de competência dada através da Decisão nº 1622 de 23.12.2011 e o **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL**, no Estado da Bahia pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 13.891.544/0001-32, com sede no Largo da Pátria, nº 132, centro CEP 44915-000 – São Gabriel (BA), neste ato representado pelo seu(ua) Prefeito, Sr.(a) **GEAN ÂNGELA ROCHA**, brasileiro(a), CPF nº. 913.680.065-15, RG nº 06507924-83 SSP/BA, domiciliado no (a) Avenida 02 de julho nº 155, centro, CEP 44915-000, São Gabriel (BA), resolvem celebrar o presente Convênio, nos termos da autorização “ad referendum” expressa no ATO nº 279/PR de 22 de abril de 2014, constante às fls. 85 do processo administrativo n.º 59520.001563/2012-31, registrado no SICONV sob o número 778226/2012, que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no que couber, estando sujeito ainda ao **Decreto nº 6.170**, de 25.07.2007, e alterações posteriores, ao **Decreto nº 93.872**, de 23.12.1986 e à Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, de 28.11.2011, e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a Recuperação de estrada vicinal na zona rural do município de São Gabriel/BA, conforme descrição no Plano de Trabalho (fls.76/77) do processo nº 59520.001563/2012-31.

1.1. Em acordo com o mencionado ATO da Presidência da CODEVASF, fica condicionado à apresentação do projeto de engenharia pela conveniente, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de assinatura, sob pena do convênio ser extinto, conforme preceitua o artigo 39, § 6º da Portaria CGU/MF/MP nº 507/2011.

1.2 A liberação das parcelas referentes à execução da obra fica condicionada à aprovação do projeto de engenharia pela CODEVASF e a observação dos apontamentos citados no parecer jurídico.

1.3 Exigência da aplicação pela Prefeitura, por ocasião da contratação da execução da obra, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

1.4 Em caso de apresentação, pelo CONVENIENTE, do projeto básico sob a forma de pré-projeto, será condição de eficácia para a liberação das parcelas dos recursos a prévia apresentação daquele documento, na forma prevista no art. 37 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11, conforme o caso.

Parágrafo Único – O presente convênio está sendo firmado em obediência ao disposto no art. 42, § 4º do Decreto 89.496/84, com a redação introduzida pelo Decreto nº 2.178/97.



2.015.00/2012



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2ª/ SR- Assessoria Jurídica

FOLHA 09
PROJ 1563/12-31
P

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para alcance do objetivo pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho elaborado pelo(a) CONVENENTE e aprovado pela CONCEDENTE, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

2.1. As obras, serviços ou aquisições objeto deste convênio serão executados nas condições constantes do Plano de Trabalho, do qual é parte integrante o projeto básico ou termo de referência, contendo os elementos que dispõem o inc. IX do art. 6º da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e o inc. XXI do § 1º do art. 1º da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do objeto do presente convênio é de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

O valor total deste convênio é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com recursos alocados do seguinte modo:

- a) R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) correspondentes à participação financeira da CONCEDENTE, correndo as despesas à conta do(s) programa de trabalho nº 15.244.2029.7k66.0066, categoria econômica 4, fonte 100, sob a gestão da 2ª SR., UG 195004, Gestão 11201, consoante a Nota(s) de Empenho nº(s) 2012NE800023 emitida(s) em 07.12.12.
- b) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referentes à contrapartida do(a) CONVENENTE.

4.1. Os valores a cargo da CONCEDENTE serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

4.2. A contrapartida deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio, em instituição financeira controlada pela União, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

4.3 Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar relativo crédito orçamentário à conta do qual correr a despesa referente ao presente convênio, os quantitativos das metas previstas no Plano de Trabalho deverão ser reduzidos até a etapa que apresente funcionalidade.

4.4 Toda e qualquer despesa que exceder ao valor previsto nesta cláusula, será de inteira e exclusiva responsabilidade do CONVENENTE, que proverá os recursos necessários à sua cobertura, sob sua responsabilidade civil, administrativa e/ou penal.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na cláusula primeira, são obrigações dos partícipes, sem prejuízos de outros encargos assumidas neste instrumento, ou devidos por força de lei ou ato normativo:

5.1. Compete à CONCEDENTE:

- a) análise e aprovação da documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas, inclusive projeto básico;
- b) examinar a exata aplicação dos recursos e avaliar os resultados;



2.015.00/2012



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2º/ SR- Assessoria Jurídica

90
1563/12-31
§

- c) prorrogar “de ofício” o prazo de vigência do presente instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do **art. 43, inciso VI e art.51 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11;**
- d) comunicar ao(à) CONVENIENTE e ao chefe do Poder Executivo (governador ou prefeito) do ente beneficiário do convênio qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até 30 (trinta) dias, contados a partir do evento.
- e) verificação de realização do procedimento licitatório pelo conveniente, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado; e, ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;
- f) execução orçamentária e financeira necessária aos convênios, providenciando os devidos registros nos sistemas da União, além de comunicar às câmaras municipais e assembleias legislativas da assinatura do termo e da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação, em conformidade com a **Lei nº 9.452, de 1997;**
- g) acompanhamento e ateste da execução do objeto conveniado, assim como verificação da regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;
- h) análise e aprovação da prestação de contas dos recursos aplicados;
- i) notificação do conveniente, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial;

5.2. Compete ao(à) CONVENIENTE:

- a) administrar os recursos repassados pela CONCEDENTE de forma a proporcionar a realização das obras, serviços ou aquisições objeto deste convênio, conforme o Plano de Trabalho;
- b) executar, direta ou indiretamente, as obras, serviços ou aquisições estabelecidos no Plano de Trabalho;
- c) apropriar, nos casos de execução direta, as despesas realizadas nos serviços executados;
- d) aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE exclusivamente no objeto do presente convênio;
- e) designar técnicos do seu quadro de pessoal para fiscalização e acompanhamento da execução do objeto pactuado, em conjunto com a CONCEDENTE;
- f) assegurar o provimento tempestivo dos recursos complementares necessários à execução deste convênio;
- g) assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações necessárias à consecução do objeto pactuado;
- h) manter a CONCEDENTE informada sobre quaisquer fatos ou eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução do convênio;
- i) não substabelecer as obrigações assumidas sem a prévia e expressa anuência da CONCEDENTE;



2.015.00/2012

RECEBIDA 91
1963/12-31
B



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
24/ SR- Assessoria Jurídica

- j) nos termos do art. 35 da Lei nº 10.180, de 06.02.2001, fazer incluir em seus respectivos orçamentos a totalidade dos recursos transferidos pela CONCEDENTE por força do presente convênio;
- k) manter os documentos relacionados ao presente convênio pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;
- l) conforme determina o art. 1º do Decreto nº 5.504, de 05.08.2005, para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o emprego da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, e do regulamento previsto no Decreto no 5.450, de 31.05.2005, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica, de acordo com cronograma a ser definido em instrução complementar; sendo que a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente;
- m) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio em instituição financeira controlada pela União, quando não integrante da conta única do Governo Federal;
- n) incluir regularmente no SICONV, as informações e os documentos exigidos pela Portaria CGU/MF/MP nº 507/11, mantendo-o atualizado;
- o) restituir os recursos do presente convênio à CONCEDENTE, nos casos previstos na Portaria CGU/MF/MP nº 507/11, neste instrumento, ou em outras hipóteses previstas em lei ou ato normativo.
- p) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração do convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- q) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no convênio, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- r) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo concedente ou pelos órgãos de controle;
- s) realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução indireta de obras e serviços, ressalvada a exceção contida no art. 57 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11;
- t) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- u) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento - CTEF;



2.015.00/2012



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2º/ SR- Assessoria Jurídica

FORMA 92
156/12-31
8

- v) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- w) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, após a execução do convênio;
- x) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, após a execução do convênio;
- y) prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio;
- z) fornecer à concedente, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- aa) prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;
- bb) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios, quando couber;
- cc) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao concedente;
- a) registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições.

5.3. Quando o(a) CONVENIENTE se tratar de consórcio público (conforme Lei nº 11.107, de 06.04.2005), os entes que o constituírem são solidariamente responsáveis pelas obrigações e encargos assumidas neste instrumento, ou devidos por força de lei ou ato normativo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDUTAS VEDADAS

É vedada, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, a prática das seguintes condutas:

- a) realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentária;
- c) alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho, quando for o caso;
- e) realizar de despesas em data anterior à vigência deste instrumento;

5



2.015.00/2012



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2º/ SR- Assessoria Jurídica

93
15631231
8

- f) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do presente instrumento;
- g) realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- h) transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- i) realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

Como condição de eficácia deste convênio, a CONCEDENTE providenciará a sua publicação, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, nos termos do art. 46, *caput*, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, de 28.11.2011

7.1. Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e a prestação de contas deste convênio será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios (<https://www.convenios.gov.br/portal/>).

7.2. Em nenhuma hipótese e em qualquer tempo será permitida a divulgação das ações e resultados advindos deste convênio, por alguma das partes, sem citar explicitamente a participação em igual destaque, da outra, sob pena de rescisão e imediata retratação da infração cometida, observadas as prescrições do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

7.3. Fica vedado aos partícipes utilizar nos empreendimentos resultantes deste convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

7.4 Os convenientes deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. Para este efeito, a disponibilização do extrato na Internet poderá ser suprida com a inserção de link na página oficial do órgão ou entidade conveniente que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

7.5. A CONCEDENTE notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, a celebração do instrumento à Assembléia Legislativa, ou à Câmara Legislativa ou Câmara municipal do convenente, conforme o caso.

- a) No caso de liberação de recursos, o prazo acima será de dois dias úteis.

7.6. Os convenientes deverão dá ciência da celebração ao conselho local, ou instancia de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência quando houver. nos termos do art. 49, *caput*, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, de 28.11.2011



2.015.00/2012

FOLHA 94
PROJ. 1563/12 31
SAS
CODEVASF



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2ª/ SR- Assessoria Jurídica

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONCEDENTE em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, observado o disposto no art. 50 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11.

9. CLÁUSULA NONA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

9.1. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

9.2. Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio, constante no Plano de Trabalho, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

9.2.1. Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

9.2.2. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo(a) CONVENENTE.

9.3. Para recebimento de cada parcela dos recursos, o(a) CONVENENTE deverá:

II - atender às exigências para contratação e pagamento previstas nos arts. 56 a 64 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11 e:

- a) estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho
- b) quando for o caso, apresentar licença ambiental de instalação, conforme os arts. 10 e 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.1981 (Acórdão nº 1572/2003-TCU-Plenário).

10. CLÁUSULA DEZ – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O(A) CONVENENTE deve fazer incluir nos contratos celebrados à conta dos recursos do convênio cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo (art. 43, inciso XVI da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11).

10.1. O(A) CONVENENTE está obrigado(a) a observar as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas federais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros.

10.2 Para a aquisição de bens e contratação de serviços, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

10.3 A cotação prévia de preços prevista no art. 11 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, será realizada por intermédio do SICONV, na forma do art.58 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11.

10.4 Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços das entidades sem fins lucrativos deverá ser realizado ou registrado no SICONV contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justificam a sua desnecessidade;
- II - elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço;



2.015.00/2012



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2º/ SR- Assessoria Jurídica

95
1563/12 31

- III - comprovação do recebimento da mercadoria, serviço ou obra; e
- IV - documentos contábeis relativos ao pagamento.

10.5 A entidade privada sem fins lucrativos beneficiária de recursos públicos deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no plano ou programa de trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, aprovado pelo órgão ou entidade concedente.

10.6 Nas contratações de bens, obras e serviços as entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.

11. CLÁUSULA ONZE – DOS PAGAMENTOS

Os recursos deverão ser mantidos na conta bancária específica do convênio e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria CGU/MF/MP nº 507/11.

11.1. Os pagamentos à conta do presente convênio deverão ser realizados exclusivamente mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços

11.2. Antes da realização de cada pagamento, o(a) CONVENENTE incluirá no SICONV, quando de sua obrigatoriedade, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a destinação do recurso;
- b) o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- c) o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- d) a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- e) a comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, mediante inclusão no SICONV das notas fiscais ou documentos contábeis.

11.3. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência deste instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

12. CLÁUSULA DOZE – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o(a) CONVENENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do presente convênio.

12.1. O(A) CONVENENTE obriga-se a assegurar o livre acesso dos servidores da CONCEDENTE e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes à execução do presente convênio, bem como aos locais de execução do seu objeto.

12.2. Os processos, documentos ou informações referentes à execução de convênio não poderão ser sonegados aos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e externo da União.

12.3. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do concedente e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

12.4. A execução do convênio será acompanhada por um representante da CONCEDENTE, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as



2.015.00/2012

FOLHA 00
PROL 156311231



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2ª/ SR- Assessoria Jurídica

ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

12.4.1. A CONCEDENTE deverá registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto.

12.4.2. A CONCEDENTE, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, poderá:

- a) valer-se do apoio técnico de terceiros;
- b) delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade; e
- c) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

12.4.5. A CONCEDENTE incluirá, no SICONV, relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução do convênio, e será atualizado até o dia anterior à data prevista para liberação de cada parcela.

12.4.6. O servidor da CONCEDENTE encarregado de elaborar o relatório trimestral ou aprovar a prestação de contas não poderá emitir parecer técnico da vistoria.

12.5. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) a regularidade das informações registradas pelo CONVENENTE no SICONV, quando de sua obrigatoriedade; e
- d) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

12.6. A CONCEDENTE comunicará ao(à) CONVENENTE e ao interveniente, quando houver, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

12.6.1. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a CONCEDENTE apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a demora/atraso na apreciação implica aceitação das justificativas apresentadas.

12.6.2. Caso não haja a regularização no prazo previsto na **subcláusula 12.4**, a CONCEDENTE:

- a) realizará a apuração do dano; e
- b) comunicará o fato ao(à) CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

12.6.3. O não atendimento das medidas saneadoras previstas no § 2º do art. 70 da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11, ensejará a instauração de tomada de contas especial.

12.7. Fica assegurada a prerrogativa da CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do convênio, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

12.8. A execução física do objeto pactuado será acompanhada pela CONCEDENTE da seguinte forma: visitas periódicas de acompanhamento com os devidos relatórios, utilização de memorial fotográfico, análise das Notas Fiscais de pagamento efetuados pelo CONVENENTE, referentes a materiais adquiridos, faturas diversas e serviços de terceiros; verificação dos materiais e equipamentos adquiridos e serviços de terceiros realizados de acordo com a planilha de detalhamento anexa ao Plano de Trabalho; Fiscalização semanal aos serviços realizados com recursos do Convênio, para verificação da qualidade dos mesmos; análise da prestação de contas final dos recursos repassados.



2.015.00/2012

FOLIA 97
PROC 1563/1231
ASS



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2ª/SR- Assessoria Jurídica

12.9 O concedente deverá comunicar ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou improbidade administrativa

13. CLÁUSULA TREZE – DA GLOSA DE DESPESAS

Serão glosadas as despesas porventura realizadas em desacordo com as finalidades deste convênio e as decorrentes de multas, juros ou correção monetária, referentes a pagamento ou recolhimento efetuados fora do prazo.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O(A) CONVENIENTE compromete-se a restituir à CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para a Fazenda Nacional, nos casos previstos na Portaria CGU/MF/MP nº 507/11.

15. CLÁUSULA QUINZE – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O(A) CONVENIENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência deste convênio ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

15.1. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no **caput desta cláusula**, a CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da lei.

15.2. Se, ao término do prazo estabelecido, o(a) CONVENIENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos da **subcláusula 15.1**, a CONCEDENTE registrará a inadimplência no SICONV, por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

15.3. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à CONCEDENTE, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas.

15.3.1. A devolução prevista na **subcláusula 15.3** será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

15.4. A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentados pelo(a) CONVENIENTE no SICONV, do seguinte:

- a) relatório de Cumprimento do Objeto;
- b) notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do conveniente, programa e número do convênio;
- c) relatório de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo conveniente;
- d) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- f) a relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- g) a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- h) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

10



2.015.00/2012

TOMADA 98
PROL 1563/2021
R\$



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2º/ SR- Assessoria Jurídica

- i) termo de compromisso por meio do qual o(a) CONVENENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do § 3º do art. 3º da Portaria CGU/MF/MP nº 507/11.

15.4.1. A CONCEDENTE deverá registrar no SICONV, o recebimento da prestação de contas.

15.5 A análise da prestação de contas será feita no encerramento do convenio, cabendo este procedimento ao concedente com base na documentação registrada no SICONV, não se equiparando a auditoria contábil.

15.6 A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, constará da verificação dos documentos relacionados no art. 59 desta Portaria.

15.7. Incumbe à CONCEDENTE decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos e, se extinta, ao seu sucessor.

15.8. A autoridade competente da CONCEDENTE terá o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas deste instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

15.8.1. O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo à CONCEDENTE prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

15.8.2. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente da CONCEDENTE registrará o fato no SICONV, e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionada para os devidos registros de sua competência.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, desde que haja prévia notificação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

16.1. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da CONCEDENTE.

16.2 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

16.3. Constituem motivos para rescisão do convênio:

- a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- c) a verificação que qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.



FORMA 99
PAC 15031231
ASS

2.015.00/2012



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
2ª SR- Assessoria Jurídica

16.3.1. A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de tomada de contas especial.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos que remanescerem na data de conclusão ou extinção deste convênio serão de propriedade da CONCEDENTE.

17.1. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da Diretoria Executiva da CONCEDENTE, ser doados quando, após a consecução do objeto, forem necessários para assegurar a continuidade de programa governamental, observado o disposto neste instrumento e na legislação vigente.

17.1.1. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do convênio ou necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

18. CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa (BA) TRF 1ª Região, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.1. É obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Advocacia-Geral da União, em caso de os partícipes serem da esfera federal, administração direta ou indireta, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Bom Jesus da Lapa (BA) 1 de maio de 2014

LOURIVAL SOARES GUSMÃO
Superintendente Regional da 2ª SR
CPF 374.067.795-34
RG 1.130.467-74 SSP/BA

GEAN ÂNGELA ROCHA
Prefeita do Município de São Gabriel/BA.
CPF 913.680.065-15
RG 06.507.924-83 SSP/BA

TESTEMUNHAS:

a) Nome **CEOMENES NORDES LUDWINSKY** CPF nº **86459870530**
b) Nome **ALEXANDRE SOUSA DOS SANTOS** CPF nº **632512055-82**



NUNES ENGENHARIA LTDA

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÍLO PEREIRA NUNES 276 A.MTRO, IRECE/BA., CEP:44.900-000

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: RECUPERAÇÃO E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS

1- OBJETIVO

Estas especificações estabelecem os requisitos mínimos para a execução das obras de recuperação de estradas vicinais.

2 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Obras de Recuperação e encascalhamento de estradas vicinais nas localidades: Entroncamento Lagoa a Curralinho, passando por Triângulo, totalizando 23,08 km todas no município de São Gabriel no Estado da Bahia.

2.1 – MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Inclui todas as providências necessárias para a movimentação de materiais, equipamentos e pessoal indispensável para a realização da obra.

Os serviços de mobilização de pessoal, ferramentas e equipamentos deverão ser realizados segundo um programa aprovado pela fiscalização, devendo antes do início dos mesmos, serem apresentados o plano de execução dos serviços, bem como a relação dos equipamentos que serão utilizados.

A empreiteira deverá providenciar os acessos e a instalação do canteiro de modo a atender as necessidades da obra. Eventuais acessos extras serão também providenciados pela empreiteira, sendo tal custo considerado como parte da verba destinada para mobilização.

Os serviços serão medidos e pagos em conformidade com a planilha de obra, compreendendo o fornecimento de equipamentos materiais, mão de obra e tudo o que se fizer necessário para a execução dos mesmos.

2.2 - PLACA DA OBRA

A Contratada deverá colocar uma placa, indicativa dos serviços, na medida especificada em Planilha Orçamentária devendo, o local, ser definido pela Fiscalização nos padrões determinados pela PREFEITURA.

3.0 OBJETIVO

Esta especificação de serviço define os critérios que orientam a execução de regularização do subleito.



4.0. GENERALIDADES

Regularização do subleito é o conjunto de operações com motoniveladora, que visa conformar a camada final da terraplenagem, nos aterros, mediante cortes, no sentido de dar um melhor acabamento, devendo ser executada de acordo com os perfis transversais e longitudinais indicados no projeto.

5.0. MATERIAIS

Os materiais da última camada de terraplenagem devem apresentar características iguais ou superiores às especificadas para a camada final de terraplenagem, obedecidos aos seguintes limites:

5.1 Diâmetro máximo das partículas igual ou inferior a 76 mm;

5.2 Índice de Suporte Califórnia (ISC), igual ou superior ao considerado para o subleito, no dimensionamento do pavimento determinado com a energia do Proctor Normal (DERBA-S-08/68);

5.4 Expansão, determinada no ensaio de Índice de Suporte Califórnia (DERBA-S-08/68), com a energia do Proctor Normal, inferior a 2%.

6.0. EQUIPAMENTOS

Todo equipamento deve ser inspecionado pela Fiscalização, devendo dela receber a aprovação, sem o que não deve ser dada a autorização para início dos serviços.

O equipamento básico para a execução da regularização do subleito é o seguinte:

- Motoniveladora com escarificador.

7.0. EXECUÇÃO

7.1 Inicialmente deve ser procedida uma verificação geral mediante o nivelamento geométrico comparando-se as cotas da superfície existente (camada final de terraplenagem), com as cotas previstas no projeto.

7.2 Após a marcação proceder-se-á regularização através de motoniveladora, até atingir a cota estabelecida, somente através da operação de corte, sendo vedada a correção de depressões por adição de material.

7.3 As raízes e blocos de pedra com diâmetro superior a 76 mm e outros materiais estranhos, devem ser removidos.



7.4 Caso seja necessário bota-fora, o mesmo deve ser feito lançando-se o excesso em locais que não causam prejuízos ao meio ambiente, à drenagem ou às obras de arte ou em locais a serem indicados pela Fiscalização.

7.5 Deve ser procedida a remoção das “leiras” que se formam lateralmente à pista acabada.

7.6 A Fiscalização poderá autorizar a liberação ao tráfego, desde que tal fato não prejudique a qualidade do serviço.

8.0. MANEJO AMBIENTAL

Os cuidados a serem observados visando à preservação do meio ambiente, no decorrer das operações destinadas à execução da regularização do subleito são:

8.1 Na exploração das ocorrências de materiais:

- a) Atendimento às recomendações preconizadas na especificação DERBA-ES-T-04/01 – Terraplenagem - Empréstimos;
- b) As estradas de acesso devem seguir as recomendações da especificação DERBA-ES-T-02/01 – Terraplenagem – Caminhos de Serviços.

8.2 Na execução: os cuidados se referem à disciplina do tráfego e do estacionamento dos equipamentos.

- a) Deve ser proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo da estrada, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural;
- b) As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d’água.

9.0 CONTROLE

9.1. Controle Geométrico e de Acabamento

- a) Controle de cotas: após a execução dos serviços, devem ser procedidos a relocação e o nivelamento do eixo e dos bordos a cada 20m, pelo menos, envolvendo no mínimo três pontos de seção transversal;
- b) Controle de largura: deve ser determinada a largura da plataforma acabada, por medidas à trena executadas a cada 20m, pelo menos;
- c) Controle de acabamento da superfície: as condições de acabamento da superfície devem ser apreciadas pela Fiscalização em bases visuais.

9.2 Aceitação do Controle Geométrico e de Acabamento

Os serviços executados devem ser aceitos à luz dos controles geométricos e de acabamento, desde que atendidas as seguintes tolerâncias:



- a) Variação máxima de cota para o eixo e bordos, de mais ou menos 0,03 m, em relação às cotas de projeto;
- b) Variação máxima de largura para plataforma, de 0,30 m, não se admitindo variação para menos;
- c) O acabamento transversal deve estar situado na faixa de mais ou menos 0,5% em relação ao definido no projeto, não se admitindo situações que permitam o acúmulo de água;
- d) O acabamento seja considerado satisfatório em inspeção visual.

10.0. MEDIÇÃO

10.1 Os serviços devem ser medidos levando-se em consideração a área regularizada, expressa em metros quadrados.

10.2.2 No cálculo da área deve ser considerada a largura da plataforma do projeto.

11. PAGAMENTO

Os serviços devem ser pagos, mediante medição, com base nos preços unitários contratuais, os quais devem representar a compensação integral para todas as operações, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários à completa execução dos serviços.

12. OBJETIVO

Esta especificação de serviço define os critérios que orientam a execução de revestimento primário, em obras rodoviárias sob a jurisdição do DERBA.

13. GENERALIDADES

Revestimento Primário é a camada granular composta por agregados naturais e/ou artificiais, aplicada diretamente sobre o subleito compactado em rodovias não pavimentadas, com a função de assegurar condições de tráfego satisfatórias, mesmo sob condições climáticas adversas.

14. MATERIAIS

Os materiais utilizados na execução do revestimento primário podem ser saibros, cascalhos, rochas decompostas, seixos rolados ou não, pedregulhos, areias, materiais sílicoargilosos, subprodutos industriais ou mistura de qualquer um deles e devem obedecer aos seguintes requisitos:

14.1 Devem ser isentos de matéria orgânica;

14.2 O diâmetro máximo do agregado deve ser menor ou igual a 50mm;

14.3 A fração retida na peneira número 10, deve ser constituída de partículas duras e duráveis, mesmo quando submetidas alternadamente à molhagem e secagem;



14.4 A fração que passa na peneira numero 40 deve ter Limite de Liquidez inferior a 35% e o Índice de Plasticidade compreendido entre os limites de 4% a 12%, sendo esta variação correlacionada com o índice pluviométrico da região, assim:

Altura das chuvas	I.P. (valor máximo)
até 800 mm	12%
entre 800 e 1500 mm	9%
maior que 1500 mm	7%

Valores superiores podem ser adotados desde que se garanta uma drenagem eficiente ou que se use um solo laterítico;

14.5 Visando uma possível pavimentação futura de rodovia e o conseqüente aproveitamento do revestimento primário como camada estrutural do pavimento, pode ser exigido para o material um ISC mínimo de 20%, e expansão máxima de 1%, para uma energia de compactação do Proctor Intermediário.

15. EQUIPAMENTOS

Todo o equipamento deve ser inspecionado pela Fiscalização, devendo dele receber aprovação, sem o que não deve ser dada a autorização para o início dos serviços.

O equipamento básico para a execução dos serviços compreende as seguintes unidades:

15.1 Caminhões basculantes;

15.2 Motoniveladora pesada, com escarificador;

15.3 Grade de discos e/ou pulvimisturador;

15.4 Caminhão irrigador equipado com bomba e barra distribuidora;

15.5 Rolo compactador, compatível com o tipo de material utilizado;

15.6 Gabaritos e régua, de madeira ou metálica, de três metros de comprimento.

Outros equipamentos, a critério da Fiscalização, podem ser utilizados.

16. EXECUÇÃO

16.1 A superfície a receber a camada de revestimento primário, deve estar perfeitamente limpa e desempenada, devendo ter recebido a prévia aprovação por parte da Fiscalização.

16.2 Os materiais previamente escavados, selecionados e carregados na jazida, devem ser transportados em caminhões basculantes para a pista, sendo distribuídos em pilhas ao longo da rodovia.

16.3 O espalhamento do material distribuído sobre a pista deve ser feito através da motoniveladora, procurando-se dar ao material a conformação da secção transversal de projeto.



16.4 Durante o espalhamento do material devem ser removidas as partículas com diâmetro superior ao máximo especificado.

16.5 O material espalhado deve ter a espessura da camada de, no mínimo 0,10m e de, no máximo 0,20 m, após a compactação.

16.6 Antes de ser compactado, o material deve estar umedecido e homogêneo de acordo com a umidade ótima obtida em laboratório. Se houver excesso de umidade o material deve ser revolvido, com motoniveladora ou com equipamento de mistura. Se houver falta de umidade, a quantidade de água faltante deve ser adicionada parceladamente e uniformemente, enquanto o solo for sendo misturado com o equipamento especificado, de modo a se obter umidade uniforme em toda a espessura da camada a ser compactada.

16.7 A compactação deve ser efetuada dos bordos para o eixo nos trechos em tangente e do bordo mais baixo para o bordo mais alto, nos trechos com super elevação, até ser obtido o grau de compactação especificado no projeto.

16.8 A camada compactada e acabada deve se apresentar em conformidade com o projeto no que diz respeito ao alinhamento, cota e seção transversal.

17. MANEJO AMBIENTAL

Os cuidados a serem observados visando à preservação do meio ambiente, no decorrer das operações destinadas à execução do revestimento primário são:

17.1 Na exploração das ocorrências de materiais

- a) Atendimento às recomendações preconizadas na especificação DERBA-ES-T-04/01 – Terraplenagem - Empréstimos;
- b) As estradas de acesso devem seguir as recomendações da especificação DERBA-ES-T-02/01 – Terraplenagem – Caminhos de Serviços.

17.2 Na execução

- a) Os cuidados para a preservação ambiental se referem à disciplina do tráfego e estacionamento dos equipamentos.
- b) Deve ser proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo da estrada, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.
- c) As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos, devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

18. CONTROLE

18.1 Controle Tecnológico

Os locais para a realização dos ensaios de controle devem ser de livre escolha da Fiscalização e devem ser procedidos os seguintes ensaios:



- a) Uma determinação de massa específica aparente seca, "in situ" a cada 100 m, ou quando for julgado conveniente pela Fiscalização;
- b) Uma determinação do teor de umidade, a cada 500m, ou quando for julgado conveniente pela Fiscalização;
- c) Uma determinação do LL e do IP a cada 500 m.

7.2 Controle Geométrico e de Acabamento

- a) Cotas: após a execução do serviço, devem ser procedidos a relocação e o nivelamento do eixo e dos bordos, a cada 20 m, pelo menos.
- b) Largura: deve ser determinada a largura da plataforma acabada, por medidas à trena, executadas a cada 20 m, pelo menos.
- c) Acabamento da superfície: as condições de acabamento da superfície devem ser apreciadas pela Fiscalização em bases visuais.

19. ACEITAÇÃO

19.1 Controle Tecnológico

Os serviços devem ser considerados aceitos, sob o ponto de vista tecnológico, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

- a) O material utilizado apresente-se isento de matéria orgânica, tenha bom comportamento quando sob a ação do tráfego e o diâmetro máximo de partículas seja de 50 mm;
- b) O teor de umidade por ocasião da compactação esteja situado na faixa de mais ou menos 2%;
- c) Os valores individuais do grau de compactação obtidos na energia do Proctor Intermediário sejam no mínimo de 93%;
- d) Os valores de LL e IP atendam ao convencionado nesta especificação.

19.2 Controle Geométrico e de Acabamento

Os serviços executados devem ser aceitos, à luz do controle geométrico e de acabamento, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) Os valores individuais de espessura não ultrapassem o intervalo de mais ou menos 0,03m, do especificado no projeto;
- b) A variação máxima da largura de plataforma do revestimento primário seja de 0,10m, não se admitindo variação para menos;
- c) O abaulamento transversal não deve sofrer variação superior a 20% em relação ao valor de projeto, não se admitindo situações que propiciem o acúmulo de água;



d) As condições de acabamento apreciadas pela Fiscalização, em bases visuais, sejam consideradas satisfatórias.

20. MEDIÇÃO

9.1 Os serviços devem ser medidos levando-se em consideração o volume compactado medido na pista e expresso em metro cúbico, segundo a secção transversal do projeto;

9.2 Serão considerados para fins de cálculo da largura média, o talude da camada igual a 1,5 H: 1,0V.

21. PAGAMENTO

Os serviços executados devem ser pagos, mediante medição, com base nos preços unitários contratuais, os quais devem representar a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários à completa execução dos serviços.

22. PRAZO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
ESTADO DA BAHIA
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBJETO: TERRAPLENAGEM E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS
 Recuperação de estradas vicinais, no interior de São Gabriel

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$	1º Mês %/R\$	2º Mês %/R\$	3º Mês %/R\$	4º Mês %/R\$	5º Mês %/R\$	6º Mês %/R\$
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 121.948,36	R\$ 60.974,18 50,00%					R\$ 60.974,18 50,00%
3	TERRAPLENAGEM	R\$ 130.863,60		R\$ 32.715,90 25,00%	R\$ 32.715,90 25,00%	R\$ 32.715,90 25,00%	R\$ 32.715,90 25,00%	
4	REVESTIMENTO PRIMARIO	R\$ 699.049,81	R\$ 209.714,94 30,00%	R\$ 104.857,47 15,00%	R\$ 104.857,47 15,00%	R\$ 104.857,47 15,00%	R\$ 104.857,47 15,00%	R\$ 69.904,98 10,00%
	TOTAL SIMPLES		R\$ 270.689,12 28,44%	R\$ 137.573,37 14,45%	R\$ 137.573,37 14,45%	R\$ 137.573,37 14,45%	R\$ 137.573,37 14,45%	R\$ 130.879,16 13,75%
	PERCENTUAL SIMPLES	R\$ 951.861,85	R\$ 270.689,12 28,44%	R\$ 408.262,49 42,89%	R\$ 545.835,87 57,34%	R\$ 683.409,24 71,80%	R\$ 820.982,61 86,25%	R\$ 951.861,85 100,00%
	TOTAL ACUMULADO							
	PERCENTUAL ACUMULADO							



40

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DO BDI
ANEXO VI**

OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRA VICINAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/BA

ORGÃO EXECUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

MEMÓRIA DE CALCULO DO BDI DOS SERVIÇOS					
BDI APLICADO NA OBRA			FAIXAS DE ADMISSIBILIDADE DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO
1.00	Despesas Indiretas				
A1	Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
A2	Riscos e Imprevistos	0,97%	0,97%	1,27%	1,27%
A3	Despesas Financeiras	0,59%	0,59%	1,23%	1,39%
A4	Administração Central	3,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Total do Grupo A =		5,36%			
2.00	Benefício				
B-1	LUCRO	6,16%	6,16%	7,40%	8,96%
Total do Grupo B =		6,16%			
3.00	Impostos		CALCULO DO ISS		
C-1	PIS / PASEP	0,65%	ALÍQUOTA MUNICIPAL (%)	% DE MÃO DE OBRA	ALÍQUOTA FINAL (%)
C-2	COFINS	3,00%			
C-3	ISS	3,00%	5,00%	60,00%	3,00%
C-4	CPRB (Contribuição Previdenciária sobre o Lucro Bruto)	4,50%			
Total do Grupo C =		11,15%			
Fórmula Para Cálculo do B.D.I			VALORES DO BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU		
$BDI = (((1+A4+A1+A2)*(1+A3)*(1+B1))/(1-C))-1$			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I) =		25,92%	20,34%	22,12%	25,00%

APROVADO

28/10/2018

AMANDA BATISTA NEIVA
ASSESSORA DE PROJETOS E ENGENHARIA
DEC. 028201
CREA BA 051674326-4

Cleveson Martins Sodré
Cleveson Martins Sodré
Secretario de Infraestrutura
Dec. Nº 007/2017

Ats



41

NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 27. A, CENTRO, 276 A, IRECE/BA, CEP:44.900-000

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO "A" - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	%
A1 – SECONCI (Serviço Social da Indústria da Construção Civil)	-
A2 – INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)	-
A3 – FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	8,00
A4 – INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)	0,20
A5 – Salário Educação	2,50
A6 – SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas)	0,60
A7 – Seguro contra acidentes de trabalho	3,00
A8 – SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional)	1,00
A9 – SESI (Serviço Social da Indústria)	1,50
SUBTOTAL DO GRUPO "A"	16,80
GRUPO "B" - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"	%
B1 – Descanso semanal remunerado	17,98
B2 – Feriados	3,97
B3 – Auxílio Enfermidade	0,92
B4 – 13º Salário	10,97
B5 – Licença paternidade	0,07
B6 – Faltas justificadas	0,73
B7 – Dias de chuva	2,06
B8 – Férias gozadas	10,26
B9 – Auxílio acidente de trabalho	0,11
B10 – Salário Maternidade	0,03
SUBTOTAL DO GRUPO "B"	47,10
GRUPO "C" - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"	%
C1 – Aviso prévio indenizado	6,51
C2 – Aviso prévio trabalhado	0,15
C3 – Férias indenizadas	3,65
C4 – Depósito rescisão sem justa causa	5,06
C5 – Indenização adicional	0,55
SUBTOTAL DO GRUPO "C"	15,92
GRUPO "D" - TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS	%
D1 – Incidência de A sobre B (A% x B%)	7,91
D1 – Incidência de grupo A sobre aviso prévio trabalhado e reincidência de FGTS sobre aviso prévio ind	0,55
SUBTOTAL DO GRUPO "D"	8,46
TOTAL GERAL	88,28

Cleveson Martins Sodré
Cleveson Martins Sodré
 Secretário de Infraestrutura
 Dec. Nº 007/2017

Amanda Batista Neiva
Amanda Batista Neiva
 Assessora de Projetos e Engenharia
 Dec 025/2017
 CREA-BA 051574336-4

[Handwritten signature]



06

CONSTRUTORA NUNES ENGENHARIA LTDA
 CNPJ: 07.492.799/0001-20
 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

BDI: 26,85% ENCARGOS SOCIAIS: 88,28%

CPU - 01 MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS					
Und					
ITEM/CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1 A 00 002 40	Transporte dos equipamentos	h	24.352,65	0,66	16.072,75
	Passagens rodoviárias	und	8	10,00	80,00
	Custo				16.152,75
	BDI	%	26,85%		4.337,01
Valor unitário do item					20.489,76

CPU - 02 DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS					
Und					
ITEM/CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1 A 00 002 40	Transporte dos equipamentos	km	24.352,65	0,66	16.072,75
	Passagens rodoviárias	und	8	10,00	80,00
	Custo				16.152,75
	BDI	%	26,85%		4.337,01
Valor unitário do item					20.489,76

CPU - 03 INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS					
m²					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA					
1	Carpinteiro	h	0,95	14,06	13,36
2	Encarregado geral de obras	h	0,16	21,63	3,46
3	Pedreiro	h	0,36	14,06	5,06
4	Eletricista	h	0,16	14,06	2,25
5	Servente	h	1,90	8,30	15,77
6	Custo horário da mão de obra s/s				39,90
7	Leis Sociais (88,28%)				35,22
8	Custo horário da mão de obra c/s				76,12
MATERIAL					
9	Araia grossa	m²	0,03	69,90	2,10
10	Fio rígido, isolado em PVC 450/750V 1,5 mm²	m	0,71	0,65	0,46
11	Chapa madeira compensada resinada 2,2x1,1m x 12mm p/ forma concreto	un	0,51	36,90	18,82
12	Cimento portland CP-320	kg	12,67	0,53	6,72
13	Telha ondulada de fibrocimento 6mm c/ parafusos e borrachas de vedação	un	1,53	57,50	87,98
14	Interruptor sobrepor 1 tecla simples	un	0,15	8,19	1,23
15	Bocal/soquete/receptáculo de porcelana	un	0,15	4,77	0,72
16	Dobradilha aço zincado 3x3" sem anéis	un	4,9	11,32	55,47
17	Fechadura embutir externa (c/ cilindro) completa linha popular	cj	0,09	56,52	5,09
18	Lâmpada incandescente 60W	un	0,15	7,40	1,11
19	Peça de madeira de lei 1ª qualidade 6x12 cm não aparelhada	m	0,03	19,82	0,59
20	Peça de madeira de lei 1ª qualidade 5x6 cm não aparelhada	m	1,3	10,23	13,30
21	Peça de madeira de lei 3ª qualidade 2,5x10 cm não aparelhada	m	3,83	2,99	11,45
22	Seixo	m²	0,03	70,85	2,13
23	Prego de aço 17x27	kg	0,28	8,83	2,47
24	Porta cadeado zincado oxidado preto	un	0,09	2,13	0,19
	Custo				284,95
	BDI (26,85%)				76,51
Total					361,46

1214
4083
4750
2436
6111

367
938
1357
1379
7207
12128
12294
2425
3080
3764
4425
4430
4509
4734
5069
5088

CPU - 04 ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS					
MÊS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA					
1	Preposto -Engenheiro Junior	h	4,00	91,18	364,72
2	Apontador	h	12,00	17,90	214,80
3	Vigilante	h			0,00
4	Custo horário da mão de obra s/s				579,52
5	Leis Sociais (88,28%)				511,80
6	Custo horário da mão de obra c/s				1.091,12

2708
6122

Cleveson Martins Sodré
Cleveson Martins Sodré
 Secretário de Infraestrutura
 Dec. Nº 007/2017

APROVADO
 28/10/2018

AMANDA BATISTA NEIVA
 ASSESSORA DE PROJETOS E ENGENHARIA
 Doc: 0232201
 CREA BA 051074336-4

[Handwritten signature]



07

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MATERIAL					
7	Bota couro	par	1,12	46,00	53,76
8	Capacete	und	1,12	10,00	11,20
9	Luva	par	1,12	9,00	10,08
10	Água	m³	15	12,48	187,20
11	Energia elétrica	KWH	590	0,66	389,40
12	Custo				1.742,76
13	BDI (26,85%)				467,93
14	Total				2.210,69

12893
12895
12892
14583
14250

CPU - 05 CONTROLE TECNOLÓGICO/GEOMÉTRICO DA ESTRADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA					
1	Topógrafo	h	8	25,26	202,08
2	Servente	h	8	8,30	66,40
3	Custo horário da mão de obra s/s				268,48
4	Leis Sociais (88,28%)				237,01
5	Custo horário da mão de obra c/s				505,49
6	Equipamento	h	8	1,87	14,96
7	Custo				520,45
8	BDI (26,85%)				139,74
9	Total				660,19

7592
6111

7247

CPU - 06 PLACA DE OBRAS EM CHAPA GALVANIZADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA					
1	Encarregado geral de obras	h	0,15	21,63	3,24
2	Carpinteiro	h	0,80	14,06	11,25
3	Servente	h	1,60	8,30	13,28
4	Custo horário da mão de obra s/s				27,77
5	Leis Sociais (88,28%)				24,52
6	Custo horário da mão de obra c/s				52,28

4083
1214
6111

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MATERIAL					
7	Peça de madeira de lei 1ª qualidade 2,5 X 7,5cm (1 X 3") não aparelhada	m	1,00	5,38	5,38
8	Peça de madeira 3ª/4ª qualidade 7,5 X 7,5cm (3X3) não aparelhada	m	4,00	5,82	23,28
9	Placa de obra (adentificação) para construção civil em chapa galvanizada nº 22	m²	1,00	200,00	200,00
10	Preço de aço 18 X 30	kg	0,11	8,66	0,95
11	Concreto não estrutural, consumo mínimo 1500 KG/M3	m³	0,01	255,54	2,56
12	Custo				284,46
13	BDI (26,85%)				76,38
14	Total				360,85

4417
4491
4813
5075
5652

CPU - 07 LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO, INCLUSIVE RETIRADA DE ARVORE ENTRE 0,05M E 0,15M DE DIAMETRO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA					
1	Encarregado geral de turma	h	0,00	21,63	0,00
2	Servente	h	0,00	8,30	0,02
3	Custo horário da mão de obra s/s				0,02
4	Leis Sociais (88,28%)				0,02
5	Custo horário da mão de obra c/s				0,04
6	Trator de esteira	h	0,00056	164,24	0,09
7	Custo				0,13
8	BDI (26,85%)				0,03
9	Total				0,16

73672
4083
6111

4090

CPU - 08 Regularização do subleito 2 S 02 110 00 (DNIT) Produção da Equipe: 841,00 m2					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA					
1	Encarregado de pavimentação (DNIT)	h	1,00	18,09	18,09
2	(DNIT)	h	3,00	4,54	13,92
3	Custo horário da mão de obra s/s				32,01
4	Leis Sociais (88,28%)				28,26
5	Custo horário da mão de obra c/s				60,27

4083
6111

Cleveson Martins Sodré
Cleveson Martins Sodré
Secretário de infraestrutura
Dec. Nº 007/2017

APROVADO
28/10/2018
AMANDA BATISTA NEIVA
ASSESSORA DE PROJETOS E ENGENHARIA
DEC. 025/2011
CREA BA 051674336-4

CP



08

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL
EQUIPAMENTOS						
6	Motoniveladora - (103 kW)	CHP	1,00	0,55	169,53	93,24
7	Motoniveladora - (103 kW)	CHI	1,00	0,45	24,53	11,04
8	Trator Agrícola - (74 kW)	CHP	1,00	0,52	73,39	38,16
9	Trator Agrícola - (74 kW)	CHI	1,00	0,48	14,41	6,92
10	Rolo Compactador - pé de carneiro autop. 11,25t vibrat. (82 kW)	CHP	1,00	1	115,42	115,42
11	Rolo Compactador - pé de carneiro autop. 11,25t vibrat. (82 kW)	CHI	1,00	0	14,41	0,00
12	Grade de Discos - GA 24 x 24	CHP	1,00	0,52	3,81	1,98
13	Grade de Discos - GA 24 x 25	CHI	1,00	0,48	0,00	0,00
14	Rolo Compactador - de pneus autoprop. 25t (98 kW)	CHP	1,00	0,78	137,45	107,21
15	Rolo Compactador - de pneus autoprop. 25t (98 kW)	CHI	1,00	0,22	14,41	3,17
16	Caminhão Tanque - 10.000 l (210 kW)	CHP	1,00	0,98	151,42	148,39
17	Caminhão Tanque - 10.000 l (210 kW)	CHI	1,00	0,02	16,02	0,32
18	Ferramentas	%	1,00	0,1551	60,27	9,35
19	Custo Unitário de Execução					595,47
20	Custo Horário de Execução					0,71
21	BDI (26,85%)					0,19
22	Total					0,91

E006P
E006I
E007P
E007I
E013P
E013I
E101P
E101I
E105P
E105I
E407P
E407I

CPU - 09 Esc. carga tr. mat 1ª c. DMT 3000 a 5000m c/carreg - 2 S 01 100 20 (DNIT) Produção da Equipe : 214,00 m³ M³						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTIVIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA						
1	Encarregado de turma (DNIT)	h	1,00		11,63	11,63
2	Servente (DNIT)	h	3,00		4,64	13,92
3	Custo horário da mão de obra sfs					25,55
4	Leis Sociais (88,28%)					22,56
5	Custo horário da mão de obra cfs					48,11
EQUIPAMENTOS						
6	Trator de Esteiras - com lâmina (259 kW)	CHP	1,00	0,91	410,69	373,73
7	Trator de Esteiras - com lâmina (259 kW)	CHI	1,00	0,09	24,63	2,22
8	Motoniveladora - (103 kW)	CHP	1,00	0,78	169,53	132,23
9	Motoniveladora - (103 kW)	CHI	1,00	0,22	24,53	5,40
10	Carregadeira de Pneus - 3,3 m3 (147 kW)	CHP	1,00	1	226,72	226,72
11	Carregadeira de Pneus - 3,3 m3 (147 kW)	CHI	1,00	0	24,53	0,00
12	Caminhão Basculante - 40 t (294 kW)	CHP	10,00	0,97	209,46	2.031,76
13	Caminhão Basculante - 40 t (294 kW)	CHI	10,00	0,03	16,02	4,81
14	Ferramentas	%	1,00	0,1551	48,11	7,46
15	Custo Unitário de Execução					2.832,44
16	Custo Horário de Execução					13,24
17	BDI (26,85%)					3,55
18	Total					16,79

4083
6111
E003P
E003I
E006P
E006I
E010P
E010I
E432P
E432I

CPU - 10 Transporte comercial c/ basc. 10m3 rod. pav - 1 A 00 002 91 (DNIT) Produção da Equipe : 374,00 m³ TxKM						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTIVIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA						
1	Encarregado de turma (DNIT)	h	1,00		11,63	0,00
2	Servente (DNIT)	h	3,00		4,64	0,00
3	Custo horário da mão de obra sfs					0,00
4	Leis Sociais (88,28%)					0,00
5	Custo horário da mão de obra cfs					0,00
EQUIPAMENTOS						
6	Caminhão Basculante - 10 m3 - 15 t (210 kW)	CHP	1,00	1,00	149,79	149,79
7	Caminhão Basculante - 10 m3 - 15 t (210 kW)	CHI	1,00	0	16,02	0,00
14	Ferramentas	%	0,00	0,1551	0,00	0,00
15	Custo Unitário de Execução					149,79
16	Custo Horário de Execução					0,40
17	BDI (26,85%)					0,11
18	Total					0,51

4083
6111
E404P
E404I

CPU - 11 Compactação de aterros a 100% proctor normal - 5 S 01 511 00 (DNIT) Produção da Equipe : 152,00 m³ M³						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTIVIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA						

Clveson Martins Sodré
Clveson Martins Sodré
Secretário de Infraestrutura
Dec. Nº 007/2017

APROVADO
28/10/2018

AMANDA BATISTA NEIVA
ASSESSORA DE PROJETOS E ENGENHARIA
Data: 02/10/2018
CREA BA 021574336-4

JM



09

1	Encargado de turma (DNIT)	h	1,00		11,63	11,63
2	Servente (DNIT)	h	2,00		4,84	9,28
3	Custo horário da mão de obra c/ls					20,91
4	Leis Sociais (88,28%)					18,46
5	Custo horário da mão de obra c/ls					39,37
EQUIPAMENTOS						
6	Motoniveladora - (103 kW)	CHP	1,00	0,35	169,53	59,34
7	Motoniveladora - (103 kW)	CHI	1,00	0,65	24,53	15,94
8	Trator Agrícola - (74 kW)	CHP	1,00	0,52	73,39	38,16
9	Trator Agrícola - (74 kW)	CHI	1,00	0,48	14,41	6,92
10	Rolo Compactador - pé de carneiro autop 11,25t vibrat. (82 kW)	CHP	1,00	1,00	115,42	115,42
11	Rolo Compactador - pé de carneiro autop. 11,25t vibrat. (82 kW)	CHI	1,00	0,00	14,41	0,00
12	Grade de Discos - GA 24 x 24	CHP	1,00	0,52	3,61	1,88
13	Grade de Discos - GA 24 x 24	CHI	1,00	0,48	0	0,00
14	Caminhão Tanque - 10.000 l (210 kW)	CHP	2,00	0,54	151,42	163,53
15	Caminhão Tanque - 10.000 l (210 kW)	CHI	2,00	0,46	16,02	14,74
16	Ferramentas	%	1,00	0,1551	39,37	6,11
17	Custo Unitário de Execução					461,41
18	Custo Horário de Execução					3,04
19	BDI (26,85%)					0,82
20	Total					3,85

4083
6111

E006P
E006I
E007P
E007I

E013P

E013I
E101P
E101I
E407P
E407I

APROVADO
28 / 05 / 2018

AMANDA BATISTA NEIVA
ASSESSORA DE PROJETOS E ENGENHARIA
Dec. 025/201
CREA BA 051574236-4

Cleveson Martins Sodré
Secretario de Infraestrutura
Dec. Nº 007/2017



CONSTRUTORA NUNES ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 07.492.799/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS MOMENTOS DE TRANSPORTE PARA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Cidade de Origem: **Feira de Santana**
Destino: **Centro de gravidade das estradas a serem recuperadas**
Dist. Origem à /São Gabriel: **380,00** km
Dist./São Gabriel ao CG: **25,00** km
Distância Total: **405,00** km

Peso das máquinas:		
Trator de esteiras D7	19,00	ton
Pá carregadeira CAT 924	10,10	ton
Motoniveladora CAT 120H	11,90	ton
Trator de pneus	2,80	ton
Rolo Compactador CP74	15,33	ton
Grade de disco	1,00	ton
Total	60,13	ton

Momento de transporte = 60,13 x 405,00 => **24.352,65** t x km

APROVADO
28/10/2018
AMANDA BRUNISTE NEIVA
ASSESSORA TÉCNICA DE ENFERMAGEM
CREMEX Nº 05.157.4936-4

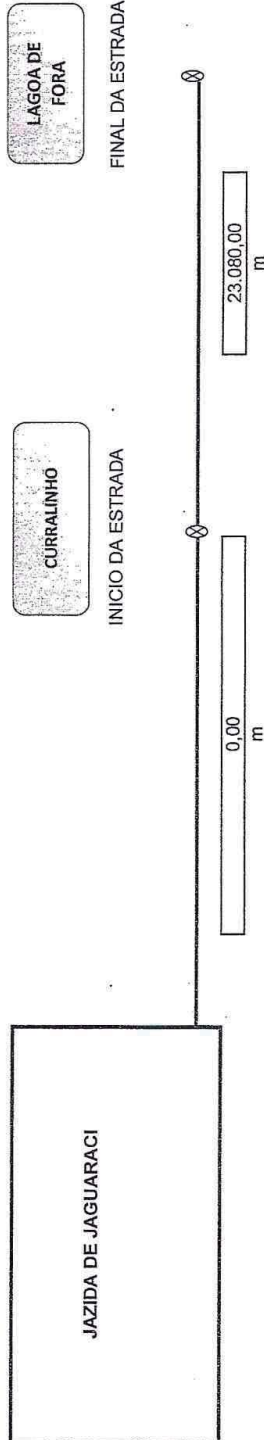
Cleveson Martins Sodré
Cleveson Martins Sodré
Secretário de Infraestrutura
Edec. Nº 007/2017

10



CONSTRUTORA NUNES ENGENHARIA LTDA
 CNPJ: 07.492.799/0001-20
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO
 OBRA: TERRAPLENAGEM E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS
 RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

TRECHO: I



RESUMO

DISTÂNCIA DA JAZIDA AO INICIO DA ESTRADA = 11.540,00 m
 DISTÂNCIA MÉDIA DO TRECHO DA ESTRADA = 5.000,00 m
 DISTÂNCIA PARA SER DESCONTADA = 6.540,00 m
 DMT DA ESTRADA = 0.000,00 + 11.540,00 - 5.000,00

Cleveson Martins Sodré
 Cleveson Martins Sodré
 Secretário de Infraestrutura
 Dec. Nº 007/2017

APROVADO
 28/10/2018
 AMANDA BELISTIA NEIVA
 ASSESORA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
 CREA Nº 05194326-4

11



22

OBRA: TERRAPLENAGEM E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS
ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

TRECHO	EXTENSÃO (m)	LIMPEZA MECANIZADA (m²)	REGULARIZAÇÃO E REFORÇO DO SUBLEITO (m³)	REVESTIMENTO PRIMÁRIO (m³)	MOMENTO EXTRAORDINÁRIO DE TRANSPORTE (tkm)	DIT MÉDIO (km)
Trecho I: lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci	23.080,00	23.080 x 3,00	23.080,00 x 7,00	23.080 x 6,00 x 0,20	27.697 x 1,2 x 1,5 x 0,7 x 6,53	6,540

TRECHO	EXTENSÃO (m)	LIMPEZA MECANIZADA (m²)	REGULARIZAÇÃO E REFORÇO DO SUBLEITO (m³)	REVESTIMENTO PRIMÁRIO (m³)	MOMENTO EXTRAORDINÁRIO DE TRANSPORTE (tkm)
Trecho I: lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci	23.080,00	69.240,00	161.560,00	27.696,00	326.037,31
		69.240,00	161.560,00	27.696,00	326.037,31

APROVADO
28/10/2018
AMANDA ERISTANEIRA
Secretaria Municipal de Infraestrutura
CNPJ nº 02.026.001
CMLA SA 0515/2018-4

Cleveson Martins Sodré
Cleveson Martins Sodré
Secretário de Infraestrutura
Dec. Nº 007/2017



NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



NUNES ENGENHARIA LTDA.

CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO



NUNES ENGENHARIA LTDA.

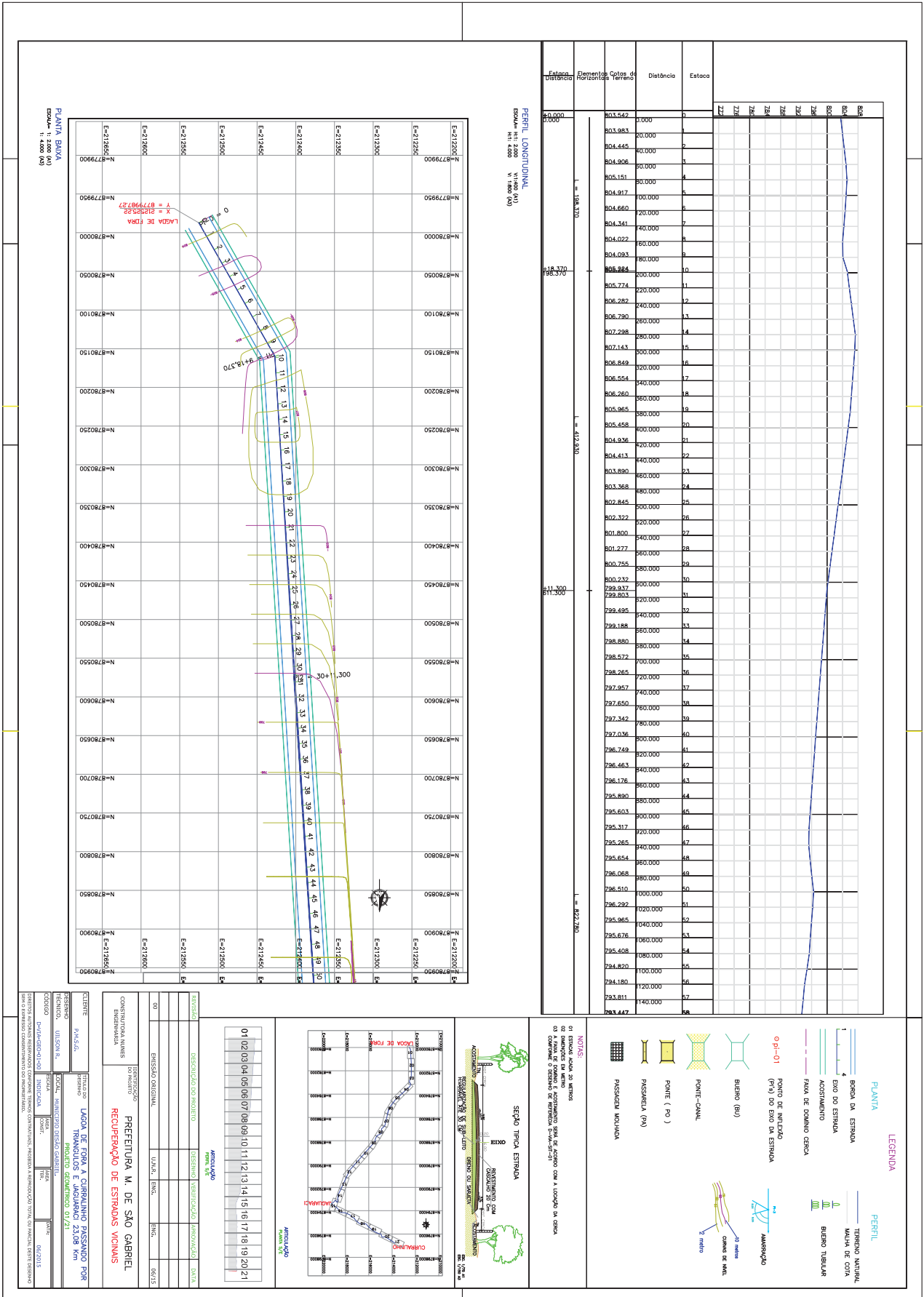
CNPJ:07.492.799/0001-20, AV. JÚLIO PEREIRA NUNES 276 A, CENTRO, IRECE/BA. CEP:44.900-000

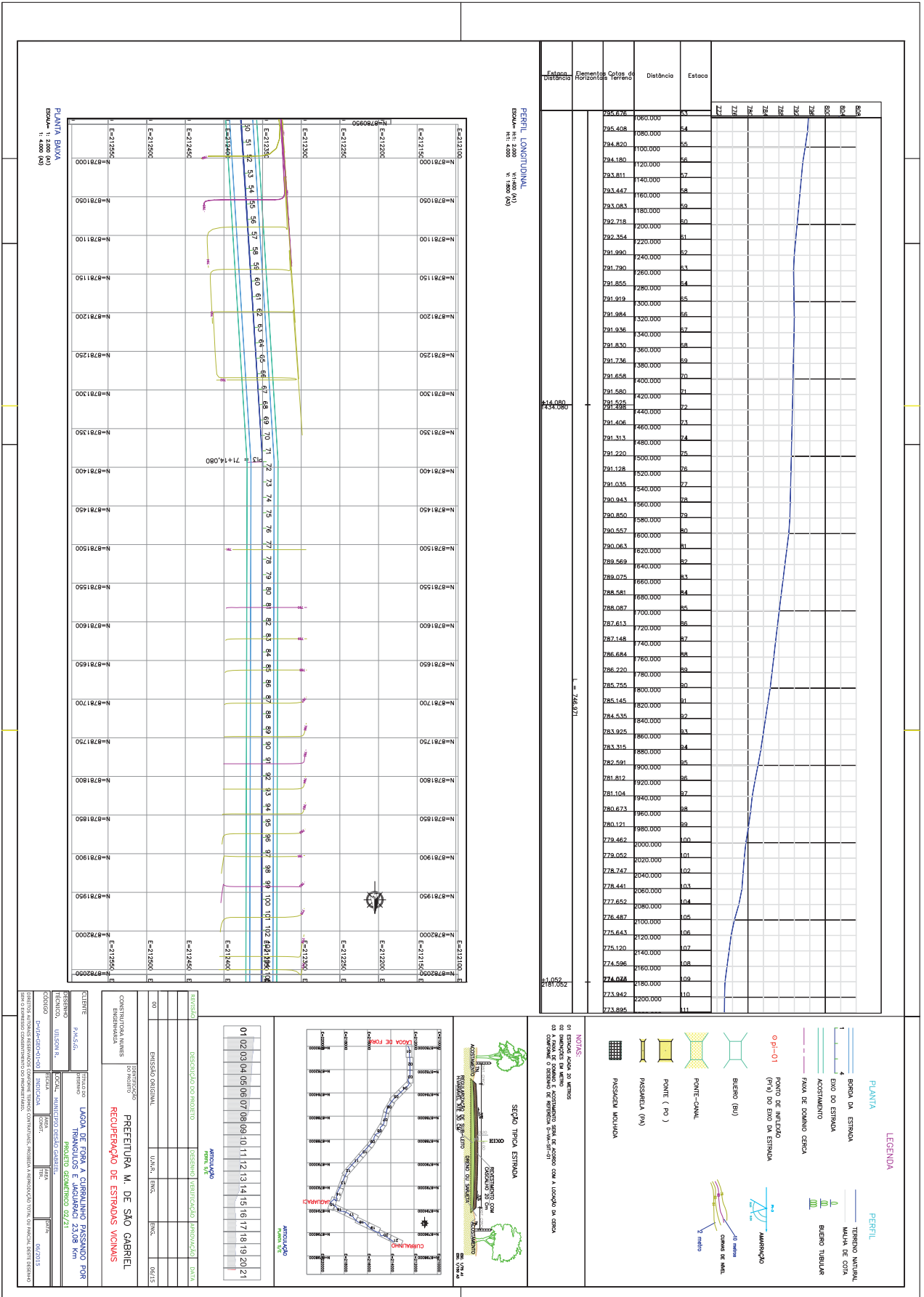


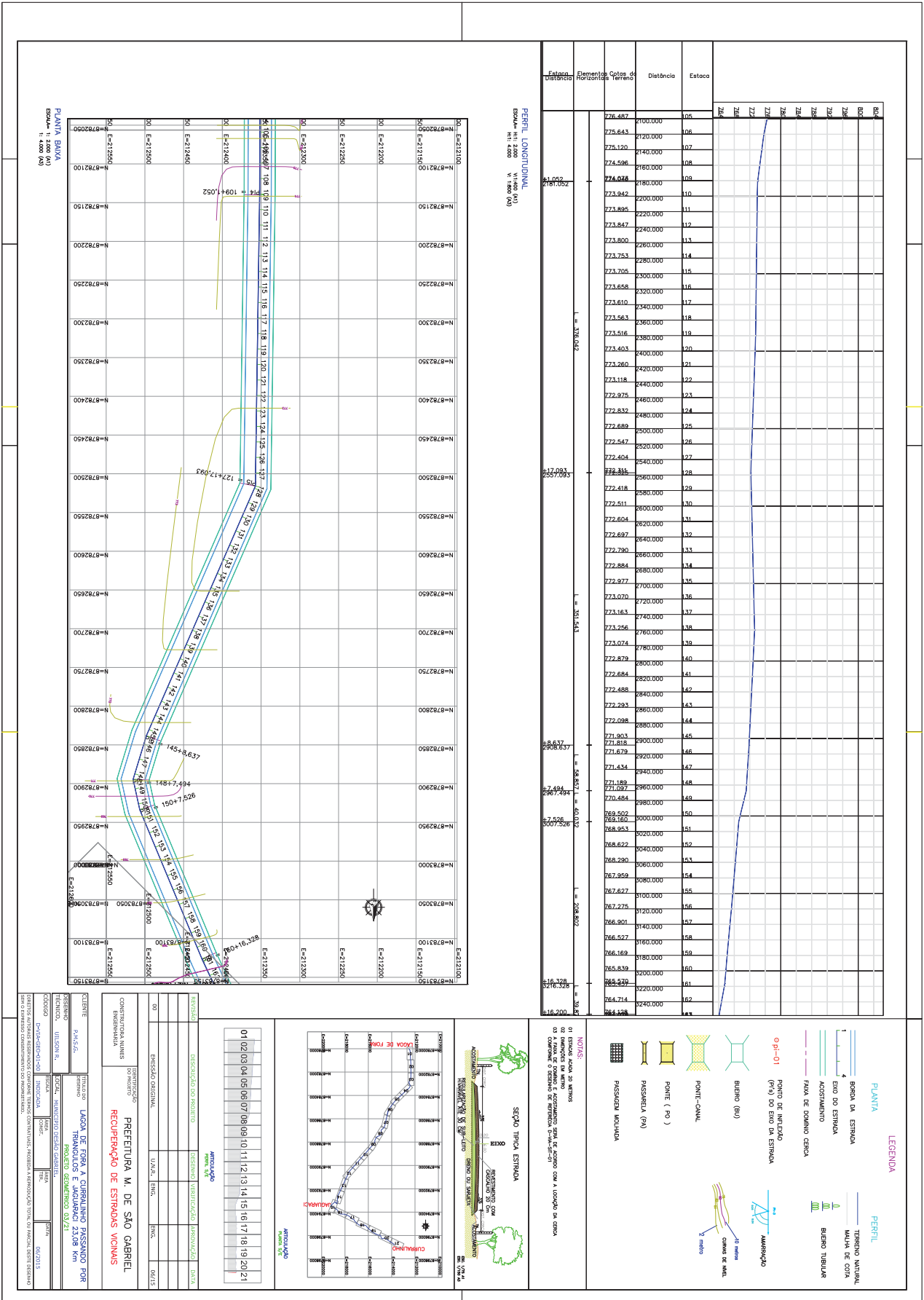
VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO

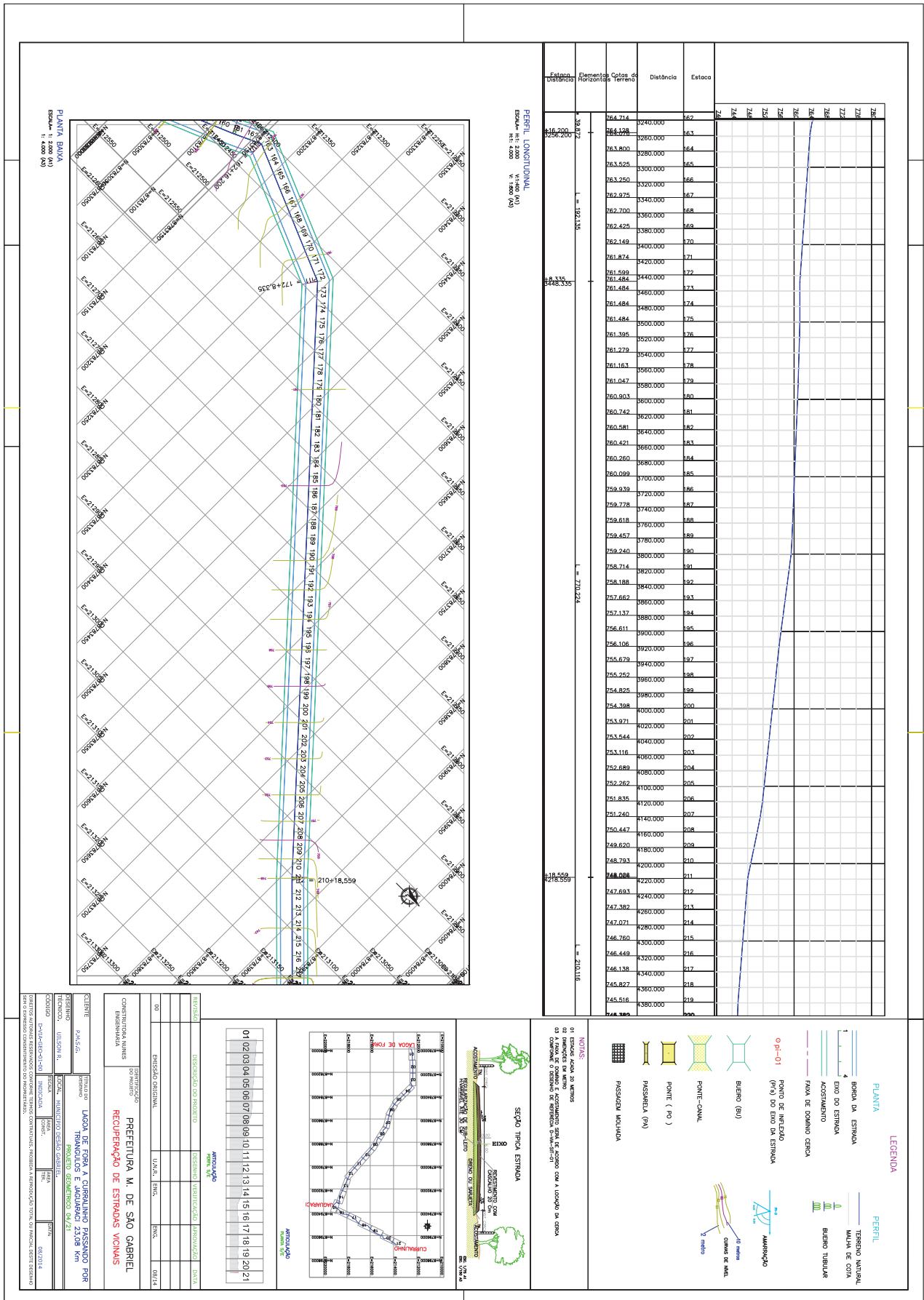


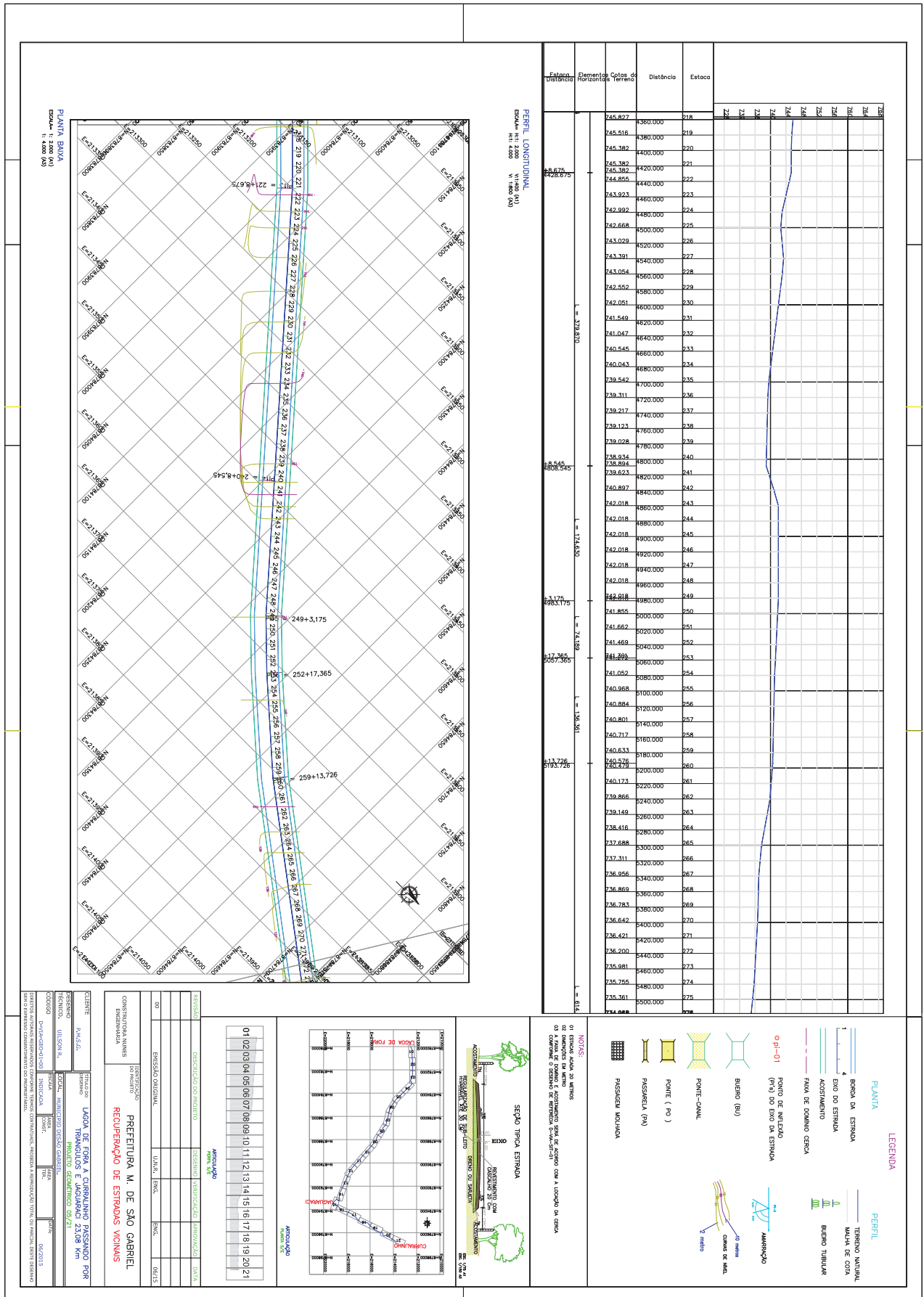
VISTA PARCIAL DO TRECHO LAGOA DE FORA A CURRALINHO

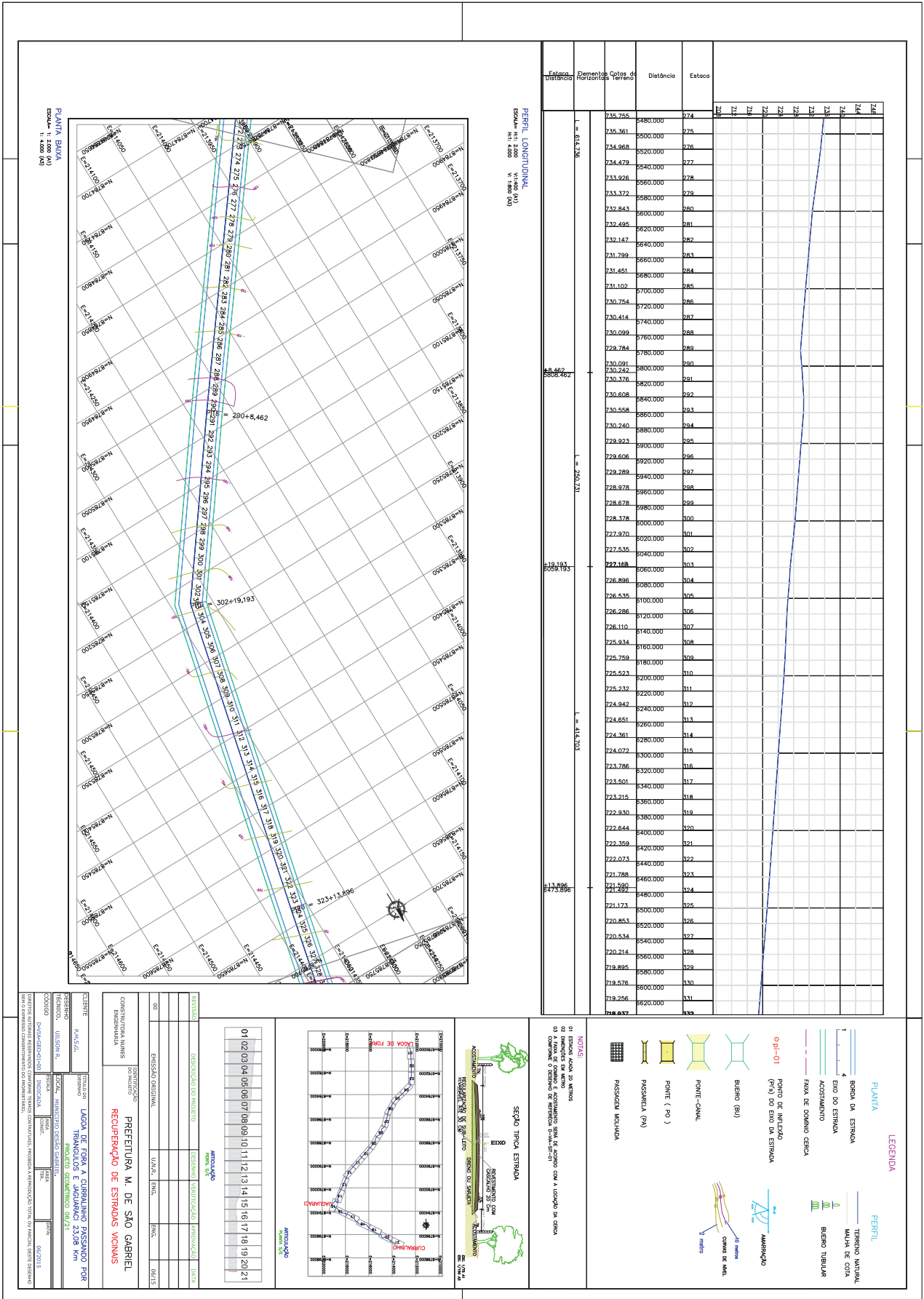


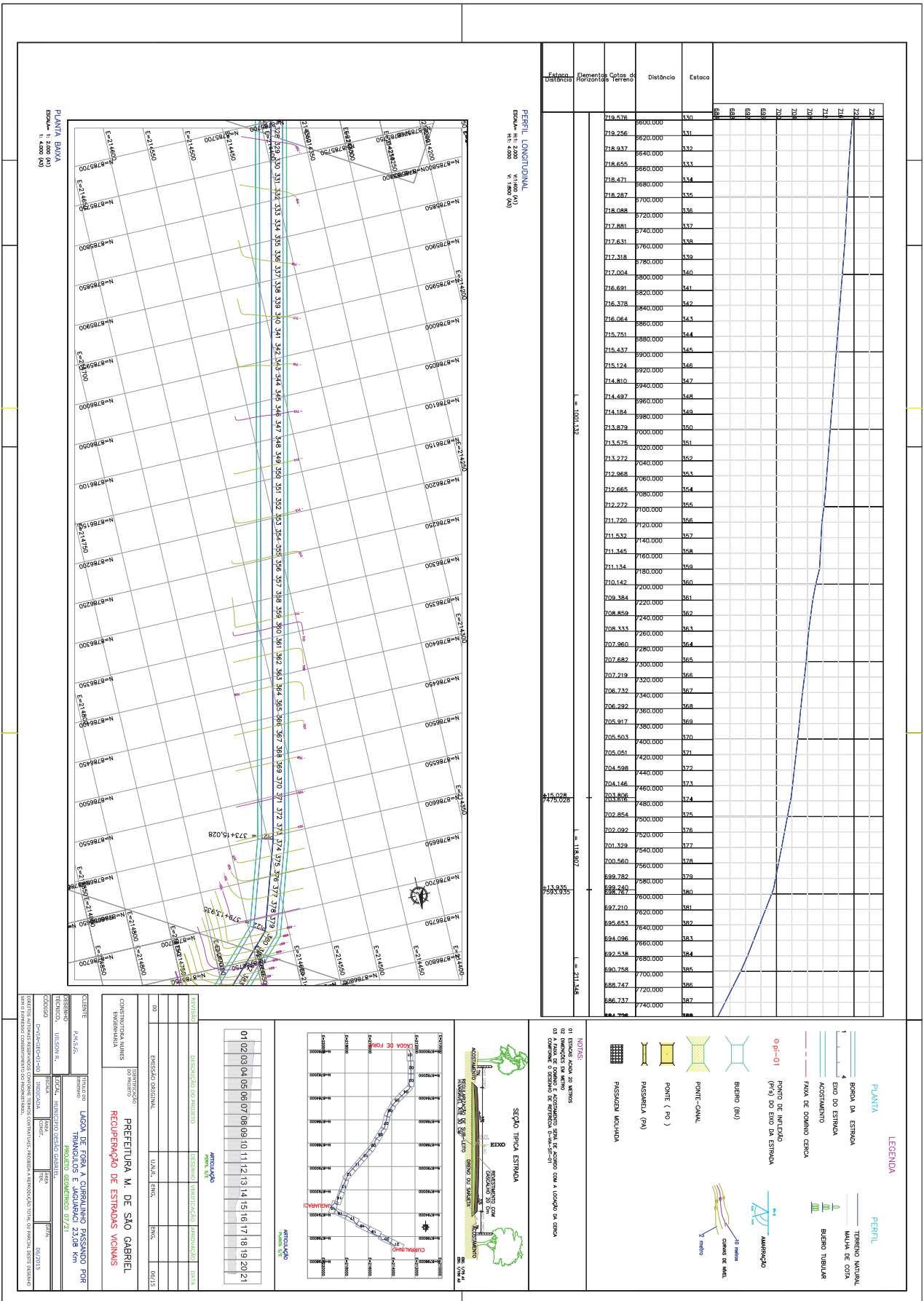


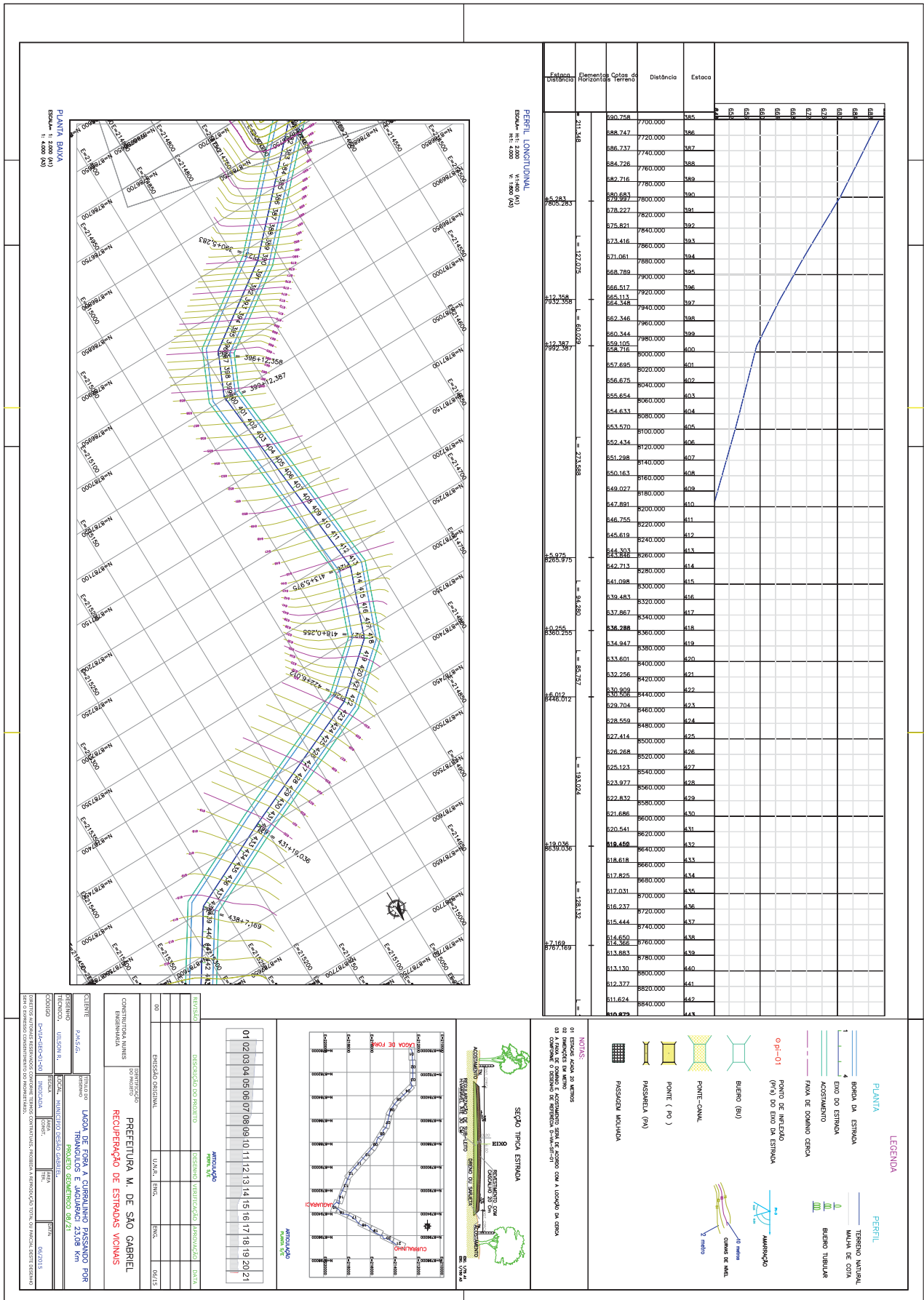


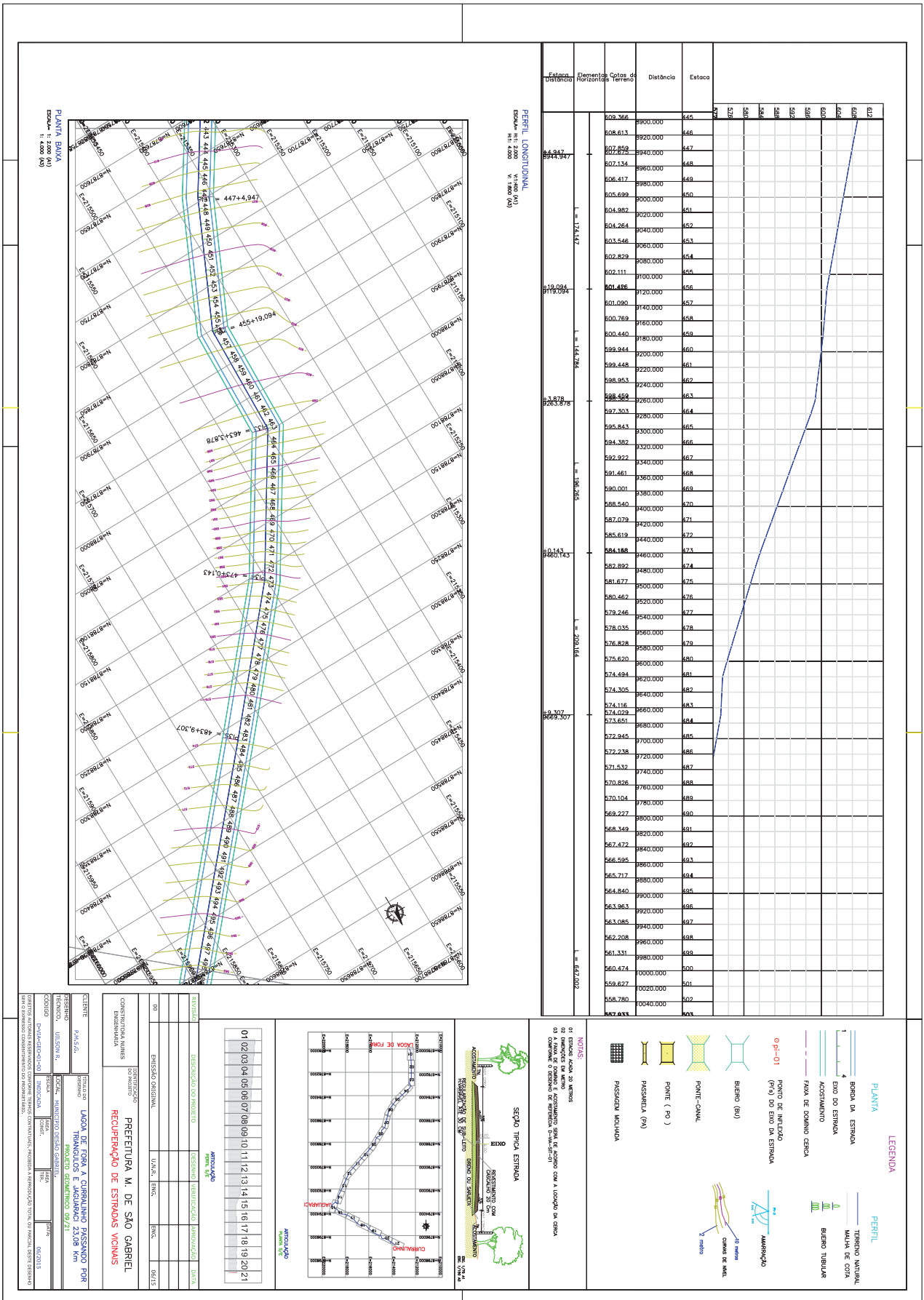


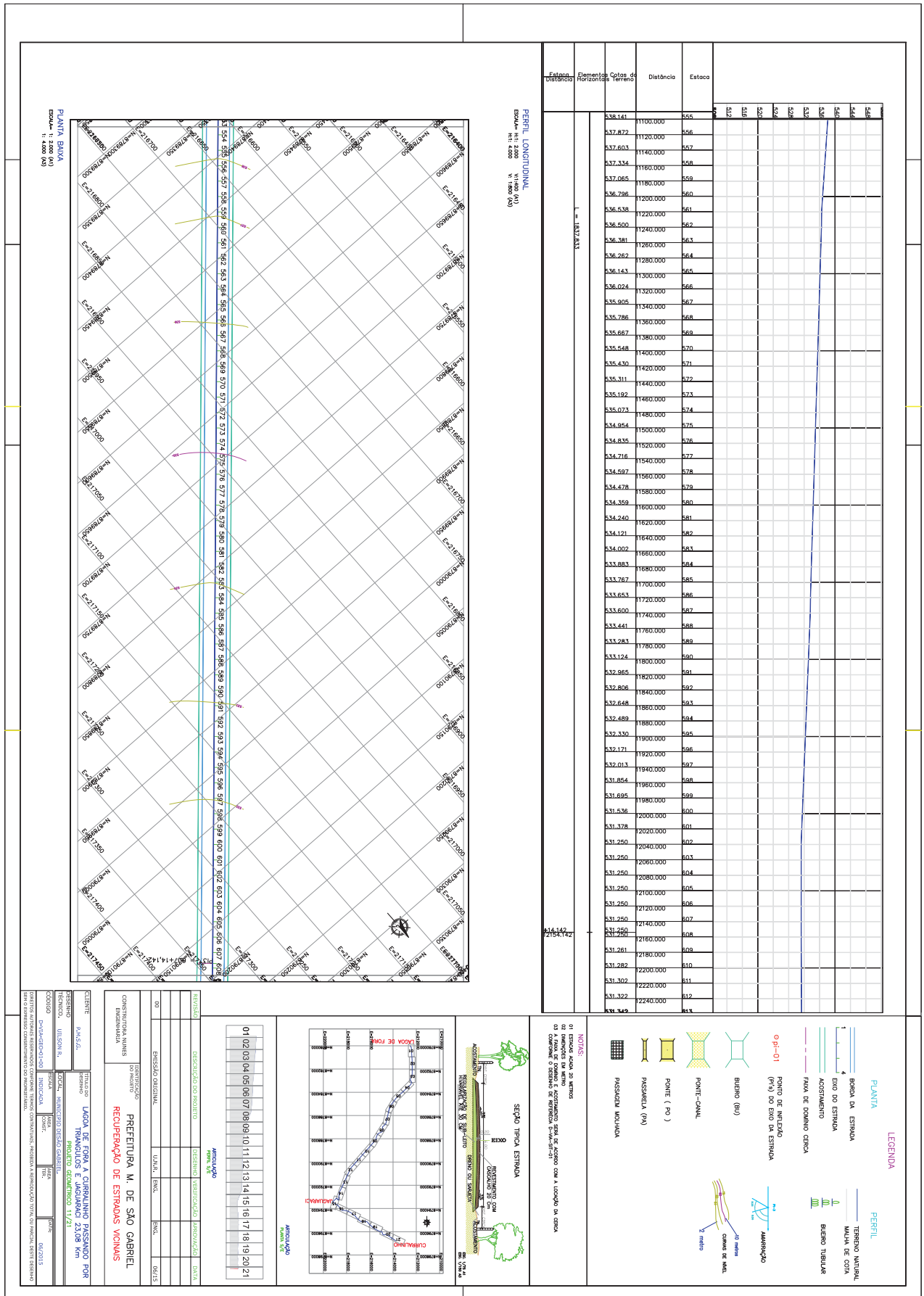


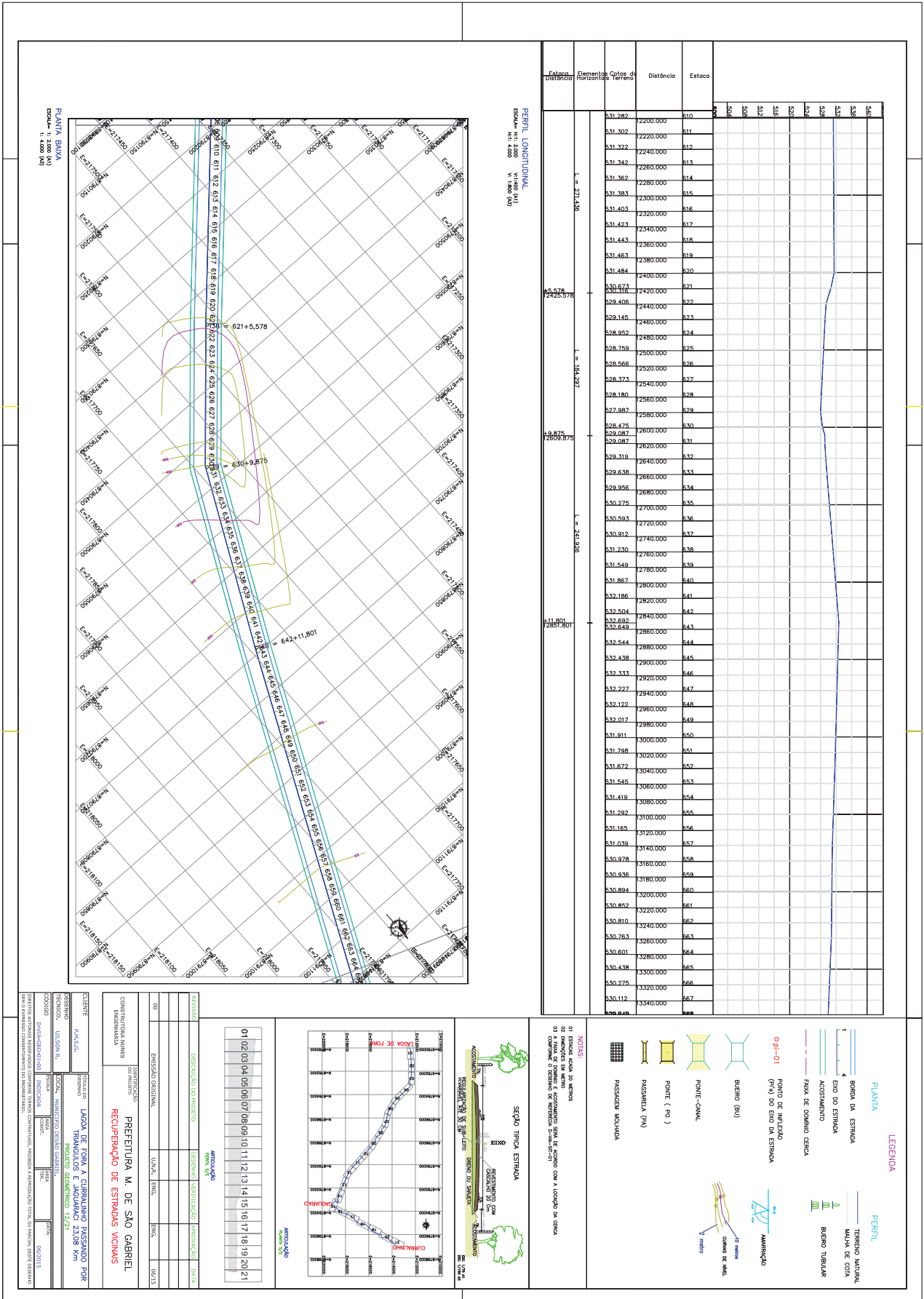


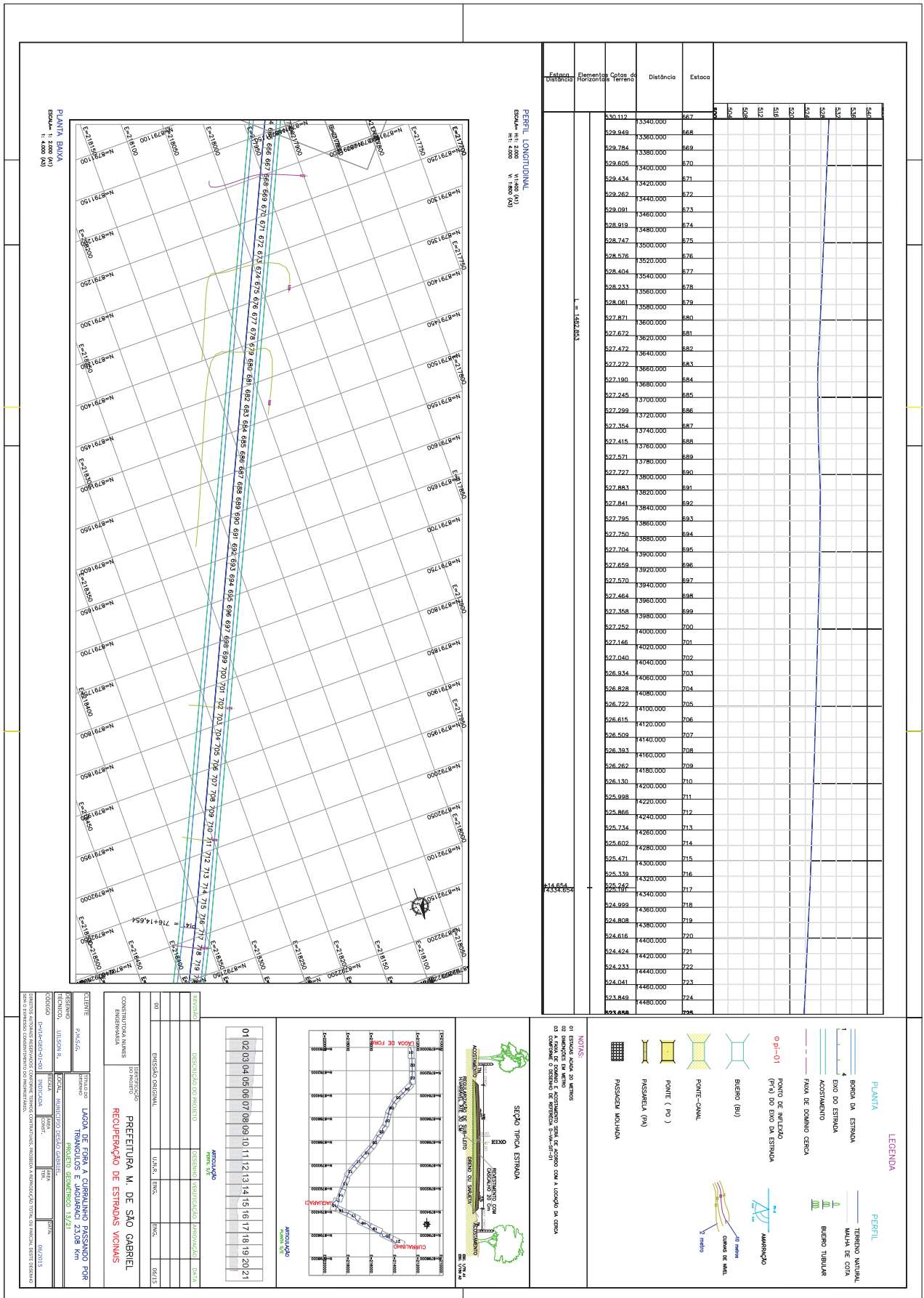




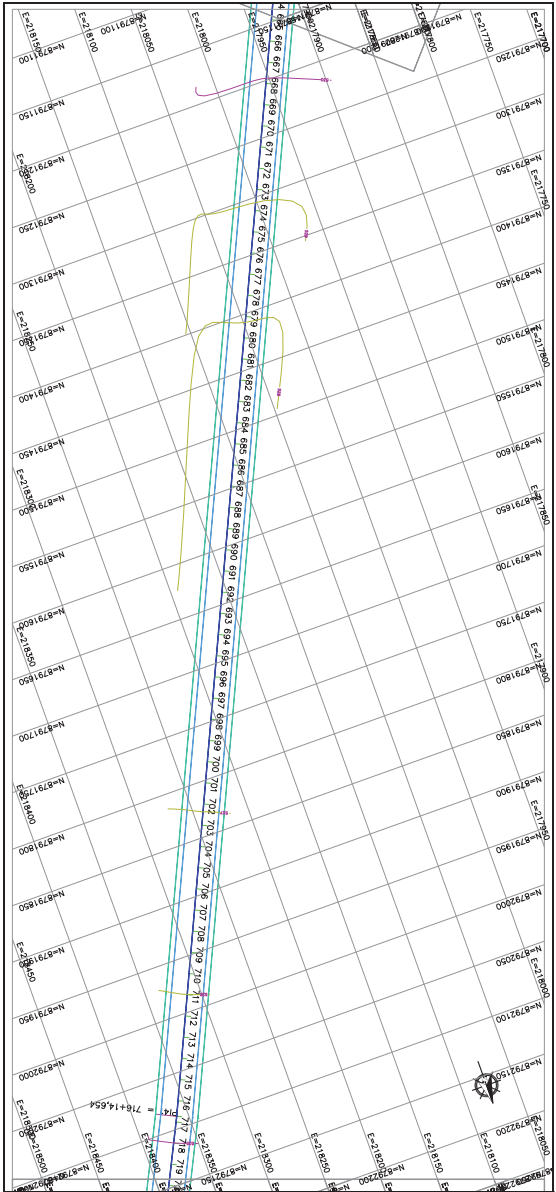








PLANTA BARRA
Escala: H: 2000 V: 400 (M)
H: 4000 V: 1800 (M)



SEÇÃO TIPO DA ESTRADA

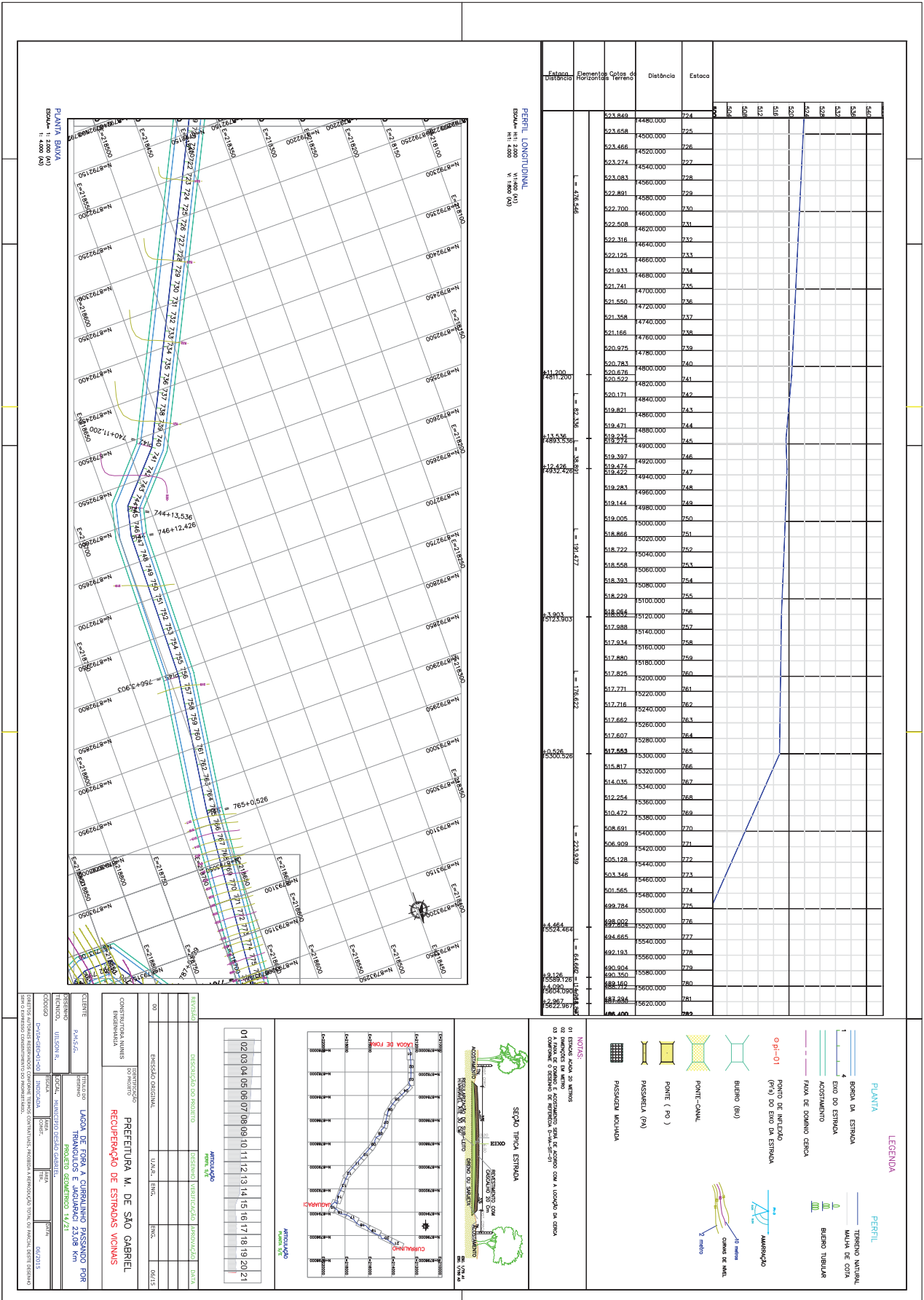
LEGENDA

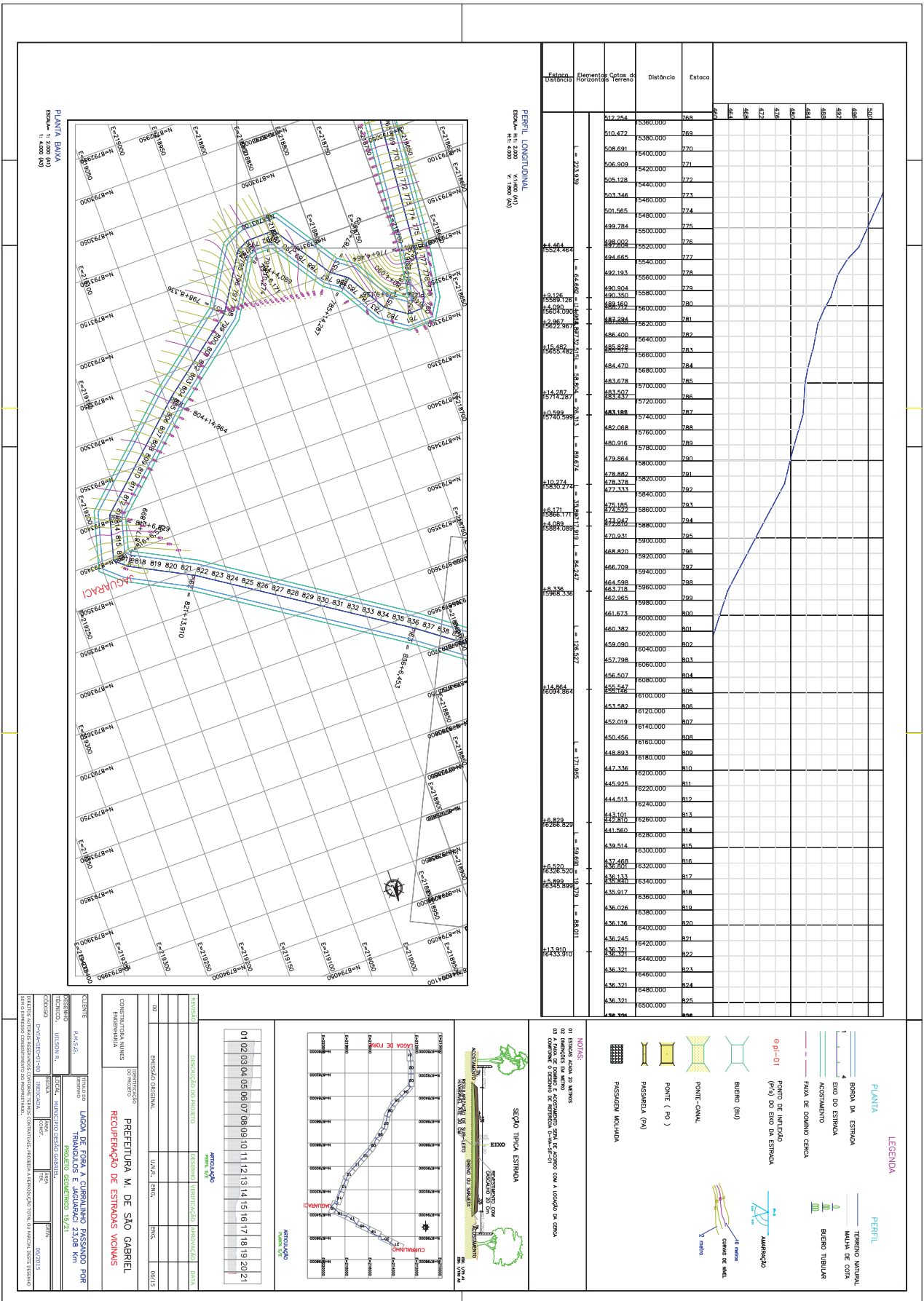
- PERFIL: TERRENO NATURAL, MURA DE COTA, BARRIO TUBULAR
- PLANTA: BORSA DA ESTRADA, LADO DO TERRENO, ACOSTAMENTO, FAIXA DE DOMÍNIO CERCA, PONTO DE INFLEXÃO (P+3) DO EXO DA ESTRADA, BARRIO (BU), FONTE (FO), FONTE-CANAL, PASSARELA (PA), PASSARELA (PA), PASSARELA (PA), PASSARELA (PA)

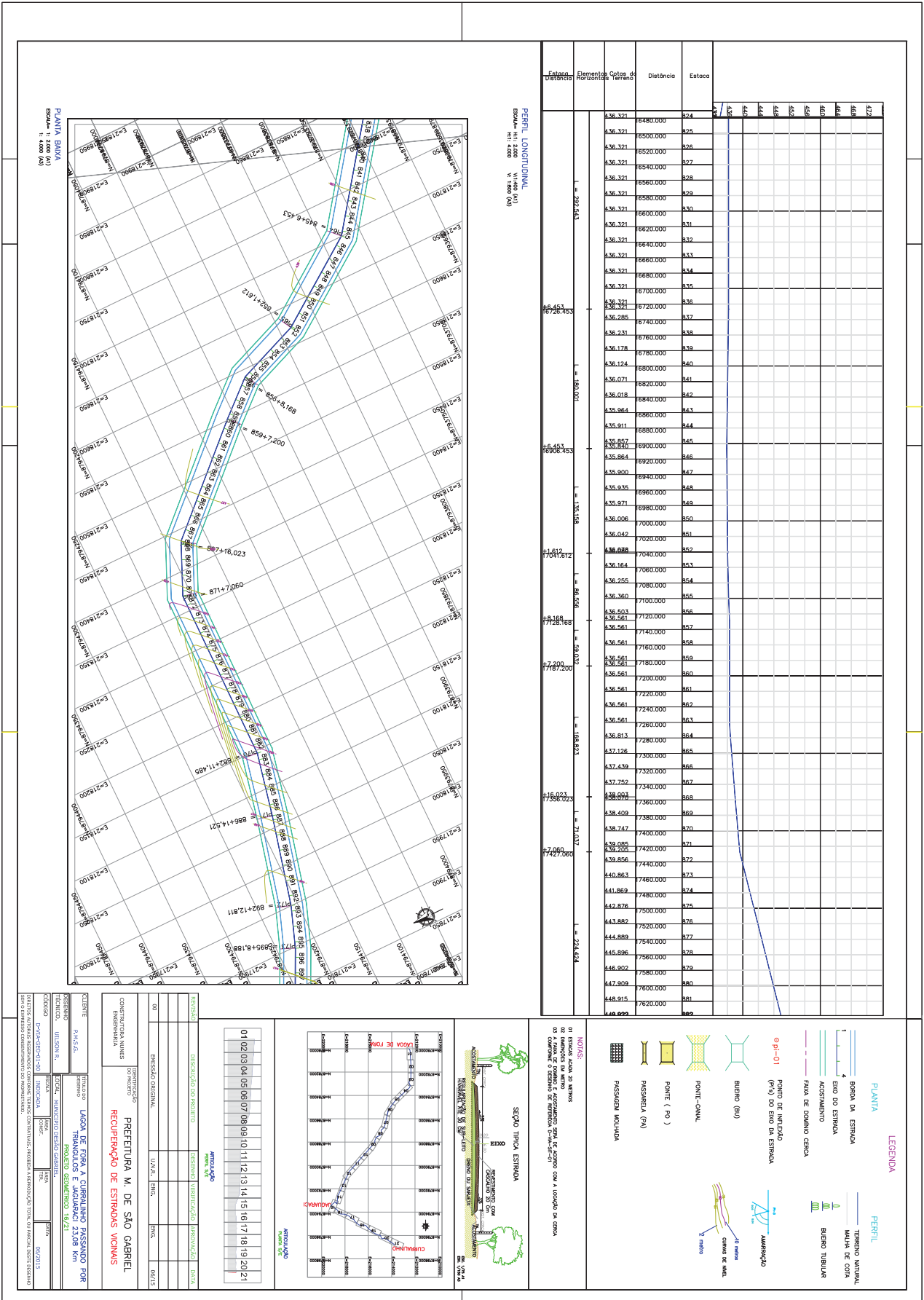
NOTAS:
 01 - ESTACA: ACORDO DO ANEXO
 02 - COTAÇÃO DA LINHA DE ACOSTAMENTO DEVE SER ADAPTADA COM A COTAÇÃO DA CERCA
 03 - COTAÇÃO DO TERRENO DEVE SER ADAPTADA COM A COTAÇÃO DA CERCA

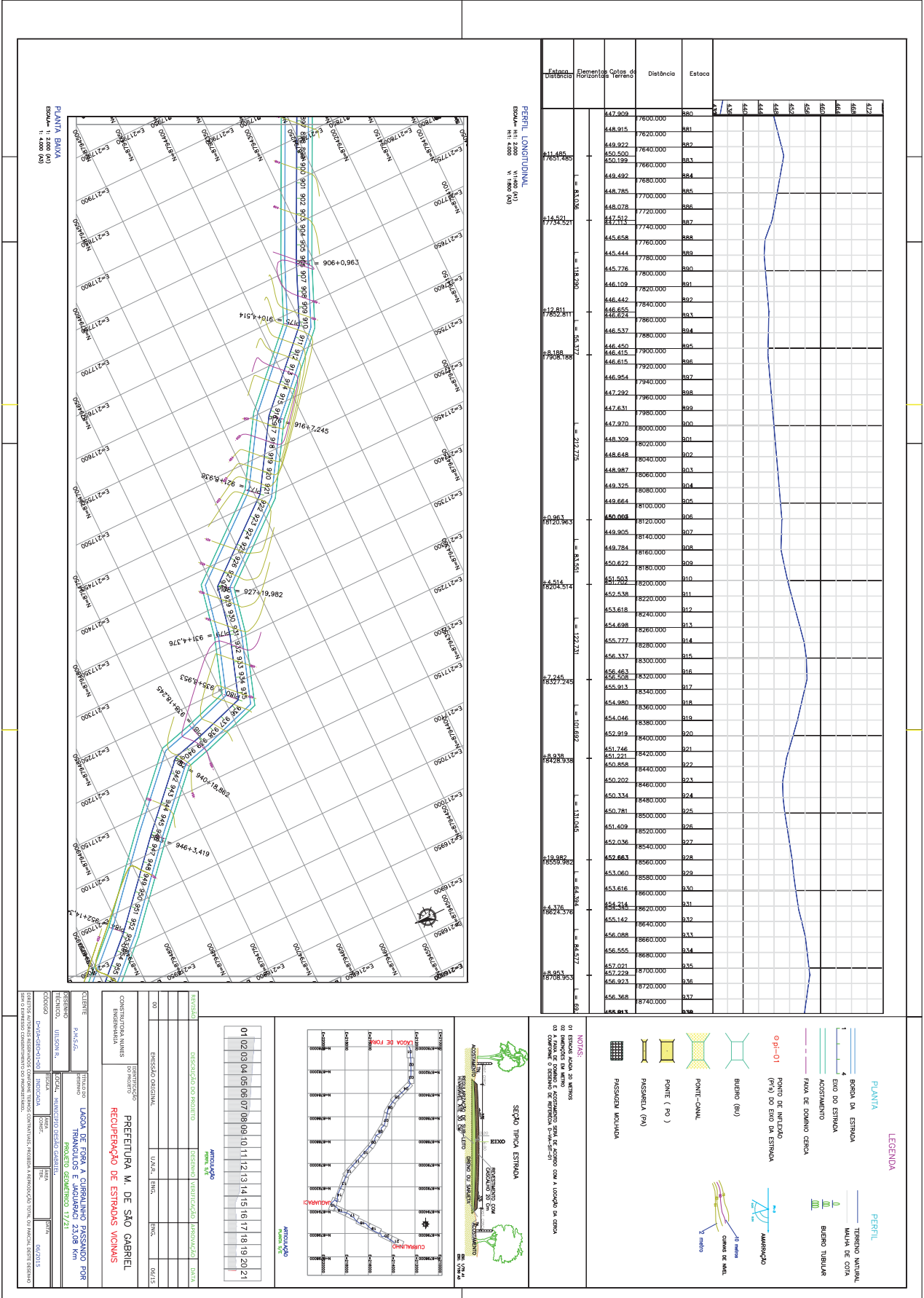
CLIENTE: PREFEITURA M. DE SÃO GABRIEL
PROJETO: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS URBANAS

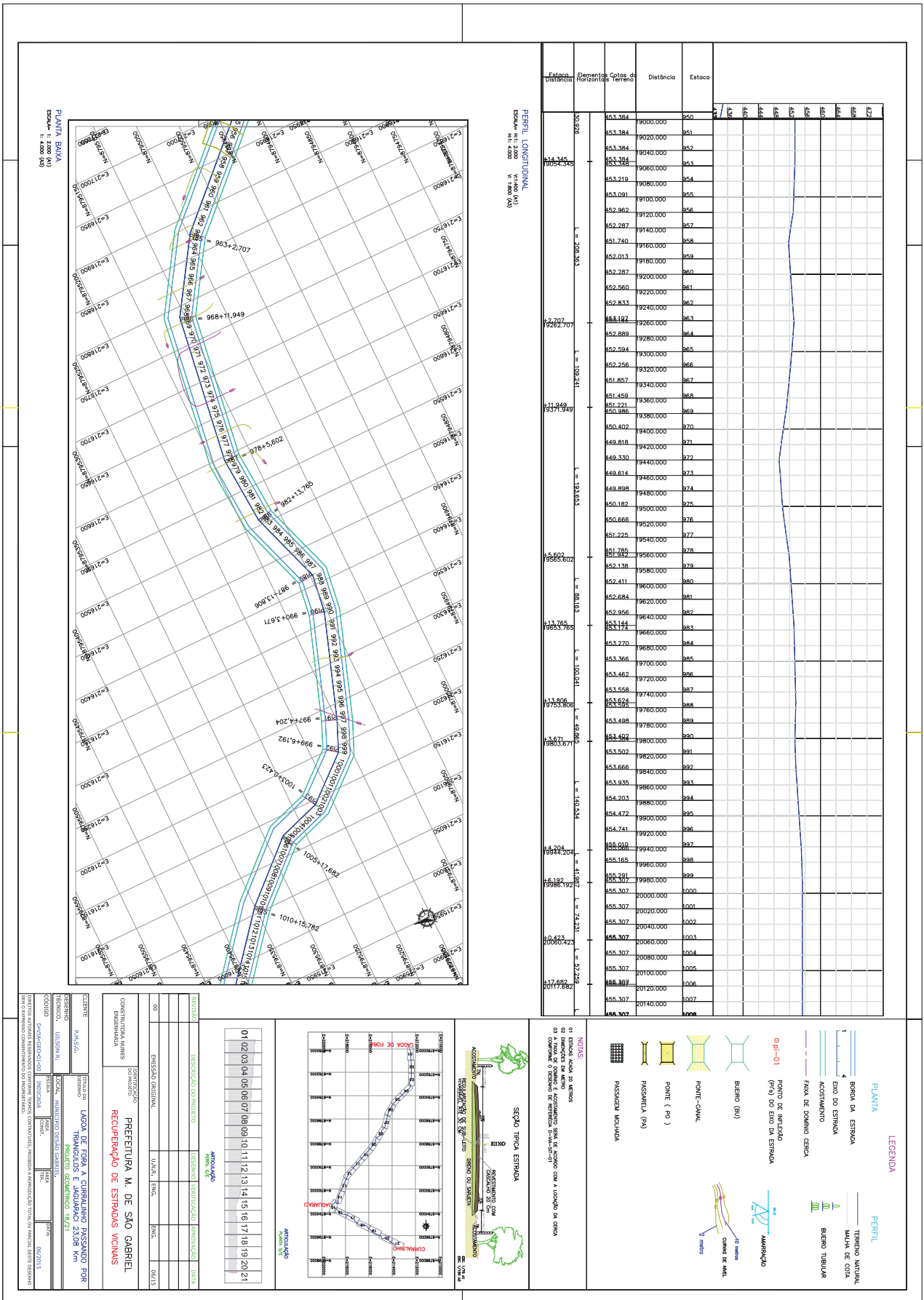
PROJETO DE ARQUITETURA: 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21

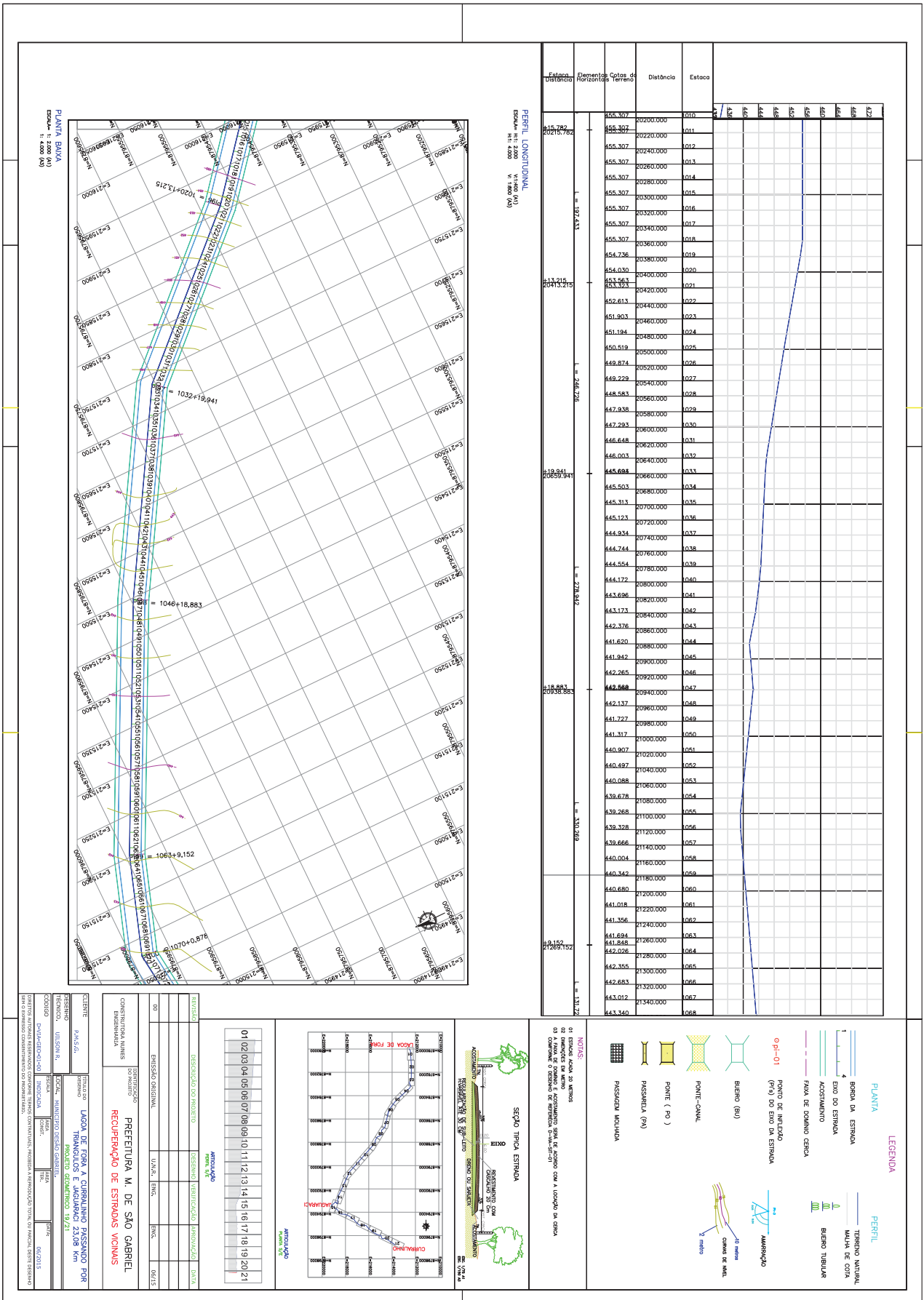


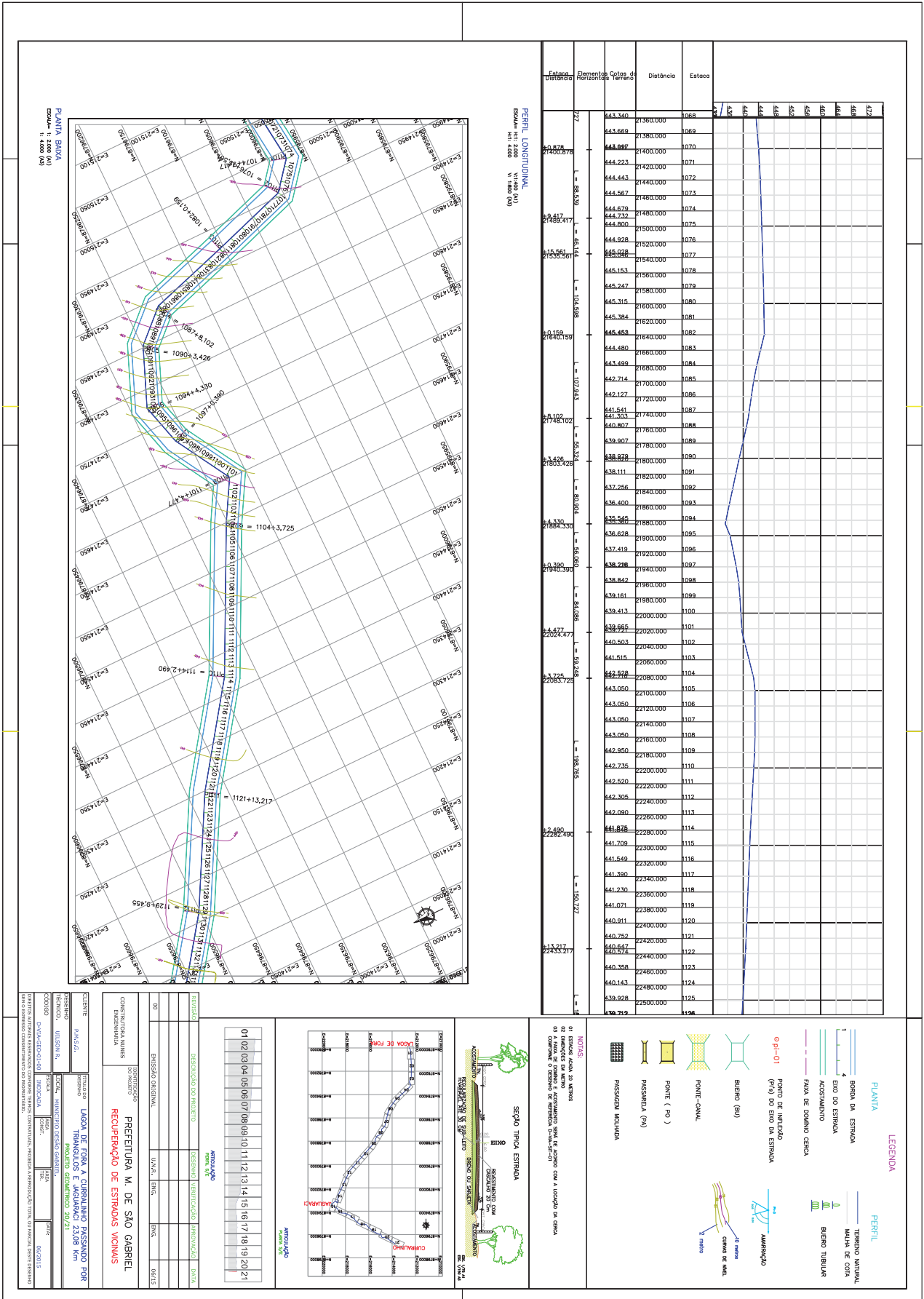


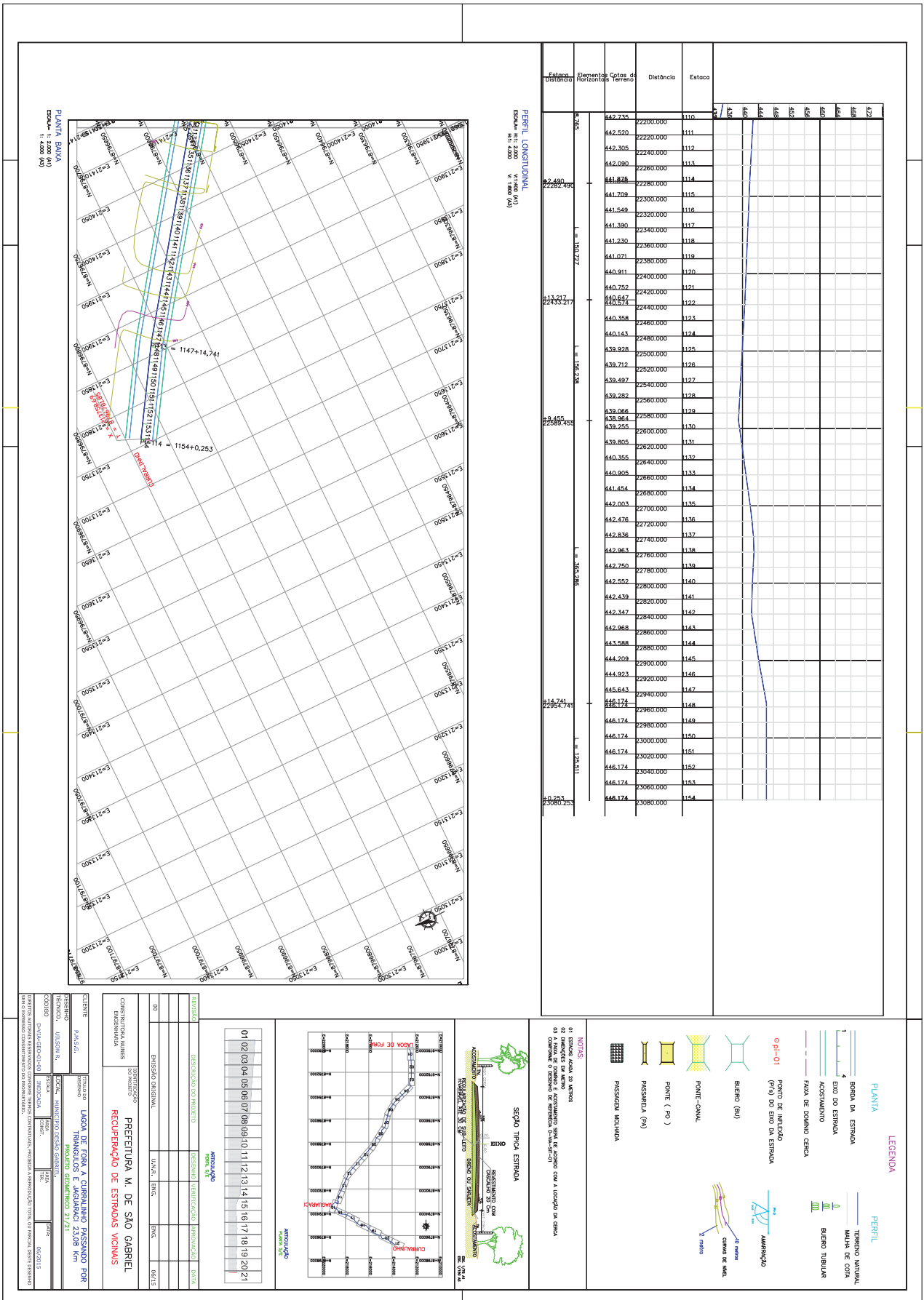


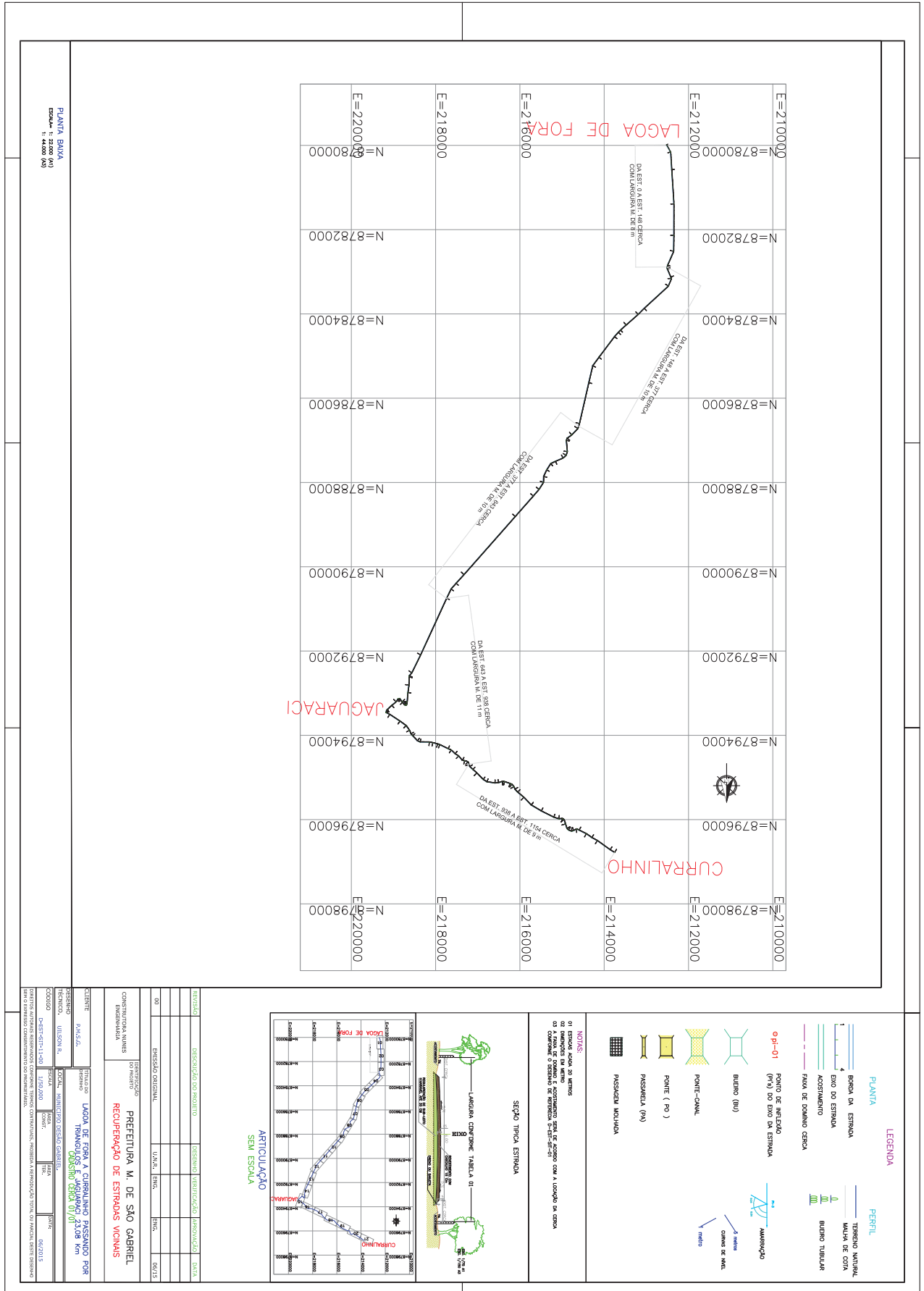












PLANTA BAIXA
Escala: 1:44000 (A2)

PLANTA		PERFIL	
BOEA DA ESTRADA	BOEA DA ESTRADA	TERREO NATURAL	
AXO DO ESTRADA		MARCA DE COVA	
ACOSTAMENTO		BIEIRO TUBULAR	
FAMA DE DOMÍNIO CERCA			
0+00-01	PONTO DE INFLEÇÃO (PI-3) DO EIXO DA ESTRADA		
BIEIRO (BU)		AMPLAÇÃO	
FONTE-DANAL		Canal de INTL	
FONTE (FO)		Canal de INTL	
PASSARELA (PA)			
PASSARELA INCLINADA			

INVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROSECCIONAMENTO	PROVENIÊNCIA	DATA
EX	ENSILHO ORIGINAL	UNA.R.	ENG.	ESBTS

CLIENTE	PROJETO	REALIZADO POR
R.A.S.A.	LAGOA DE FORA A CURRALINHO PASSANDO POR TRAMBUZOS E JAGUARACI	08/2015
PROJETO	PROJETO	
DESENVOLVIDOR	DESENVOLVIDOR	
COORDENADOR	COORDENADOR	
PROJETADEOR	PROJETADEOR	
REVISOR	REVISOR	
APROVADOR	APROVADOR	

CONSTRUTORA	ENGENHEIRA	IDENTIFICAÇÃO
	PREFEITURA M. DE SÃO GABRIEL	
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICIAIS	

PROJETO ANTERIOR REALIZADO POR: TRAMBUZOS E JAGUARACI - 08/2015

PROJETO ANTERIOR REALIZADO POR: JAGUARACI - 08/2015

PROJETO ANTERIOR REALIZADO POR: CURRALINHO - 08/2015



Map showing the Municipality of São Gabriel (S.G.) in Rio Grande do Sul, Brazil. The map includes major roads, rivers, and neighboring municipalities such as Ijuí, Canoas, and Canoas.

TIPO	RESOLUÇÃO DO PROJETO	PRESENTE	VERIFICADO	APROVADO	DATA
00	EMISSÃO ORIGINAL				06/10

CLIENTE: P.M.S.G.
PROJETO: LIXÃO DE FERRA E CUBANILHO PASSANDO POR TERRANÓLIOS E AQUÍFERO 23,08 KM
SITUAÇÃO E DATA DE EMISSÃO: 07/01
PROJETO DE ARQUITETURA: 01/01
PROJETO DE ENGENHARIA: 01/01
PROJETO DE FISCALIZAÇÃO: 01/01
PROJETO DE LICENCIAMENTO: 01/01
PROJETO DE LICENCIAMENTO DE INTERVENÇÃO: 01/01

CONSTITUIÇÃO: PREFEITURA M. DE SÃO GABRIEL
RECURSOS: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICIAIS

BRASIL
BAHIA
S. G. MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAL

“CREDENCIAL”

A EmpresaCNPJ/MF Nº, situada à Rua Bairro....., Cidade de, credencia o Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da Carteira de Identidade n.º, Expedido pela SSP/....., e devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º, residente à, n.º, CEP, como meu mandatário, para representar esta empresa, estando investido de poderes para impetrar e desistir de eventuais recursos podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2021 na forma do Edital.

Oportunamente, declaro que a nossa empresa aceita, sem ressalvas, as condições previstas no referido Edital de convocação.

..... de de 2021

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Obs: a Declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS 0001/2021

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

“DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO”

Ref.: (identificação da Licitação)

A empresa....., situada a, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da Carteira de identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição aprendiz ().

_____ - Bahia, ____ de _____ de 2021.

(assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima)

Obs: a Declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS 0001/2021

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

“DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE”

A empresa, situada a, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para todos os fins que se fizerem necessários que a mesma encontra-se IDÔNEA para licitar com o Poder Público.

_____ - Bahia, ____ de _____ de 2021.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Obs: a Declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS 0001/2021

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

....., (empresa), inscrita no CNPJ nº, declara para os fins de direito, que não possui qualquer fato superveniente impeditivo de se habilitar, licitar ou cadastrar, na forma do inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, comprometendo-me ainda a manter atualizado a Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive INSS e FGTS.

_____, _____ de _____ de _____.
Local e data

Licitante interessado

Obs: a Declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO VI

MODELO DE CARTA PROPOSTA

A
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BA.

DADOS DA LICITAÇÃO		
TOMADA DE PREÇOS	PROCESSO ADMINISTRATIVO	OBJETO
Nº 0001/2021	Nº 0691/2021	Contratação de empresa do ramo de engenharia para recuperação de estradas vicinais nos seguintes povoados: Lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci, totalizando 23,08 km, conforme Proposta SICONV nº 778226, Instrumento 2.015.00/2012, celebrado entre CODEVASF e o Município de São Gabriel-BA, conforme informações constantes do Termo de Referência – Anexo I do edital. Tipo Menor Preço – Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	FAX:	EMAIL:

Submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta relativa ao Edital em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros que venham a ser verificados na preparação da mesma e declarando aceitar as condições prescritas nos documentos do Edital.

O valor global de nossa proposta para a execução dos serviços objeto desta Licitação é de R\$......(por extenso), conforme planilhas orçamentárias de custos discriminatórias em anexo a esta carta-proposta.

Os valores unitários e totais discriminados de nossa proposta para execução dos serviços desta licitação, estão em anexo, já incluídas todas as despesas necessárias ao perfeito cumprimento contratual como: transporte, ferramentas, equipamentos, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, encargos previdenciários e quais querem outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

Os preços apresentados são fixos e irrevogáveis.

O pagamento, caso sejamos vencedora, deverá ser efetuado através de crédito bancário, e para isso informamos:

Nome do banco que mantém movimento bancário:

Nº da agência:

Nº da conta corrente:

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:	PRAZO DE INICIO DOS SERVIÇOS:	PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:
60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste certame, excluindo os prazos dos recursos administrativos.	Máximo de 03 (três) dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços.	06 (seis) meses após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
 CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Indicamos o Sr(s). _____, como Coordenador Geral de nossa empresa dos serviços ora licitados junto à Esta Prefeitura, o qual será o responsável direto para todos assuntos referentes ao mesmo. (Qualificação, RG, CPF, endereço).

Informamos que, se vencedores deste certame e convocados a firmar o(os) respectivo(s) contrato(s), deverá assiná-lo(s), o Sr. _____ (nome, cargo, CPF, RG, endereço).

OBSERVAÇÕES: ***Seguir as orientações do item 11 referente à elaboração das propostas, e:

- 1 - APRESENTAR PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.
- 2 - APRESENTAR CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ATUALIZADO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.
- 3 - APRESENTAR O BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS).
- 4 - APRESENTAR A COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS.
- 5 - APRESENTAR PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS.
- 6 - APRESENTAR TODOS DOCUMENTOS ACIMA QUE COMPÕEM A PROPOSTA FINANCEIRA EM PEN DRIVE OU CD-ROM.

_____, _____ de _____ de _____.
Local e data

Licitante

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº XXXX/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL E A
EMPRESA _____.**

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, o **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL – BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à Rua _____ nº _____ Bairro _____ – São Gabriel, Bahia, CEP _____, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito o Sr. _____, Brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a **EMPRESA** _____, situada à _____-BA, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, casado, _____, portador do R.G. nº _____ SSP/____, inscrito no CIC/MF sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA (O)**, resolvem celebrar o presente Contrato para serviço, autorizado pelo despacho constante no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/2021**, na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 0000/2021**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, os quais as partes se sujeitam a cumprir; e também sob os termos e condições estabelecidas na proposta apresentada pela empresa, que é parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa do ramo de engenharia para recuperação de estradas vicinais nos seguintes povoados: Lagoa de Fora a Curralinho, passando por Triângulo e Jaguaraci, totalizando 23,08 km, conforme Proposta SICONV nº 778226, Instrumento 2.015.00/2012, celebrado entre CODEVASF e o Município de São Gabriel-BA, conforme informações constantes do Termo de Referência – Anexo I do edital. **Tipo Menor Preço – Critério de Julgamento: Menor Preço Global**, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da TOMADA DE PREÇOS nº 0000/2021, suas cláusulas e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de XX (XXXX) meses ou XXX (XXXXXXXXXX) dias, sendo aquele fixado no Edital, com início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até xx de xx, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.3. A execução dos serviços será iniciada XX/XX/XXXX cujas etapas observarão o Cronograma Físico e Financeiro da proposta apresentada pela empresa contratante.

2.4. A CONTRATADA terá um prazo de até 03 (três) dias contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço para elaboração do Plano de Ação.

2.5. A execução dos serviços terá o prazo de XXX (XXXXXXXXXX) dias corridos e consecutivos, a contar da data de recebimento pela CONTRATADA na Ordem de Serviço emitida para início dos mesmos.

2.6. O prazo de vigência do Contrato será o prazo estabelecido para execução dos serviços.

2.7. Os prazos acima citados, em qualquer hipótese, poderão ser prorrogados somente através de Termo Aditivo, dentro do período de vigência do Contrato, considerada a conveniência e o interesse da autarquia contratante.

2.8. Obedecidas as disposições nesta cláusula, a prorrogação de prazo poderá ser solicitada pela contratada, devidamente justificada por escrito para análise e, se for o caso aceitação pela contratante.

2.9. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

2.10. A CONTRATADA somente deverá pedir prorrogação do prazo quando ocorrer interrupção dos serviços por fato oriundo da administração da prefeitura, por motivo de força maior ou casos fortuitos, que a seu juízo, possam caracterizar impedimentos absolutos para o cumprimento das obrigações assumidas ou ainda, que constituam obstáculos irremovíveis para a execução dos serviços, caracterizados pela imprevisibilidade de seus efeitos. Não se incluem entre os casos fortuitos, os riscos próprios do empreendimento.

2.11. A ocorrência de paralisação dos serviços pela contratada deverá ser registrada e comunicada à Contratante para efeito de apuração de responsabilidades.

2.12. Ocorrendo paralisação definitiva do serviço por determinação da prefeitura serão apropriados valores com vista ao ressarcimento dos gastos efetuados com a desmobilização, que não poderá ser superior ao valor pago na mobilização dos equipamentos e do pessoal envolvidos nos serviços.

2.13. As situações especiais passíveis de prorrogação de prazo, serão analisadas e decididas pela prefeitura.

2.14. Na contagem do prazo estabelecido neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme previsto no art. 110, da Lei nº 8.666/93.

2.15. Não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou da própria CONTRATANTE, enquanto perdurarem os efeitos.

2.16. A CONTRATADA só poderá pedir prorrogação de prazo quando se verificar a interrupção do trabalho, determinado pela prefeitura em razão de relevante ordem técnica ou administrativa, através de ordem escrita onde indicará o prazo da referida interrupção, ou por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados e definidos no Código Civil, devendo a CONTRATADA na hipótese, comunicar a Contratante, por escrito, o início e o término da causa determinante da paralisação, para efeito de igual prorrogação de prazo.

2.17. O prazo de vigência do presente contrato, somente poderá ser prorrogado mediante celebração de termo aditivo, conforme estabelecido no Edital.

2.18. Os serviços só poderão ser iniciados após o recebimento da Ordem de Serviço pela empresa a ser emitida pela prefeitura após a assinatura do contrato.

2.19. O prazo para início dos Serviços de Engenharia será de até 03 (três) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE e o da conclusão será conforme estipulado no Projeto e Memorial Descritivo – Anexo I do Edital e/ou de acordo com o proposto pela CONTRATADA, se inferior ao máximo definido no caput desta Cláusula;

2.20. Qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, dependerá de prévia e formal autorização do CONTRATANTE e, caso seja autorizado, não implicará nenhuma forma de acréscimo ou majoração dos serviços ora contratados, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem ainda "horas-extras" ou "adicional-noturnos", uma vez que a CONTRATADA se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados neste Contrato.

2.21. Antes do efetivo início dos trabalhos e, após o recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA, levará ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO o seu plano de ação para execução dos serviços, sendo o prazo de execução efetivamente contado a partir desta data que deverá ser registrada na Ordem de Serviço pelo Núcleo de Engenharia com a anuência da CONTRATADA, bem como a relação dos equipamentos que serão utilizados. A alteração, por qualquer motivo, dos equipamentos relacionados, deverá ser previamente comunicada e devidamente anotada na planilha dos serviços.

2.22. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXX)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Do valor global acima descrito deverá ser destinando um percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) para pagamento com custos diretos e de 40% (quarenta por cento) para o pagamento de custos indiretos e demais encargos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.08.01 - ATIVIDADE: 1.004 - ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00 / 4.4.9.0.51.00 - FONTE: 00 / 24

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal Fatura em nome do Município, de acordo com os boletins de medição e respectiva aprovação pela autoridade competente, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente identificadas e atestada pela contratante de acordo com o cronograma físico-

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

financeiro, e, a nota fiscal deverá ser acompanhada das respectivas certidões de regularidade da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, FGTS e CNDT – Trabalhista.

5.2 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO, PARA GARANTIA DO FIEL CUMPRIMENTO DE TODAS AS SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, A CONTRATADA DEPOSITARÁ A TÍTULO DE CAUÇÃO INICIAL, O VALOR CORRESPONDENTE A 5,0% (CINCO POR CENTO) DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO PODENDO ESSA CAUÇÃO SER REALIZADA NA FORMA PREVISTA PELO ARTIGO 56 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

6.2 – A garantia referida responderá por todas as multas e encargos impostos à CONTRATADA com base no descumprimento de obrigações contratuais e, em sendo insuficiente, a CONTRATADA terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para complementá-las;

6.3 – A devolução do montante da caução contratual, ou de seu saldo, será efetuada, pela CONTRATANTE até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Conclusão e Recebimento Definitivo das Obras e Serviços, estando a mesma em perfeitas condições.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O Município de São Gabriel, através do seu Gestor, designará mediante portaria, um servidor que fará o acompanhamento e fiscalização do referido contrato, sendo o responsável pela observância do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais obrigando-se a comunicar aos demais setores sobre qualquer falta ou falha, cumprindo assim os artigos 10º e 11º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 e ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993. A coordenação do contrato, bem como a fiscalização da execução das obras/serviços/fornecimentos será realizada por técnicos designados na forma do Art. 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

7.2 - A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3 - A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando obras/serviços/fornecimentos que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, às obras/serviços/fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

7.4 - A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer obra/serviço/fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Autoridade Superior.

7.5 - Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

7.6 - Das decisões da fiscalização poderá a contratada recorrer à Autoridade Superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

7.7 - A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

7.8 - Fica assegurado aos técnicos do Município de São Gabriel-BA o direito a seus exclusivos critérios, acompanharem, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução das obras/serviços/fornecimentos prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução das obras/serviços/fornecimentos.

8. CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

8.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

8.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.9 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9 – CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos.

9.2 - Providenciar junto ao CREA ou CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010, além de providenciar o registro na Matrícula CEI e/ou Cadastro da Obra do Governo Federal (Plataforma Mais Brasil).

9.3 - A contratada deverá, sempre que necessário, comunicar-se formalmente por escrito com o Município de São Gabriel-BA.

9.4 - Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local das obras.

9.5 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar ao Município e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução das obras, objeto desta licitação.

9.6 - Exercer a vigilância e proteção de todos os seus equipamentos no local das obras.

9.7 - Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras no prazo contratual.

9.8 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com este Município, bem como todo o material necessário à execução das obras objeto do contrato.

9.9 - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução das obras.

9.10 - Todos os acessos necessários para permitir à chegada aos locais de execução das obras deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da contratada.

9.11 - A contratada deverá manter um preposto, aceito pelo Município de São Gabriel-BA, no local da obra, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).

9.12 - Responsabilizar-se, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

9.13 - No momento da desmobilização, para liberação da última nota fiscal/fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

9.14 - A contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

9.15 - Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização deste Município.

9.16 - Durante a execução das obras caberá à empresa contratada, as seguintes medidas:

a) Instalar e manter no canteiro de obras/serviços 1 (uma) placa de identificação da obra/serviço com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra/serviço com a respectiva ART, nº do contrato e contratante (Município de São Gabriel), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971;

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- b) A placa de identificação das obras/serviços/fornecimentos deve ser no padrão definido pelo Município e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se no Manual para Elaboração de Placas de Obra do Ministério da Integração Nacional, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe;
- c) Manter no canteiro de obras/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento das obras, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela fiscalização e pela contratada em todas as vias, ficará em poder da contratante após a conclusão das obras/serviços/fornecimentos;
- d) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no canteiro de obras/serviços;
- e) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços, e,
- f) Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

9.17 - Na execução das obras, objeto da presente licitação, a contratada deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:

- a) Projetos, Normas Complementares e demais Especificações Técnicas;
- b) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas do Município de São Gabriel;
- c) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU-CONFEA;
- d) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, e principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, e,
- e) Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelos órgãos competentes, relativas à execução das obras, Decreto 7.746/2012 e a IN nº 01 de 19 de Janeiro de 2010 os quais dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional e dá outras providências.

9.18 - A contratada se obriga a atender as diretrizes de sustentabilidade de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental, entre outras:

- I. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra/serviço;
- VI. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,
- VII. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

10. CLAÚSULA DÉCIMA SANÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1 Ao licitante que incidir nas hipóteses dos itens abaixo relacionados, será aplicada as sanções, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

10.2 Ao contratado que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.2.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

10.2.2 Multa por atraso imotivado da entrega dos produtos ou serviços, nos prazos abaixo definidos:

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de fornecimento, limitadas a 20% do valor da fatura;
- b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;
- c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.

10.2.2.1 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

10.2.3 **Suspensão** com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abaixo:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) de até 02 (dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.

10.2.4 **Suspensão** de até 02 (dois) anos e **multa** sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;
- b) paralisar a execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- c) prestar serviço em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- d) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vales-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%.

10.2.5 **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 10.2.3 e 10.2.4.

10.3 A suspensão temporária do prestador de serviço cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

10.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

10.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do departamento administrativo/jurídico da PREFEITURA.

10.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

10.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a PREFEITURA rescinda unilateralmente o contrato.

10.8 As sanções previstas no item 19 deste edital são de competência exclusiva da PREFEITURA, permitida a delegação para a sanção prevista no subitem 20.2.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

10.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

- 11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
11.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
11.3 O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço por lote.
11.4 A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

- 12.1 É vedado à CONTRATADA:
12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
12.1.2 Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA CONTRATAÇÃO

13.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Prefeitura firmará contrato específico com o licitante vencedor, visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta que integra este edital.

13.2 O futuro contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração.

13.3 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos produtos, mantendo se o valor inicial atualizado do contrato nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

14.1 - Concluída a obra, a contratada solicitará ao setor de fiscalização deste Município, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de **10 (dez) dias** da data da solicitação.

14.2 - O Município terá até **90 (noventa) dias** para, através da fiscalização, verificar a adequação da obra recebida com as condições contratadas, emitirem parecer conclusivo e, no caso de projeto, aprovação da Autoridade Competente.

14.3 - Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça a obra rejeitada. Aceito e aprovado o serviço, o Município emitirá o Termo de Recebimento Definitivo da Obra que deverá ser assinado por representante autorizado da contratada, possibilitado a liberação da caução contratual.

14.4 - O Termo de Encerramento Físico do Contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pelo Município de São Gabriel-BA sobre toda a obra executada.

14.5 - A última nota fiscal/fatura da obra somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

14.6 - Os resultados da obra, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no seu contexto será de propriedade deste Município e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

15.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

15.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.5 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

15.6 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.7 Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Irecê-BA, Estado da Bahia.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

São Gabriel BA, ____ de _____ de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E DA CONTRATAÇÃO

- 1- Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei 8.666/93 e suas alterações e às cláusulas e condições para a licitação supra, contida neste Edital.
- 2- Propomos prestar à Prefeitura Municipal de São Gabriel Bahia, pelos preços indicados na proposta em anexo, o objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente ato convocatório.
- 3- Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, o prazo para início da execução do serviço é de 03 (três) dias após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços e sua vigência é de 03 (três) meses contados a partir da data de assinatura.

.....dede 2021.

.....
Assinatura do licitante ou representante legal

Obs: a Declaração deverá ser efetuada em papel timbrado.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO IX

MODELO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME E EPP

(Nome empresarial da licitante) _____, por meio do seu responsável legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa.

Nome completo, nº inscrição no Conselho Reg. Contabilidade
e assinatura do contador ou técnico contábil da empresa.

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO X

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE EMPREGADOS SERVIDORES PÚBLICOS.

A empresacom sede na RuaNº...Bairro....., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº.....declara sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666/93, que não possui em quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

.....dede 2021.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO XI

MODELO DA DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que visitou/vistoriou o local onde serão executadas as obras/serviços, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras.

São Gabriel, ____ de _____ de 2021.

Assinatura responsável da licitante

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122





ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

DECLARAÇÃO INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em atendimento ao item XXXX da TOMADA DE PREÇOS Nº _____/2021, declaramos que o profissional....., CREA/CAU nº, detentor do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica exigido(s) pelo item XXXXX da Licitação, será(ão) o(s) Responsável(is) Técnico(s) que acompanhará(ão) a execução do objeto da licitação, caso esta empresa logre vencer a presente licitação.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal da Empresa

De acordo,

Assinatura do Responsável (eis) Técnico (s) mencionado

Largo da Pátria, 132 – Bairro Centro - São Gabriel/BA
CEP: 44915-000 - Telefone: (74)3620.2122

